



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**VIII Legislatura**

**Número: 74**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-Feira 24 de Maio de 2007**

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Fernanda Mendes)*

**Secretários:** *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Mark Marques)*

### Sumário

*(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos)*

No **Período de Informação Parlamentar**, foi apresentado o expediente chegado à Mesa.

Para **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Avelar (*PS*), Luís Henrique Silva (*PSD*), José Ávila (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Alberto Costa (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Fernanda Trindade (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), Osório Silva (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Helder Silva (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), José Rego (*PS*), Catarina Furtado (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Duarte Ponte*) e da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

### Agenda da Reunião

**1- Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico do licenciamento das explorações bovinas da RAA”.**

Participaram no debate os Srs. Deputados Henrique Ventura (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Ventura (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Henrique Ventura (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

**2- Petição – “Variante à cidade da Horta”, apresentada pelo senhor Ilídio Manuel Lopes da Silva.**

Apresentado o relatório pelo Sr. Deputado Sérgio Ferreira, relator da Comissão de Política Geral, usaram seguidamente da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Costa Pereira (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

**3- Petição – “Tarifa única para os Açores”, apresentada pelo senhor Diniz Borges.**

Após a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado Henrique Ventura, relator da Comissão de Economia, participaram no debate os Srs. Deputados Ana Isabel Moniz (*PS*), António Marinho (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

**4- Apresentação do Projecto de Resolução – “Planeamento Familiar”, pelo Grupo Parlamentar do PSD.**

Usaram da palavra a Sra. Deputada Carla Bretão (*PSD*), a quem coube a apresentação do projecto, Piedade Lalanda (*PS*).

**5- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para a avaliação do real impacto na Região Autónoma dos Açores do acordo de cooperação e defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do acordo técnico e do acordo laboral”, apresentado pelos grupos parlamentares do PS e PSD, Representação Parlamentar do CDS/PP e Deputado Independente da ALRAA.**

Submetido à votação o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**6- Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para a avaliação do real impacto na**

**Região Autónoma dos Açores do acordo de cooperação e defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do acordo técnico e do acordo laboral”,** apresentado pelos grupos parlamentares do PS e PSD, Representação Parlamentar do CDS/PP e Deputado Independente da ALRAA.

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade

**7- Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Maio,** a qual foi aprovada por unanimidade.

*(Os trabalhos terminaram às 17 horas e 15 minutos).*

**Presidente:** Bom dia, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Vamos começar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para o efeito.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alberto da Silva Costa**

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Fernanda Correia Garcia Trindade**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Hélder Guerreiro Marques Silva**

**Henrique Correia Ventura**

**José Carlos Gomes San-Bento** de Sousa  
**José** de Sousa **Rego**  
**José** Gabriel Freitas **Eduardo**  
**José** Gaspar Rosa de **Lima**  
**José** Manuel Gregório de **Ávila**  
**Lizuarte** Manuel **Machado**  
**Luís Paulo** de Serpa **Alves**  
**Manuel Avelar** Cunha Santos  
**Manuel Herberto** Santos da **Rosa**  
**Manuel** Soares da **Silveira**  
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**  
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano  
**Mariana** Rego Costa de **Matos**  
**Nuno** Alexandre da Costa Cabral **Amaral**  
**Nuno** André da Costa Soares **Tomé**  
**Osório** Meneses da **Silva**  
**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto** Abílio Lopes **Pereira**  
**António** Augusto Batista Soares **Marinho**  
**António** Lima Cardoso **Ventura**  
**António** Maria da Silva **Gonçalves**  
**António** Pedro Rebelo **Costa**  
**Carla** Patrícia Carvalho **Bretão** Martins  
**Cláudio** José Gomes **Lopes**  
**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**  
**Jaime** António da Silveira **Jorge**  
Jorge Alberto da **Costa Pereira**  
**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**  
**José Manuel** Avelar **Nunes**

**José Manuel Cabral Dias Bolieiro**

**Luís Henrique da Silva**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira**

**Presidente:** Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Tem a palavra os Srs. Secretários da Mesa para anunciar a correspondência.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão Eventual para a Avaliação do Real Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e Laboral, pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – prorrogação do prazo para apresentação do respectivo relatório.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, envio do Projecto de Resolução – “propõe a realização pela Comissão dos Assuntos Sociais, do diagnóstico da real situação na Região Autónoma dos Açores ao nível da maternidade na adolescência e recomenda ao Governo Regional a efectiva aplicação do Decreto Legislativo Regional 18/2000/A, que determina a adopção de medidas no âmbito do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relatório e parecer sobre a Proposta de Lei 120/X – “Aprova a lei da televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício”

**Presidente:** Terminada a leitura da correspondência, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar para uma intervenção.

**Deputado Manuel Avelar** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a intenção de contrariar a desertificação, fenómeno preocupante nas ilhas pequenas com especial incidência na nossa ilha, que se iniciou em meados da década

de cinquenta do século passado e que os mais de trinta anos de autonomia ainda não conseguiram ultrapassar, será necessário uma actuação conjunta dos vários departamentos governamentais e da autarquia, para tentar modificar esta situação.

O turismo, para além da agro-pecuária e as pescas, pensamos que será, num futuro não muito distante, um dos pilares do desenvolvimento da Ilha Graciosa.

O início da construção, possivelmente a muito breve prazo, de um hotel de quatro estrelas, com capacidade para 120 camas, no lugar da Barra – freguesia de Santa Cruz, cuja localização virada ao mar na orla de uma pequena baía integrar-se-á no futuro projecto Barra-Santa Catarina, da autoria da Câmara Municipal.

Esta unidade hoteleira é adequada e visa proporcionar o estabelecimento de algum fluxo turístico. Esperamos também, que seja esta uma oportunidade para os proprietários das unidades turísticas já existentes aproveitarem os apoios existentes e apresentarem projectos de modernização. O Hotel não deve ser visto como um concorrente, mas sim como uma entidade que vem abrir novas perspectivas, criando-se maior capacidade e qualidade de alojamento para um turismo que pretendemos ser de qualidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas não podemos pensar que apenas a construção do hotel virá resolver o desenvolvimento na área do turismo. Outras experiências, tais como o turismo rural, podem colaborar na área do alojamento. Na Graciosa, já existem algumas experiências, embora poucas.

A “Quinta dos Frutos” no lugar da Vitória, freguesia de Guadalupe e a “Boina de Vento” no lugar da Rochela, freguesia de São Mateus, são unidades já em funcionamento e experiências muito interessantes, porque muito bem localizadas; enquanto uma virada para a natureza, por se encontrar no interior da Ilha, a outra virada ao mar com enquadramento num espaço em que os moinhos de vento são um elemento notável na paisagem graciosense.

A Quinta dos Frutos no lugar da Vitória, freguesia de Guadalupe e Boina de Vento, no lugar da Rochela, freguesia de São Mateus, são unidades muito interessantes e muito bem localizadas.

Era importante que outras pequenas unidades fossem aparecendo, porque são espaços geralmente familiares e com uma atenção muito especial aos seus utilizadores, considerando-se também a sua importância no restauro e manutenção de alguma da nossa arquitectura rural.

Mas para fazer chegar os turistas à nossa Ilha, é fundamental uma política de transportes adequada, que facilite a chegada e partida, com ligações às outras ilhas e ao continente de onde vem a maior parte dos que nos visitam. Neste sentido é importante que o voo ao domingo se mantenha todo o ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projecto de recuperação das Termas do Carapacho, tendo em conta que os trabalhos de prospecção de águas minero-medicinal foram concluídos e existe caudal suficiente para satisfazer as necessidades, devendo o concurso para a reabilitação ser lançado ainda este ano; poderá constituir um pólo de desenvolvimento do turismo na área da saúde, surgindo assim mais um nicho de mercado a explorar.

Na área do mergulho e dos passeio marítimo-turísticos já existem duas empresas locais que se dedicam a esta área, as quais demonstraram bons resultados na promoção turística da nossa ilha, trazendo algumas centenas de turistas que muito apreciaram a beleza dos nossos fundos marítimos, a qualidade das nossas águas e a preservação do meio ambiente.

É também importante que se promova a animação turística, sabendo que na Graciosa existem quatro filarmónicas, o mesmo número de grupos corais, um grupo de teatro, conjuntos musicais, a Academia Musical, o Museu da Graciosa com o seu plano de actividades muito diversificado e outras associações, o que dá uma ideia da expressão e do dinamismo cultural que se desenvolve através de múltiplas actividades ao longo do ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra das actividades a desenvolver liga-se ao turismo da natureza, são os trilhos turísticos, aproveitando a qualidade do nosso ambiente conjugado com a beleza das nossas paisagens, a flora e algum património edificado, são um importante recurso para ocupar os nossos visitantes, mostrando-lhe o que temos de melhor nesta área.

A Ilha Graciosa já possui dois circuitos pedestres devidamente sinalizados. O primeiro liga a Serra Branca à Praia numa distância de sete quilómetros e o segundo é a volta à Caldeira/Furna do Enxofre, nosso monumento natural numa distância de nove quilómetros. Esperamos que outros circuitos possam surgir, o que viria enriquecer a nossa diversidade no espaço ambiental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consideramos que o sector do turismo, com a construção do hotel, através das “Ilhas de Valor”, a reabilitação das Termas do Carapacho, novas iniciativas na área do Turismo rural, e incentivando a cooperação do investimento privado, contribuirão para o desenvolvimento da nossa ilha em plena sintonia com os outros sectores da actividade económica.

Este sector, embora lentamente, tem vindo a crescer, porque se nota uma maior mobilidade das pessoas, principalmente no verão, na sequência do desenvolvimento da política dos transportes marítimos de passageiros.

O sector dos transportes marítimos e aéreos é um dos mais importantes factores para o desenvolvimento turístico.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão inscritos para o debate os Srs. Deputados Luís Henrique Silva e José Ávila.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

**(\*) Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Avelar:

Comungo das preocupações que trouxe a esta casa. São preocupações da Graciosa e dos graciosenses que nos preocupam e deviam continuar a nos preocupar.

O Sr. Deputado começou a sua intervenção por falar em desertificação humana e na água. Esses são, na minha opinião, os dois maiores problemas da Graciosa e eu diria os problemas mais dramáticos da Ilha Graciosa.

Mas há aqueles que ainda não se fez rigorosamente nada para os resolver, como a matéria fiscal, a criação de emprego e o grande empreendedorismo no tecido empresarial da Graciosa que ainda não foi feito.

De facto, o Sr. Deputado acabou muito bem a sua intervenção criticando as acessibilidades. Julgo que esse é o nosso grande “cavalo de batalha” e, por vezes, acontece aquilo que aconteceu no debate de ontem, mas não vamos voltar a ele, que foi um Sr. Deputado disse que o navio tem operacionalidade e por sua vez o Sr. Secretário disse que o navio não vai à Graciosa. São estas contradições que nós, graciosenses, continuamos sem perceber. Temos que continuar a lutar por elas, a lutar por tudo aquilo que diga respeito à Graciosa.

Por isso concordo inteiramente com as suas palavras.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que o Sr. Deputado Manuel Avelar trouxe a esta casa é oportuna. Para já, porque foi feita a poucos dias do lançamento de uma obra estruturante e a alguns meses da sua inauguração, que é o novo hotel.

É certo que registamos um bom desempenho na área das pescas e da agricultura, mas mesmo assim não tenho qualquer dúvida de que o turismo poderá ser uma actividade complementar nesta primeira fase, como no futuro será certamente um dos pilares fundamentais para combater a desertificação que foi falada pelo Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

É claro que a desertificação não apoquentas só a Ilha Graciosa. Apoquentas todas as outras ilhas mais pequenas.

É de referir que, no caso da Graciosa, os anos mais dramáticos foram os anos 80. Nessa altura nós perdemos 25% da população.

Apesar da capacidade de alojamento na Graciosa não ter sofrido grandes alterações nos últimos anos, a Graciosa registou nos últimos 10 anos um crescimento de 85% do número de hóspedes e 61% no número de dormidas.

Também quero aqui recordar que em 1996 esta actividade estava a definhar.

Relativamente a 1994, tinha-se registado um crescimento negativo de 9% nos hóspedes e 5% nas dormidas.

É evidente que nós queremos muito mais e esta estrutura junto com uma nova residencial que vai ser construída na Vila da Praia, e a melhoria previsível nas unidades já existentes naquela ilha, a remodelação das termas, como já foi referido, a requalificação do Parque Florestal da Caldeira e a construção do Centro de Visitação da Caldeira, podemos estar a construir o futuro.

Estes investimentos representam mais um passo em frente na coesão regional.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(\*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Agradeço as suas palavras.

Comungamos da mesma preocupação, porque é a nossa ilha e vivemos numa zona arquipelágica.

A nossa ilha é a segunda mais pequena.

É preciso investir. O hotel (disse-o e volto a referir) não pode ser a panaceia, não vai resolver, nem é nenhuma “mina de ouro”, mas é um investimento muito grande. São cerca de 6 milhões de euros para a sua construção.

A construção civil tem um papel muito importante na Graciosa. É preciso que isso aconteça, embora tenhamos a consciência de que o betão não pode ser a mola impulsionadora e temos que ter consciência disso, mas neste momento e para que se dê um salto qualitativo que é o que precisamos realmente em termos do turismo, a construção deste hotel vai ser uma obra bastante importante, porque para além destes 6 milhões há também a construção, que é uma obra extra, de um solário, que com a decoração dos exteriores envolve mais 1,2 milhões de euros.

Portanto, há muito dinheiro a gastar numa zona muito bonita, que todos conhecemos.

Podemos não concordar com a totalidade, mas esperamos que no enquadramento do futuro projecto de Santa Catarina, fique devidamente enquadrado com o que já lá está construído.

Portanto, vamos ter uma zona muito importante para o desenvolvimento turístico da nossa ilha.

Em termos de desertificação humana, é uma verdade.

É uma situação extremamente complicada. Vem da década de 50. Os dados estão lançados, sabemos de cor e salteado todos estes números, tudo o que perdemos, mas envolve mais de 30 anos, o que não é fácil.

Situações dessas vemos todos os dias nas várias zonas do país e na nossa própria região, nas ilhas maiores, mas compreende-se a tentativa de ir viver para os centros urbanos. Na nossa própria ilha também vemos a tentativa de se ir viver para os aglomerados principais, embora sejamos muito pequenos. A Graciosa em termos de população é comparável a uma das freguesias grandes das outras ilhas, portanto isso é extremamente complicado.

Agora, temos que continuar a lutar por criar melhores condições para a não desertificação da nossa ilha e em termos de desenvolvimento do turismo estamos de acordo que os transportes, as acessibilidades, são um dos factores mais importantes.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD visitou Santa Maria, entre os dias 25 e 28, do passado mês de Abril.

Sob o tema “Ilhas de Coesão, que futuro?” pretendeu-se, de alguma forma, avaliar as potencialidades e constrangimentos da ilha, através da auscultação das suas forças vivas, tentando de alguma forma perceber aquilo que são as ambições e os receios, das Associações que estão, ou poderão estar, intimamente ligadas a um hipotético desenvolvimento económico de Santa Maria.

A grande conclusão que se pode tirar desta visita, é que a ilha tem potencial, facto indiscutível, mas que por si só não garante o desenvolvimento necessário para encarar o futuro com tranquilidade.

Analisemos a ilha na perspectiva dos seus sectores económicos.

No sector turístico a ilha tem hotéis, mas, infelizmente, com taxas de ocupação baixíssimas, tendo 2006 sido um ano negro neste domínio.

As actividades marítimo-turísticas ainda estão numa fase muito incipiente;

O Governo Regional anda há anos para certificar os trilhos turísticos e para garantir a sua limpeza;

Falta uma definição clara e inequívoca sobre que turismo é que queremos, resultando daqui que a promoção se revela, no mínimo, ineficaz;

A procura está extremamente condicionada ao transporte marítimo, resultando daqui que quando este falha, e tem falhado, as consequências são devastadoras para o sector;

As actividades promovidas pelas Associações, fundamentais na captação de turistas, não têm tido por parte das autoridades competentes o devido acompanhamento, quer em termos financeiros, quer em termos de planeamento;

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** As nossas praias estão condicionadas pela cíclica falta de areia, teimando o Governo em não proceder às obras para a sua retenção, apesar de, por exemplo, o Plano de Ordenamento Turístico, reconhecer que as praias são uma das mais-valias de Santa Maria;

Enfim, temos potencial. Faltam-nos é políticas que desenvolvam e consolidem esse mesmo potencial.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Na agricultura, temos matadouro, temos explorações certificadas para a carne IGP, mas depois não temos sala de desmancha e capacidade de frio que, certamente, permitiriam que as mais valias deste sector ficassem na ilha, tornando-o mais apetecível.

Nesta área, realça-se, pela positiva, o projecto que está a ser desenvolvido pela Agrocoopmariense, na comercialização e promoção de produtos marienses, projecto esse, que poderá a prazo revelar-se como uma alternativa em termos do rendimento dos nossos agricultores;

No sector das pescas, verifica-se que apesar de algumas coisas estarem a ser feitas, o Governo, por exemplo, esqueceu-se, ao construir o Porto de Recreio, que estava

condicionando o núcleo de pescas de Vila do Porto, não tendo pensado, em tempo útil, numa solução que servisse a todos: pescas e recreio náutico;

Verifica-se que a unidade industrial ligada à transformação do peixe espada preto está praticamente paralisada, situação estranha, se verificarmos que esta unidade possui bons equipamentos, existem stocks deste peixe nos Açores e, acima de tudo, existe mercado para o produto, só faltando mesmo é quem o pesque.

Esta situação, meio caricata, faz com que numa ilha onde existe uma reduzida oferta de emprego se percam umas dezenas de postos de trabalho.

No sector do comércio e serviços, verifica-se que existem apoios, cerca de cinco milhões de euros nos sistemas de incentivos, mas que infelizmente não existe da parte do tecido económico mariense capacidade para os absorver.

Um dos grandes empregadores da ilha, a ANA, S.A., continua a manter a situação de indefinição relativamente ao Aeroporto de Santa Maria,...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... não se percebendo se é a ANA que está a brincar com o Governo Regional ou se é o Governo que está a brincar com Santa Maria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar do espírito empreendedor das forças vivas marienses, nota-se no discurso de todas elas algum receio por aquilo que poderá ser o futuro de Santa Maria, receio este, que também é partilhado pelas entidades oficiais, nomeadamente, pela Câmara Municipal de Vila do Porto.

A pequenez da ilha, o facto de não conseguir fixar a população mais jovem e mais qualificada e a debilidade do tecido económico, são razões que estão identificadas, mas que, continuam, infelizmente por resolver.

A tão proclamada política de coesão tem sido, até agora, uma política de ilusão!

Não tem funcionado, tarda em ter efeitos e arrisca-se a não passar de mais uma expressão, interessante para utilizar nos discursos oficiais, mas sem qualquer tradução prática.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O desenvolvimento não passa só pelo betão e as obras por mais bonitas e imponentes que sejam, deverão ser sempre um meio para promover esse desenvolvimento e não um fim em si mesmas.

Apesar das infra-estruturas serem necessárias, é também muito importante que se definam políticas e estratégias para a utilização das mesmas.

Não serve de nada gastar milhões se depois esse dinheiro não tem tradução prática na vida das populações.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não quero com isto dizer que o Governo não tem feito nada, ou que tudo o que faz está mal feito.

Pelo contrário, reconheço que tem havido um esforço de investimento público na ilha e que as obras efectuadas eram necessárias, concorde-se, ou não, com as prioridades estabelecidas.

Mas falta qualquer coisa!

Temos que ultrapassar a fase quantitativa, a dos milhões,...

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... e passar à fase qualitativa, a dos resultados.

É na aposta na formação profissional, na criação do auto-emprego, na promoção do destino e na motivação dos diversos sectores económicos, que poderá estar a solução para estas ilhas pequenas.

Cabe ao Governo, à Autarquia e a todos nós, contribuir para que de uma forma segura, com projectos adaptados a cada uma das nossas parcelas se vá progressivamente caminhando no caminho do progresso e da tão necessária fixação das populações.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão inscritos para o debate o Sr. Deputados Alberto Costa, o Sr. Secretário Regional da Economia e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

(\*) **Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ferreira vem na sequência das duas intervenções que nos trouxe recentemente. Vem falar sobre a situação económica da Ilha de Santa Maria e desta vez faz uma análise sectorial, abordando algumas das actividades que ali decorrem.

Quanto aos hotéis, a verdade é que foi criada a gateway (não havia camas, agora há camas), e foi promovido pelo Governo da Região na BTL uma taxa com a ALCON, em que se vai a Santa Maria por um preço muito acessível.

Evidentemente que depois há outros pacotes e outros destinos com quase o mesmo preço e que são mais apelativos em relação apenas ao destino de Santa Maria. Por isso deve ser feita a venda de Santa Maria como um complemento da Ilha de São Miguel, de forma a rentabilizar as camas que ali existem.

Quanto às actividades marítimo-turísticas, existem duas empresas. Tenho falado com eles e eles dizem que têm tido procura. Evidentemente que é uma actividade muito sazonal e tem uma concorrência muito forte com a ilha de São Miguel, principalmente no *wale watching*.

Em relação às pescas, a história do peixe espada preto continua com o mesmo problema de sempre. É que há falta de quem faça esse tipo de pesca, mas há um acordo com uma associação em São Miguel para promover esse tipo de pesca.

Para o comércio e serviços estão à disposição 5 milhões. Como sabem, o tecido económico de Santa Maria é que não tem capacidade de ir buscá-los, por isso é que da última vez que abordámos esta questão foi dito, e repito aqui, que terá que se fazer uma tentativa de atrair investimento externo.

A privatização da ANA é um facto que não passa pela Região. Será a partir do segundo semestre deste ano e com certeza que vai afectar bastante a ilha de Santa Maria.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** O Deputado Sérgio Ferreira não foi tão pessimista!

**O Orador:** O senhor tenha calma, porque daqui a pouco pode falar. Ontem é que o senhor estava excitadíssimo. Hoje pode estar mais calmo, porque não estamos a falar da hélice.

Quanto à formação profissional, existe lá uma escola. Evidentemente que o que se passa é o que se passa nas ilhas pequenas. Se será um curso para 4 ou 5 pessoas, só há 2 ou 3 vagas. Isso continua a ser um problema para uma ilha que de 1960 a 2001 perdeu 33.44% da sua população.

Quanto ao auto-emprego, há um conjunto de incentivos que o Governo criou, que estão à disposição das pessoas, mas também o que se verifica é que as pessoas não têm aparecido e não têm feito esse investimento.

Portanto, de uma forma geral, em relação à intervenção que fez, discordamos só com o tom pessimista em que põe a maior parte das coisas, porque algumas delas até estamos de acordo.

O que temos que fazer por Santa Maria é dar confiança aos investidores e atrair o investimento externo.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer que as obras de recreio náutico estão a decorrer a bom ritmo, que o projecto não vai ser alterado e que estamos a coordenar com as pescas uma pequena modificação para que sem alteração do projecto do núcleo de recreio náutico também haja lugar para as pescas. Ponto final sobre este assunto.

Para o campo de golfe está a ser feito o estudo prévio. É uma grande obra para esta ilha.

O senhor falou de obras. Nós estamos a fazer grandes obras para esta ilha que vão contribuir para fixar pessoas e criar empregos.

Os sistemas de incentivos fizeram uma discriminação positiva de Santa Maria, como das outras ilhas da coesão e têm atraído muitos empresários de Santa Maria.

É evidente que Santa Maria tem a dimensão que tem devido ao seu mercado interno.

Em relação ao turismo, os primeiros 3 meses deste ano, apontam para 45,5% de aumento. Nós tínhamos o ano passado 2033 dormidas e passámos para 2957 este ano, de Janeiro a Março. É um bom indício. O ano está longe de terminar, mas é um indício.

No que diz respeito a novos operadores turísticos que queiram trabalhar com Santa Maria, nós tivemos na BTL bons contactos e estamos a estabelecer com esses operadores contratos-programa para enviarem mais turistas para Santa Maria, criando um produto chamado “As Ilhas Orientais”. Isto vai abranger uns dias em São Miguel e outros em Santa Maria, o que me parece também ser importante.

Em relação à população, os dados que temos da estatística, que são estimativas, apontam (e isso é genérico para todas as ilhas) que a partir do ano 2000 há uma estabilização, porque de 2000 a 2005, que são os dados que têm estatística, há uma estabilização e um bom crescimento.

Portanto, a queda total de diminuição da população que tinha ocorrido nas décadas de 60, 70, 80 e em parte na década de 90, começa a chegar ao seu termo.

Nas ilhas da coesão também na década de 90 houve uma grande queda da população. Parece que a partir de agora começa a haver alguma reversão da situação.

Oxalá que assim seja. Significa que as nossas políticas estão a atingir o alvo, mas isto é um assunto que tem que ser visto com muito cuidado, porque são pequenos números ainda e o que se pode afirmar é que há talvez uma estabilização da população nestas ilhas. Mas durante 5 anos não houve queda, o que é muito importante.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Sérgio Ferreira fez uma alusão na sua intervenção à inexistência da sala de desmancha em Santa Maria e da incapacidade de frio do matadouro industrial daquela ilha.

Era só para sublinhar que essa intervenção não corresponde minimamente à verdade, aliás só pode ser proferida por quem não conhece a estrutura que lá se encontra construída e em funcionamento.

Relativamente à sala de desmancha, ela está lá.

Relativamente à capacidade de frio, quer do matadouro, quer mesmo para o exercício das funções próprias de uma sala de desmancha, também lá está todo o equipamento montado e pronto a funcionar.

Relativamente ao desenvolvimento da actividade dentro da sala de desmancha e do matadouro industrial de Santa Maria, todos saberão (e o Sr. Deputado Sérgio Ferreira porventura melhor do que outros da sua bancada) que nós desenvolvemos em Santa Maria, com a Cooperativa Agromariense, um projecto de extraordinário valor para a valorização dos produtos agro-alimentares marienses, que já se iniciou no ano de 2006 – foi o primeiro ano.

É preciso que a cooperativa desenvolva e continue a desenvolver as suas actividades, que se fortaleça do ponto de vista económico e do ponto de vista da sua autonomia e capacidade de gestão.

Todo este processo está a decorrer, de uma forma muito entusiástica para os produtores em geral e provavelmente essa própria cooperativa poderá ter também na sala de desmancha e na comercialização da carne de Santa Maria uma palavra importante a dizer, porque já decorrem esses contactos e todos os processos tendentes a que isso possa ser uma realidade.

A intervenção revela assim profundo desconhecimento do que se passa na Ilha de Santa Maria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(\*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura, a minha intervenção não revela desconhecimento nenhum. A sala de desmancha de Santa Maria não funciona. A capacidade de frio não é suficiente. Quem o diz são os técnicos, e eu não sou técnico, e a Associação Agrícola.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** O Sr. Secretário devia saber isso!

**O Orador:** O senhor diz que não. Pois pela minha parte havemos de aquilatar quem é que está a dizer a verdade neste particular. Portanto, não venha dizer que não sei nada sobre o assunto, porque eu vivo em Santa Maria e quando a sala de desmancha estiver a funcionar eu hei-de dar por isso.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** O senhor não percebe nada disso!

**O Orador:** O facto do matadouro ter uma sala de desmancha, eu sei, porque estive na inauguração e não sou cego!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Agora, uma sala de desmancha que não funcione, que eu saiba, não serve para grande coisa.

Relativamente ao aumento turístico em Santa Maria, o Sr. Secretário Regional sabe tão bem quanto eu que não aconteceu nos primeiros três meses deste ano uma procura brutal de Santa Maria. Esse aumento turístico deve-se ao turismo sénior e às tripulações da Jordan que têm ficado lá. Não se deve a mais nenhuma razão, porque não vemos lá os turistas.

O senhor considera o turismo sénior uma actividade turística para criar grande riqueza. Se o senhor reconhece tudo bem.

Mas há aqui uma questão que me admira, que é a seguinte:

Nesta intervenção, só identifiquei os constrangimentos que nos foram transmitidos pelas forças vivas de Santa Maria.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Nem sequer me preocupei em atribuir culpas a ninguém, em relação a alguma coisa. Acho que os senhores estão um bocado viciados. Eu só identifiquei aquilo que as pessoas nos transmitiram e mais nada.

Eu não tenho hotéis, nem restaurantes, nem nada disso. Quem nos disse isso foram as pessoas que têm hotéis, que têm restaurantes e que vivem desta actividade.

Se calhar o senhor sabe mais do que eles. Há-de ir lá e transmitir isso a eles.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Finalmente, uma questão relativamente ao aeroporto de Santa Maria.

É verdade, Sr. Deputado Alberto Costa, que a privatização da ANA não passa pela Região, mas esta Região tem um Governo e aquele aeroporto fica na Região Autónoma dos Açores. Para que em Outubro não se passe nada de estranho, só deixo este alerta.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(\*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro:

A minha intervenção foi muito calma. Não atirei culpas para ninguém. Apenas fiz uma descrição do que nós estamos a fazer para complementar a sua intervenção.

Em relação às obras, elas estão aí. Não são contestáveis, nem o senhor as contesta.

Em relação à ANA, o nosso passado no Governo é exemplar, Sr. Deputado.

O senhor escusa de lançar mais “nuvens negras” para a ilha.

Não é verdade, Sr. Deputado!

Nós temos conseguido encontrar sempre, em cada momento, as soluções...

**Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): É o retrato da sociedade mariense!

**O Orador:** ... adequadas para que a ANA tenha mantido o horário de funcionamento – primeiro ponto.

Segundo:

Que na sua privatização os interesses da Região Autónoma dos Açores sejam assegurados. Isto ainda está para ser visto, mas é isso que nós estamos empenhados em conseguir.

Escusa de estar a levantar “nuvens negras”, porque elas não existem ainda e nós estamos a trabalhar para que elas não aconteçam.

O povo mariense conhece muito bem a nossa actuação no passado e no presente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de esclarecer o Sr. Deputado Sérgio Ferreira de que relativamente à sala de desmancha, à sua capacidade de frio e à capacidade de frio do matadouro de Santa Maria, dúvidas não existem de que aquela estrutura foi projectada por técnicos, foi executada pela empresa que respeitou o projecto técnico desenvolvido e que a capacidade de frio lá instalada corresponde à capacidade produtiva da Ilha de Santa Maria.

O senhor deixa a ideia de que alguém sempre de uma forma muito temerária, referencial para com o PSD, se dirige aos Srs. Deputados, colocando as suas apreensões, as suas dúvidas, os seus anseios. O PSD é hoje depositário destas questões.

Relativamente a essa matéria o que lhe posso dizer é que tanto tem o matadouro as condições para desenvolver a sua actividade e tanto tem a sala de desmancha condições para desenvolver a sua actividade, que existe em Santa Maria, e por parte inclusive da entidade que há bocadinho referi, interesse em iniciar a exploração da sala de desmancha de Santa Maria.

Isto bem esclarece o que acontece em Santa Maria.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

**(\*) Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A diferença deste discurso para o discurso, por exemplo, que houve sobre a Graciosa, é que o Sr. Deputado do PSD soube olhar para a ilha com olhos de desenvolvimento e apontar algumas soluções que nos parecem importantes. Parece-nos que é importante não só ter este discurso derrotista que começa a acontecer todas as vezes que o PSD vai a uma das chamadas Ilhas da Coesão, e também ter em perspectiva de que há trabalho em curso.

Com certeza que as obras que estão a ser feitas são para as pessoas e são as pessoas que importa.

Quanto ao Governo da Região, no que diz respeito à privatização da ANA, já foi dito pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário, que irão acompanhar o processo e que estão a acompanhá-lo e que irão ter uma palavra a dizer quando chegar ao momento.

Parece-me que nós, deputados, devemos estar atentos e ter uma palavra a dizer, em devido momento, ao Governo da Região em defesa da ilha e das pessoas que nos deram o seu voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao fim de vários anos de reivindicações, protestos, petições e constrangimentos, os terceirenses, a partir do primeiro dia do Solstício de Verão, vão passar a ter acesso a uma ligação aérea directa entre o Aeroporto das Lajes e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, na cidade do Porto.

Foi ao cabo do décimo dia deste mês de Maio que os residentes da ilha Terceira ficaram a saber que iriam passar a ter acesso a tal voo, a operar pela SATA Internacional, e, curiosamente, não o souberam pela mão da máquina informativa governamental, mas sim pela “pena” de um jornalista que conseguiu furar o esquema actualmente montado e em vigor.

Tal voo, com o qual nos congratulamos, porquanto sempre o CDS-PP o defendeu e reivindicou, vai operar entre 21 de Junho e 30 de Agosto, de uma forma experimental, sempre às quinta-feiras, apresentando-se como “uma possibilidade que surgiu no planeamento deste Verão e dada a existência de um novo Airbus A310” da SATA Internacional.

A justificação dada pela Companhia Aérea Açoriana não é má, mas deixa ficar no ar a lembrança de que esta será uma espécie de operação charter para um qualquer país nórdico europeu.

A SATA diz, que com esta fase experimental, vai poder testar-se “a aceitação da rota no mercado” e que está “ainda por avaliar o incremento desta rota futuramente”, sendo, de facto, para tal a época do Verão a “altura mais viável para testar a exequibilidade da nova rota”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta tomada de posição obriga-nos a ter de fazer alguns reparos à iniciativa, em princípio positiva, da SATA Internacional e, claro está, de quem a tutela, ou seja, o Governo Regional.

A forma tímida e aparentemente pouco convicta como surgiu o anúncio, abre porta a dúvidas, que esperamos não sejam sinónimo indiciador que os promotores do voo querem conferir um carácter propositadamente provisório à operação, o que seria à partida muito mau. Acresce que o Governo, sempre tão atreito a aproveitar politicamente até as iniciativas que lhe não pertencem, neste caso não deu sinais de querer dar apoio político à operação há tanto reivindicada e tão esperada.

Parece não haver confiança; o CDS-PP tem esperança. Esperança que o Governo e a SATA respondam, efectiva e definitivamente, a uma velha pretensão dos terceirenses e dos açorianos.

E era bom esclarecer se os critérios adoptados para a realização deste voo foram devidamente ponderados de modo a garantir o êxito desta ligação e se foram os mesmos adoptados para situações semelhantes.

Queremos também assinalar que o dia da semana em que será feita a ligação, no nosso entender, não é o mais adequado, por ser um dia com um potencial baixo de ocupação do avião, uma vez que o maior fluxo de passageiros, pelas mais variadas razões, seria à sexta-feira.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Há quem diga que é ao Sábado!

**O Orador:** Depois, um reparo ainda para o horário do voo: partida da Terceira às 7:45 horas e chegada ao Porto às 11:00 horas locais; saída do Porto às 13:30 horas e chegada à Terceira às 15:00 horas. Note-se que este horário não permite captar passageiros de outras ilhas, diminuindo assim a taxa de ocupação para este voo.

Outra dúvida que nos suscita esta operação prende-se com o tipo de aeronave a utilizar, um Airbus A310, com capacidade, estendida ao máximo pela SATA, para 222 passageiros. Pensamos que tal não será o mais indicado para esta rota, pelo menos na sua fase inicial. Esperamos que não seja uma tentativa para dizer que o voo não tem ocupação suficiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a possibilidade de proceder a reservas neste voo, os terceirenses, desde o primeiro momento, consideram boa a operação, mas manifestamente insuficiente.

Quer os residentes, quer os empresários locais, esperavam mais do que apenas um voo por semana e em dias adequados.

A reivindicação da ilha é para um voo directo com o Porto, durante todo o ano.

Aliás, é importante recordar o estudo efectuado pela Administração do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, que aponta para um grande tráfego, sobretudo de estudantes, pessoal da área da saúde e desportistas, entre a ilha Terceira e a cidade do Porto, defendendo, tal estudo, a pertinência de estabelecer rapidamente esta rota anual e com reforço de voos na chamada época alta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açorianos, em matéria de acessibilidades com o exterior, dependem exclusivamente do transporte aéreo e é sempre positivo quando se procura aumentar essas mesmas acessibilidades, melhorando e aumentando a frequência de ligações ao exterior, de uma forma séria equitativa e justa.

Porém, queremos acreditar que se realiza este voo para servir os açorianos residentes nos Açores e os estudantes, que constituem naturalmente um número considerável de passageiros.

Lamentamos, profundamente que os passageiros com tarifa de residente, em certas circunstâncias, não possam viajar neste voo, o mesmo se passando com os estudantes.

É verdadeiramente condenável e contraria todas as legítimas expectativas.

Estávamos convencidos que este voo seria para servir bem os açorianos;

Estávamos convencidos que este voo seria para servir os estudantes;

Perante isto há que perguntar qual será a atitude clara e firme do Governo Regional perante este atentado aos direitos da população vítima da insularidade.

Volto a citar-lhe Klaus Moller (já o fiz uma vez e faço-o novamente): “Aquilo que vale a pena ser feito, vale a pena ser bem feito”.

**Presidente:** Estão inscritos a Sra. Deputada Fernanda Trindade, o Sr. Secretário Regional da Economia, a Sra. Deputada Carla Bretão e o Sr. Deputado Osório Silva.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Trindade.

(\*) **Deputada Fernanda Trindade (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu comungo com alguns aspectos que o Sr. Deputado Artur Lima referiu na sua intervenção.

A petição dos terceirenses, não há dúvida que é um direito de cidadania. Fizeram-no e fizeram-no muito bem, porque têm consciência dos seus direitos, consciência das suas necessidades e querem o melhor para a sua ilha.

Mas também ficaram cientes neste momento de que quem governa, governa atentamente, porque ouviu e decidiu.

O Sr. Deputado Artur Lima sabe muito bem que invocou aqui na sua intervenção que este desejo nasceu de dois aspectos. Primeiro, a Terceira quer afirmar-se como rota turística, e muito bem. Também aí estamos todos de acordo. Segundo, nasceu do desejo de um grupo de pais que, tendo melhores recursos económicos, querem visitar os filhos que se deslocam para as universidades do Norte e querem ver as férias dos seus filhos alargadas. Muito bem! Verão isso concretizado.

Quero dizer que o período escolhido foi muito bom. É na época de Verão (aproveitou-se mais um equipamento que a SATA tinha) e inclusivamente acho que apanha o período das Sanjoaninhas, que é um período de grande movimento para a Ilha Terceira. Dará para fazer bem o teste.

Sr. Deputado Artur Lima, governar é acima de tudo um acto político e em política tem que se dar passos certos e às vezes esses passos certos implica serem curtos mas com uma visão alargada.

Eu acho que quem governa, se quer ter uma visão alargada neste arquipélago, tem que olhar e pensar em todos os açorianos, mas acima de tudo tem que avaliar, porque gerir sem avaliar corremos riscos de às vezes termos muita coisa e não a sabermos usar ou não termos melhor proveito delas.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Neste momento tenho fé que vamos ter um resultado positivo no final deste mês e há também um bom histórico relativamente a São Miguel, que já faz esta viagem a algum tempo. Provavelmente poderá fazer melhor esta avaliação.

Sou apologista de que quem governa deve fazer avaliações. Deve olhar como é que usa os recursos e depois informar os cidadãos, porque eles também estão conscientes e cientes de que vivem num arquipélago.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(\*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umás vezes acusam-nos de termos protagonismo, outras vezes acusam-nos de não o termos.

Neste caso o Sr. Deputado do CDS acusa-me de não termos um protagonismo devido desta operação.

Esta operação foi iniciada da seguinte forma:

Nós tivemos uma reunião na Terceira, com os empresários do sector, com a SATA e com a TAP.

Nessa reunião que tivemos fizemos o convite directo à TAP e à SATA.

É evidente que a TAP tem muitas melhores condições de fazer os voos em qualquer dia da semana, porque tem um hub no Porto. O avião da SATA não está todos os dias no Porto como está o avião da TAP.

Os condicionalismos de uma companhia aérea que tem 7 aviões a jacto, são completamente diferentes de uma outra companhia que tem 7 ou 8 vezes mais aviões a jacto. De modo a que a SATA não tem disponibilidade, como qualquer tipo de frota, a qualquer tipo de equipamento, nem a qualquer tipo de dia ou de hora.

Nós fizemos o convite a ambas as companhias, através da ATA, porque percebíamos que poderia haver algum risco nesta operação, para que se fosse fornecida em termos de promoção desta viagem um quantitativo de cerca de 100 mil euros, para esta operação deste ano. É uma operação que está a iniciar-se, porque é uma operação que interessa para o turismo da Terceira e respondeu positivamente apenas a SATA, mas fizemos convite às duas companhias aéreas que estavam no mercado e que teriam melhores hipóteses de fazer esta primeira experiência.

O tarifário que nós colocamos é o tarifário actualmente praticado nos voos para o aeroporto de Ponta Delgada.

Eu acabei de confirmar com a SATA que são exactamente os mesmos tarifários, tanto para estudante como para residente (194€ para residente, 151€ para estudante).

O que é que se vai processar?

Neste momento estamos a envidar esforços para, na nova revisão das obrigações do serviço público, incluir uma ligação da Terceira para o Porto.

Queremos realmente que este voo se efectue para demonstrar ao Governo da República que há taxas de ocupação razoáveis e que é possível também estabelecer essa obrigação de serviço público sem qualquer prejuízo da República. Nós percebemos, neste momento, que existe, em termos da República, uma contenção financeira muito grande e nós queremos dizer que as pessoas que estão no Continente que viajam para a Terceira, tanto podem viajar por Lisboa, como pelo Porto, que para o Governo da República é exactamente o mesmo.

Isso só se demonstra quando as taxas de ocupação neste voo são óptimas, são boas e por isso iniciamos no período em que teríamos mais possibilidades ou mais probabilidades de ter uma boa taxa de ocupação. Foi o que fizemos.

Foi exactamente desta forma que procedemos para São Miguel.

Na altura, a SATA fê-lo sem qualquer tipo de ajuda, porque percebia que o mercado sendo maior não havia necessidade de qualquer tipo de ajuda.

Neste caso concreto, no Verão, ainda há algum risco. A TAP não o quis fazer, mas a SATA vai fazê-lo e estamos convencidos que a operação vai correr bem e que vai ser o início de algo que vem para ficar, ou seja, uma ligação semanal para a Terceira.

Quando tivermos maior procura serão duas ligações por semana, mas isso vai depender da lei da oferta e da procura.

Vamos testar, porque dizer que há 4 mil passageiros que vieram por Lisboa, oriundos do Porto, como disse a delegada da TAP, não significa que eu consiga pôr esses 4 mil passageiros, naquele dia, àquela hora pelo Porto.

Mas ao colocarmos aquele voo, também vamos aumentar a apetência de outras pessoas, que eventualmente não iriam por Lisboa, mas que agora passam a fazer o voo directo.

Portanto, é preciso experimentar, verificar as taxas de ocupação e nós estamos convencidos que com a ajuda que nós estamos a dar através da ATA, que este voo vai ter sucesso, vai ter boas taxas de ocupação e que vem para ficar.

Em relação ao Airbus 310, é como lhe disse, o equipamento que a SATA tinha disponível. Não tinha outro equipamento. Só tinha aquele equipamento e naquele dia. Não sendo assim, ela não poderia fazer aquele voo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(\*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Sr. Deputado Artur Lima pela sua excelente intervenção.

Gostaria também aqui de deixar a minha opinião sobre esta situação, pois é um assunto que tenho trazido a esta casa há muito tempo.

É verdade que esta ligação é esperada por muitos terceirenses, há muito tempo. É uma velha pretensão de estudantes, empresários, doentes, de todas as pessoas que necessitam de ir à cidade do Porto.

A verdade também é que esperávamos muito mais e até o Aeroporto Sá Carneiro, com certeza, esperava muito mais.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Dois voos por semana!

**A Oradora:** A partir do momento em que estabelece essa rota como uma das prioritárias, tenho dados suficientes que demonstram a viabilidade desta rota. Não percebo como é que o Governo Regional não terá esses dados.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Então por que é que a TAP não faz?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** O senhor é que tem que responder a essa pergunta!

**A Oradora:** Também é certo, e segundo o que disse a Sra. Deputada Fernanda Trindade, que é sempre necessário fazer estes testes, é sempre necessário estudar a viabilidade destas rotas. Não poderia estar mais de acordo consigo.

No entanto, há aqui algumas questões que me levantam dúvidas, se este estudo será realmente fiável, não só pelo equipamento utilizado, como também já aqui foi referido, um A 310, com capacidade para 222 passageiros, o dia em que foi estabelecido e o horário.

Falo no horário, porquê?

Este voo não consegue privilegiar também as restantes ilhas do Grupo Central. Sendo assim, ficamos apenas confinados à Ilha Terceira ficando todas as outras ilhas sem hipótese de aceder a este voo através da Ilha Terceira, o que eu acho que é inadmissível.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Inadmissível?! É o que o havia!

**A Oradora:** Por isso, espero que o Governo Regional tenha o bom senso de continuar com esta rota, de avaliar, mas criar as condições para que essa avaliação seja fiável.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** É o que nós estamos a fazer!

**A Oradora:** O que me parece neste momento é que as condições em que foi criado este teste são no mínimo duvidosas, Sr. Secretário.

Parece-me que realmente não há vontade política para que este voo aconteça.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

**(\*) Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio, não podia deixar de fazer uma intervenção sobre esta matéria, uma vez que é uma matéria importante para a Ilha Terceira, em particular.

Gostaria também de dizer que, hoje, os açorianos assistem, no contexto político regional, a uma nova forma de fazer oposição.

Critica-se o amontoar de obras que estão a ser concretizadas e executadas pelo Governo Regional em toda a Região Autónoma dos Açores.

Critica-se tudo aquilo que o Governo Regional está a efectuar na Região, mas também é verdade que a oposição não tem sido capaz de apresentar alternativas para aquilo que é a acção do Governo em relação a uma série de matérias e, no caso em particular, em relação à questão dos voos.

Gostava de referir aqui, e lamento de alguma forma, que o Sr. Deputado Artur Lima perdeu uma oportunidade para intervir sobre aquilo que é a posição do Partido Popular em relação, por exemplo, aos voos charters para a Ilha Terceira vindos directamente da Holanda e a satisfação que existe actualmente por parte dos operadores em relação a essa matéria.

A verdade é que a oposição da Ilha Terceira, que até há alguns tempos atrás falava sobre os fluxos turísticos para a Ilha Terceira, hoje fica em silêncio em relação a esta matéria.

Demonstra de forma clara que a acção do Governo nesta matéria tem dado resultados muito positivos para a Ilha Terceira.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** O senhor vai despistar-se!

**O Orador:** Gostaria também de dizer que em relação a essas ligações para o Porto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de algum tempo a esta parte, teve a oportunidade de trazer a esta Assembleia uma Proposta de Resolução sobre esta mesma matéria.

É verdade também que essa reivindicação foi trazida aqui através de uma petição de cidadãos que residem na nossa Ilha Terceira.

A verdade é que nós congratulamo-nos com esta medida, congratulamo-nos com este voo e estamos esperançados, como aqui já foi dito pelo Sr. Secretário, que no futuro haja oportunidade de termos mais operações de ligações do Porto para a Terceira e da Terceira para o Porto.

Em relação à Sra. Deputada Carla Bretão lanço aqui desde já o desafio, uma vez que pelos vistos o horário do voo não é favorável somente a si, para apresentar aqui uma proposta, com o dia e a hora que dá mais jeito às pessoas para voarem para o Porto.

Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à tarifa de residente, Sr. Secretário, infelizmente, tenho aqui uma informação da TAP – Departamento de Vendas em Portugal, onde diz especificamente o seguinte:

“As tarifas de residente e de estudante não serão válidas no voo Terceira/Porto/Terceira, TP 6605, TP 6604”.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Isso é para o balcão da TAP!

**O Orador:** A TAP não aplica a tarifa de residente nesse voo. A TAP faz *code-share* com a SATA quando lhe interessa. A TAP não aplica a tarifa de residente.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Tem que aplicar!

**O Orador:** Esta matéria não o preocupa?

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** A TAP é que está errada. Toda a gente aplica essa taxa!

**O Orador:** Há desigualdade!

A TAP e a SATA têm um acordo *code-share*. Os senhores sabem o que é *code-share*?

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sei!

**O Orador:** Ah! Têm um acordo, mas o acordo é para quando interessa. Quando não interessa a TAP não aplica e o Governo Regional “assobia” para o lado.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não assobia”!

**O Orador:** Assobia, sim senhor!

Eu quero saber qual é o seu compromisso em relação a uma companhia pública que é a TAP, que presta serviço público para os Açores, que é indemnizada por isso e o que é que o Governo Regional diz a isso?

Tem um acordo *code-share* e não aplica a tarifa de residente nesse voo.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Deputado, este voo não é *code-share*!

**O Orador:** Sr. Secretário, o senhor falará a seguir.

Não aplica a tarifa de residente. O senhor acha bem?

É essa a resposta que o senhor tem que me dar.

O senhor sabe que as companhias têm determinado número de lugares reservados no avião e eu posso não apanhar um bilhete com chapa SATA, ou o senhor não sabe isso?

As companhias em *code-share* têm um determinado número de lugares no avião que são reservados a cada companhia e um açoriano pode ter um bilhete com chapa SATA e ter tarifa de residente e chapa TAP e não ter a tarifa de residente. Aqui é que está o problema.

E é aqui que quero saber se o Sr. Secretário se preocupa ou não? Se vai ter uma atitude firme e clara nessa matéria, ou não vai? Esta é que é a questão, porque eu não quero acreditar, Sr. Secretário, que o senhor seja aqui advogado de defesa da TAP.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Eu?!

**O Orador:** Já é recorrente. Já da outra vez defendeu aí a TAP. Eu não quero acreditar que o faça.

Que o voo é positivo, que a iniciativa é positiva, já o dissemos ali. Agora, isto é uma injustiça que não se aceita por parte da TAP, Sr. Secretário.

O senhor não anda a negociar com a ANA para não haver injustiças em relação a Santa Maria e em relação a outras coisas?

Então o Governo Regional não tem poder de influência junto à Administração da TAP? Não tem, Sr. Secretário? É isso que quero saber.

Eu repito: a TAP é uma companhia pública, com obrigações públicas e recebe dinheiros públicos.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não recebe dinheiros públicos!

**O Orador:** Se tem *code-share* com a SATA deve garantir aos passageiros desse voo as mesmas condições.

Fico por aqui.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(\*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este voo, ele não faz parte das obrigações do serviço público. Portanto, não é *code-share* com a TAP.

Sr. Deputado, este voo está em todas as agências de viagem, na SATA e se nos balcões da TAP não estão, têm que estar ao preço que a SATA comercializa.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Está com esta tarifa!

**O Orador:** Ouça!

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Está aqui!

**O Orador:** O que lhe posso dizer é que a TAP não tem *code-share* neste voo com a SATA.

Se a TAP não quer vender este voo, todas as outras agências de viagem e os balcões da SATA em que este voo está comercializado, está comercializado a este preço.

Bom, se a TAP não está a vender, eu hei-de falar com a TAP, hei-de verificar o que se passa, mas é uma questão individual da empresa que devia vender ao mesmo preço que a SATA está vendendo.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Eu posso dar-lhe cópia!

**O Orador:** Sr. Deputado já lhe disse que a TAP não é obrigada a vender este voo porque não tem *code-share* com a SATA. É um voo fora das obrigações do serviço público. Entendido?

Segundo aspecto: o horário!

As pessoas só gostam de falar mal.

O voo que sai às 7.45 não serve (é evidente que não serve!) as outras ilhas, mas se começasse mais tarde, chegava mais tarde à Terceira e não havia ligações da Terceira com as outras ilhas.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não é bem assim!

**O Orador:** Não se pode ter as 2 coisas. Ou os senhores querem ter um voo às 11 horas a partir da Terceira e outro voo às 11 horas a partir do Porto.

Sr. Deputado a distância entre a Terceira e o Porto em *block hours* é à volta de 6 horas.

Portanto, se o senhor somar 6 horas às 7.45, tem o voo de regresso, mas se o fizer muito mais tarde não tem horário compatível com as ligações com as outras ilhas.

Só tendo dois voos por dia é que se pode fazer a entrada e a saída e servir todas as ilhas, mas não é possível, porque estamos a fazer um único voo.

Adopta-se uma situação. Quem vem de fora consegue ir às outras ilhas. Quem inicia o voo, só os terceirenses é que o conseguem fazer.

Repare: muitas das ligações que a TAP tem para a Terceira são também a essas horas (8.00 horas, às 8.15, às 8.30). Eu não consigo colocar um corvino, um florentino ou um graciosense na Terceira em tempo suficiente para apanhar o voo, mas quando regressa, se esse voo começar às 7.45, no regresso já pode ir às outras ilhas. É essa a vantagem.

Não se pode ter as duas coisas ao mesmo tempo.

Há sempre quem queira falar mal.

Nós estamos a falar de uma medida positiva, numa medida que a Região Autónoma dos Açores tomou a iniciativa de a fazer e que tem, no meu entender, muito futuro.

Nós tomamos na altura que nós achamos que as taxas de ocupação são mais elevadas para mostrar à República que isto, é claro, pode passar a uma obrigação de serviço público. Tem um fito, que é demonstrar que as obrigações de serviço público podem incluir uma ligação à Terceira. É isso que nós estamos a trabalhar este ano.

Fizemos o mesmo para São Miguel e conseguimos uma ligação o ano inteiro e neste momento já temos mais do que uma ligação.

O caminho a seguir para a Terceira será o mesmo.

Começamos pela parte melhor que é o Verão, servindo as Sanjoaninhas e acabando no dia 31 de Agosto, que é quando a SATA tinha disponibilidade. Muito gostaríamos que a TAP o tivesse feito, porque a TAP tem obrigações na Terceira que a SATA não tem.

Fizemos um convite à TAP e à SATA. Respeitámos a SATA e respeitámos a TAP, nesse aspecto.

Até dizemos: para fazerem isto, nós até damos 100 mil euros para a promoção deste voo, se necessário.

O que é que aconteceu? A única empresa que respondeu foi a SATA.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Estamos de acordo nessa matéria!

**O Orador:** Eu estou a fazer a crítica implícita à TAP que não cumpriu aquilo que devia ter cumprido, tendo em atenção que tem responsabilidades na Terceira que a SATA não tem e tem muito mais possibilidades que a SATA de fazer este voo,

porque tem um *hub* efectivo no Porto, que a SATA não tem. Tem poucas ligações ao Porto para poder dispor do avião lá, para não ter que perder uma “perna” vazia entre Lisboa e o Porto. Custa muito mais à SATA fazer isso.

Se fosse escolher outro dia qualquer, a SATA tinha que colocar um avião que está em Lisboa, no Porto, sem qualquer tipo de tráfego para fazer essa ligação.

É uma questão técnica. Foi escolhido esse dia porque foi a disponibilidade que a SATA tinha. A hora é boa para a entrada, mas é má para a saída em termos de ligação com as outras ilhas, mas é o que se pode arranjar, não se pode fazer tudo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tanto queremos que fomos dos primeiros, senão mesmo os primeiros a reivindicar isso, Sr. Deputado. O senhor é que não tem memória.

Sr. Secretário, vamos aclarar e esclarecer esta questão:

Preocupa-o o facto de a TAP não praticar a tarifa que justamente é praticada pela SATA.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Nem sabia disso!

**O Orador:** V. Exa. naturalmente vai ter alguma atitude nessa matéria. É isso que eu quero deixar aqui bem esclarecido, Sr. Secretário.

Estamos entendidos quanto a essa matéria. Isto é de uma injustiça tremenda e o senhor reconhece isso.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Nem sabia disso!

**O Orador:** Estou a dizer-lhe que tenho aqui cópia disso e posso entregar-lhe uma, mas não precisa, porque qualquer pessoa lhe arranja isso.

O argumento que não faz parte do serviço público tem perna coxa neste caso, sobretudo quando a SATA pratica a tarifa justa e a TAP como empresa pública, e que presta serviço público aos Açores. Se fosse outra companhia, ainda se entendia. Agora a TAP não se entende que não faça.

Eu disse na minha intervenção que este voo é positivo, que é positiva esta iniciativa. Fui o primeiro a admitir isso e admito-o ali.

Não é perfeita, e já que falou do voo de São Miguel, lembra-se qual era o equipamento utilizado no início?

Era um 737! Levava 130 passageiros, praticamente metade do Airbus.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Deputado, era o que tínhamos para fazer o voo!

**O Orador:** Eu compreendo que não havia outro avião disponível e que se aproveite a ligação de Toronto, que acho que é de onde veio o avião, para se fazer depois a ligação ao Porto. Eu compreendo que esta seja a maneira.

Agora, eu também quero compreender que essa taxa de ocupação do 310 (a taxa de ocupação faz-se pelo número do lugar efectivamente ocupado), ...

**Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Era bom. Tem mais lugares!

**O Orador:** Sr. Comandante, o que interessa às companhias de aviação é a taxa de ocupação do avião. É esse o número que se usa.

**Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): O que interessa é a avaliação que o faz!

**O Orador:** O senhor que gosta de falar tecnicamente, aqui, tecnicamente o que interessa é a taxa de ocupação do avião. Não há cá número de passageiros.

Para terminar, gostaria de lhe dizer, Sr. Secretário, que várias vezes o Governo nesta casa “encheu o peito de ar” e fez aqui gala da sua influência junto dos camaradas na república, e muito bem, para defender os Açores e para defender alguns interesses dos Açores.

Pois, a sugestão que lhe faço é que interceda junto dos camaradas da República, porque a TAP ainda é uma empresa pública, tutelada pelo Estado. Aqui há uns tempos o Sr. Presidente do Governo Regional dizia que ainda era socialista. Ainda bem que ainda o é, porque defendeu os Açores em determinadas matérias, como por exemplo nas taxas de internamento dos hospitais para cirurgias, que é um caso parecido.

Portanto, o Sr. Presidente do Governo ou o Sr. Secretário, junto do camarada Sócrates, deverá defender justamente que a TAP tenha um critério justo para os Açores e isso depende, que fique aqui bem claro, exclusivamente do Governo Regional que tem alta responsabilidade nessa matéria.

É o que tem que ficar aqui bem claro.

A responsabilidade é toda vossa, não é só nas coisas boas, também há-de ser nas más.

*(O Sr. Presidente da Assembleia foi substituído na Mesa pela Sra. Vice-Presidente Fernanda Mendes)*

**Presidente:** Não havendo mais inscrições para este debate, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decorreu no passado dia 4 do corrente, no Auditório Municipal das Lajes do Pico, uma audição pública sobre o tema "Renovação e modernização da frota no contexto de uma pesca sustentável", promovida pelo Euro-Deputado Paulo Casaca, relator responsável pela elaboração da posição do Parlamento Europeu sobre o "relatório anual da Comissão Europeia sobre os esforços dos Estados-Membros em 2005 para obterem um equilíbrio sustentável entre as capacidades e as possibilidades de pesca".

A convite do Euro-Deputado Paulo Casaca, em nome da Delegação Portuguesa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, participaram numerosos conferencistas, pescadores e população em geral sendo de realçar a participação do Engenheiro Naval Casto Lopez Benitez que integra a Direcção Geral da Pesca e dos Assuntos Marítimos da Comissão Europeia.

Da análise de alguns documentos em discussão nomeadamente do Relatório Anual da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre os esforços dos Estados-Membros em 2005 para obterem um equilíbrio sustentável entre as capacidades e as possibilidades de pesca, constata-se o seguinte:

- Apesar do prazo limite para os Estados-Membros apresentarem à Comissão, nos termos do artigo 14º do Regulamento (CE) Nº 2371/2002 e do artigo 12º do Regulamento (CE) nº 1438/2003, os seus relatórios anuais ser até 30 de Abril do ano seguinte, apenas dez Estados-Membros o fizeram e mesmo assim alguns com largos meses de atraso;

- Na generalidade dos Estados-Membros, o segmento da pequena pesca costeira representa mais de 80% do total da frota pesqueira da Comunidade, situação que é aliás muito semelhante à que temos na nossa Região;
- A redução da capacidade da frota da União Europeia a 15, foi entre Janeiro de 1995 e Janeiro de 2006, de 16% na Tonelagem de Arqueação Bruta e de 23% na Potência (KW) instalada;
- A maioria dos Estados-Membros registou uma redução global contínua do seu esforço de pesca, não só resultante dos vários regimes de limitação do esforço de pesca e de abate, mas também consequência do aumento do preço dos combustíveis;
- Entre 2003 e 2005 foram retiradas da frota da União Europeia, com apoios públicos, aproximadamente 132.000 Toneladas de Arqueação Bruta e 427.000 KW de potência instalada sendo que, dos novos Estados-Membros, apenas foram retiradas 20.000 Toneladas de Arqueação Bruta e 54.000 KW de potência instalada;
- Relativamente às Regiões Ultraperiféricas, tendo em conta o mesmo período de tempo, a redução da frota e da potência instalada, também foi, se exceptuarmos a Martinica no que diz respeito à potência instalada, muito significativa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Comissão Europeia reconhece, veja-se as Comunicações ao Conselho e ao Parlamento Europeu de Fevereiro e de Abril últimos, a imperiosa necessidade de adaptar a capacidade das frotas de pesca e a limitação do esforço de pesca à necessidade de conservação dos recursos piscícolas e por isso, em conformidade com o Regulamento (CE) nº 2371/2002, do Conselho de 31 de Dezembro, a regra geral implementada para a gestão da frota é de que a uma nova capacidade introduzida deve corresponder igual capacidade retirada e nenhuma capacidade abatida com apoios públicos pode ser reposta.

A Comissão Europeia reconhece ainda que "a grande variedade dos sistemas de gestão actualmente utilizados pela Comunidade e pelos Estados-Membros resulta numa falta de transparência, de eficácia e, em certos casos, de coerência global, que contribuem para as dificuldades económicas com que o sector se confronta" e que, "a realização dos objectivos fundamentais que a Comunidade e os Estados-Membros tentam alcançar no contexto da política comum da pesca (PCP) – tais como a

conservação dos recursos ... e a estabilidade relativa das possibilidades de pesca "não foram alcançados, com a política comum das pescas, como o demonstram as condições depauperadas de muitos recursos, sobretudo de espécies demersais.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Um caso de sucesso!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabendo-se, como se sabe, que a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos é condição prévia para a sustentabilidade do sector e da actividade da pesca, toma particular relevo o facto da Comissão Europeia considerar a multiplicidade de mecanismos e instrumentos de gestão existentes nos Estados-Membros e reconhecer que essas diferentes abordagens constituem "um repositório considerável de experiências práticas que devem ser avaliadas e merecem ser partilhadas". Trata-se de, implicitamente, reconhecer que o que é diferente tem que ser tratado de forma diferente.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É o princípio da igualdade!

**O Orador:** Exactamente. O Sr. Deputado, afinal, acabou mesmo por estar "afinado" hoje!

Merece aprofundada reflexão a discussão, lançada pela Comissão Europeia, relativa aos instrumentos de gestão baseados nos direitos de pesca, embora não sendo na sua essência nova, dado que, com a cessação da liberdade de acesso aos recursos da pesca e com a criação de múltiplas formas de direitos de acesso que impõem restrições, se atribuiu implicitamente um valor económico ao direito de pescar.

De facto, o comércio de direitos de pesca, que já existe em muitos Estados-Membros, e o seu valor económico podem atingir níveis elevados e exercer um poderoso impacto no sector. Esta discussão que, na prática, se iniciou com a Comunicação da Comissão, nº 181, de 2002, relativa à reforma da política comum de pescas, abre a possibilidade de introduzir nos sistemas comunitários e/ou nacionais disposições em matéria de direitos de pesca cessíveis, quer a título individual quer colectivo.

Pese embora reconhecer-se ser perfeitamente legítimo que cada Estado-Membro opte por um determinado sistema impondo restrições específicas como, por exemplo, as quotas, que seja compatível com os seus objectivos nacionais, parece-me a mim difícil conciliar objectivos contraditórios como sejam, por exemplo, garantir a curto

prazo a eficiência económica e a manutenção do emprego, garantindo em simultâneo a sustentabilidade dos recursos.

São enormes os riscos de concentração que um sistema de gestão baseado nos direitos de pesca poderá possibilitar, embora se reconheça também a possibilidade de serem criados mecanismos de desencorajamento à concentração. Este sistema poderá vir a afectar a pequena pesca costeira/local e ter impactos tremendos nas pequenas economias locais, pelo que se justificará tomar como prioridade política a sua protecção, com a finalidade clara e assumida de a proteger contra concorrentes que possam dispor de muito mais capital. Lembro que cerca de 80% da frota regional é constituída por embarcações com menos de 5 Toneladas de Arqueação Bruta, pertencente a pequenos armadores cujo único capital é a própria embarcação.

Para além de outras imposições legais que visam limitar a capacidade, as capturas e o esforço de pesca, a legislação europeia também estabelece limites em termos de tonelagem de arqueação bruta (GRT) e potência propulsora. Contudo, por razões de segurança e bem-estar a bordo, a limitação da potência propulsora, no contexto da renovação da frota deveria ser revista.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se tivermos presente que, de acordo com a regulamentação comunitária, o cálculo da tonelagem de arqueação bruta de uma embarcação comunitária de pesca com menos de 15 metros não é efectuado nos termos da Convenção Internacional, assinada em Londres em 1969, sobre a Arqueação dos Navios, resultando antes no somatório de todos os espaços fechados mas apenas tendo em conta só o espaço fechado abaixo do convés e que, a substituição de uma embarcação de boca aberta por uma de comprimento fora a fora inferior a 15 metros, cabinada com convés, de igual tonelagem de arqueação bruta resulta, nos termos da Convenção de Londres e na prática, numa embarcação de muito maior tonelagem, fácil é concluir que a mesma potência propulsora é insuficiente.

A possibilidade, de acordo com informação do Sr. Sub-Secretário Regional das Pescas, da Região poder transferir cerca de 10.000 KW de potência instalada, correspondente a um pouco mais de 7.000 cavalos vapor, do segmento das embarcações de pesca com mais de 12 metros, para o segmento das embarcações de

pesca com menos de 12 metros já é um avanço significativo no sentido de tornar possível desbloquear algumas situações de renovação pendentes e, simultaneamente, reduzir o segmento mais alto, claramente sobredimensionado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em jeito de conclusão poder-se-á afirmar que não é possível gerir de forma centralizada a sustentabilidade dos recursos marinhos, veja-se o exemplo dos cerca de 100 navios licenciados para operar entre as 100 e as 200 milhas da Zona Económica Exclusiva dos Açores os quais, desde 2003, não são obrigados a comunicar a entrada nessas mesmas 200 milhas.

Importa pois ter consciência que o objectivo da sustentabilidade não é não mexer nos recursos mas antes, mexer e deixar igual e que tal só é possível se houver menos desperdício e menos “pesca-fantasma” e se a renovação e modernização da frota tiver como objectivo, a par da sustentabilidade, a manutenção do rendimento conjugada com a afectação de menos meios humanos ao sector.

Disse!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Estão inscritos para debate os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro e Helder Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**(\*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Breves palavras para saudar o Sr. Deputado Lizuarte Machado pela profundidade com que abordou a temática tão importante e tão prioritária para o interesse regional, para o interesse do mundo: o mar, as pescas, o desafio da sua exploração e preservação, a importância mundial e geoestratégica que a Região assume com tão vasto território marítimo.

Por isso queria deixar este registo de agrado quando também não podemos deixar de estar atentos à discussão que actualmente a Europa faz relativamente ao Livro Verde da Política Marítima Europeia.

Quando queremos, podemos e devemos fazer do mar o nosso potencial regional, interno, mas também europeu e mundial e esta reflexão de gestão dos recursos, de uma forma global, que pode impor a racionalização, não pode, nem deve dispensar, como bem dizia o Sr. Deputado, o interesse localizado na sua gestão e na sua intervenção.

Quem está mais próximo, cumprindo aliás um tão bem querido princípio de subsidiariedade para a União Europeia e para as políticas europeias, sabe melhor decidir a gestão dos seus recursos.

Não podemos iludirmo-nos, no entanto, da importância da globalização de uma gestão universal, dos recursos do mundo e do planeta.

É essa também a perspectiva do PSD que quer fazer do mar essa nossa prioridade e essa nossa posição geoestratégica de influência na Europa e no mundo.

Gostaria, por isso, também, de chamar a atenção, porque quando se celebram acórdãos internacionais em matéria de pesca, é preciso que se faça uma reflexão aprofundada, partilhada, desde logo, com a sociedade política e com os parceiros corporativos profissionais da matéria.

Acho que, por essa via, ainda há muito a fazer, e o que tem sido feito nem sempre tem sido feito da melhor forma.

Termino como comecei, saudando a sua intervenção e a profundidade da mesma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

**(\*) Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quero também aproveitar esta oportunidade para cumprimentar o Sr. Deputado Lizuarte Machado pela sua intervenção de grande oportunidade na sequência da reunião promovida pelo Parlamento Europeu, e que contou com a participação do Sr. Deputado Paulo Casaca, na semana passada.

Quero dizer que partilho das preocupações que aqui foram apresentadas. Partilho também daquilo que foram os princípios, aliás, partilhados também pelo PSD, relativamente à gestão, designadamente o princípio importante da proximidade.

Partilho e tenho defendido nesta casa e noutros espaços aquilo que é a prioridade que devemos dar ao mar em termos de políticas regionais e a grande inserção naquilo que é a construção da política europeia a este nível, mas não posso deixar de fazer uma referência a este propósito. Essa nossa prioridade relativamente ao mar não é compatível com posições que há muito pouco tempo foram aqui defendidas pelo Grupo Parlamentar do PSD e que passam por não reconhecer competência à Região para legislar em matérias, e nem sequer estávamos a referir-nos a matérias económicas, relativas a princípios ambientais na gestão do mar.

Portanto, se nós quisermos ter uma palavra a dizer e uma intervenção a dar em matéria de gestão marinha, temos que o fazer suportados naquilo que é a nossa capacidade também ao nível legislativo na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estar entre os cidadãos, partilhar com eles a ambição e a avaliação da governação é um objectivo essencial do Grupo Parlamentar do PSD. Cumprimos, realizamos as nossas Jornadas na Ribeira Grande, um dos mais importantes concelhos dos Açores.

Durante dois dias, sentimos e confirmamos as potencialidades daquela grande terra, ouvimos e apercebemo-nos das suas dificuldades, manifestamos solidariedade e incentivamos os ribeiragrandenses a continuarem a cumprir a história, como um dos motores de desenvolvimento da ilha de S. Miguel e dos Açores.

Foram umas jornadas de intensa actividade e participação, em que ribeiragrandenses, empresários, técnicos e eleitos locais contribuíram para melhor sensibilizar os Deputados do PSD para as grandes questões que se colocam à Ribeira Grande, apresentando mesmo algumas perspectivas estratégicas para o futuro do Concelho e da cidade.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Terra de contrastes, a Ribeira Grande, com os seus 30 mil habitantes, apresenta, ao nível estatístico, curiosidades que retratam bem a realidade sócio-

cultural e económica de um Concelho fortemente desenvolvido, mas também com dificuldades sociais flagrantes.

Por um lado, é uma terra de futuro, com grandes potencialidades, pois o índice de envelhecimento da população é de 34%, enquanto que nos Açores é de 63%, o que mostra bem a vitalidade da sua população e que a pirâmide etária é das mais promissoras da Região, onde os indivíduos dos 0 aos 25 anos representam 46,3% dos seus habitantes e no todo regional é de apenas 35,6%, e por outro, tem um potencial económico invejável, que ombreia com Ponta Delgada e se destaca mesmo dos demais Concelhos dos Açores.

No entanto, as estatísticas também são reveladoras das dificuldades acrescidas do Concelho da Ribeira Grande, pois a percentagem de pessoas que recebem o Rendimento Social de Inserção é muito superior àquela que acontece nos Açores, ou seja 12%, da sua população, enquanto que a nível regional é de 7.6%, o que denuncia o flagelo de intrínseca pobreza que se abate sobre franjas consideráveis da população e que não é, certamente, de todo desconhecida de ninguém.

A taxa de insucesso escolar é outra das estatísticas que não podemos contornar, nem deixar de analisar, registando-se que no Concelho da Ribeira Grande as percentagens de abandono escolar são muito superiores ao resto dos Açores, 42% dos jovens abandonam o ensino secundário e 20% o ensino básico, contra respectivamente os 34% e 16,7% na Região.

Se por um lado, o Concelho apresenta, felizmente, potencialidades invejáveis, quer ao nível turístico, cultural ou económico, por outro, os constrangimentos ao seu desenvolvimento são flagrantes e preocupantes.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das localidades do Concelho, em que os desníveis sociais são mais evidentes, é na Vila de Rabo Peixe. Por isso é que o Projecto "Velhos Guetos, Novas Centralidades" resultante de uma candidatura por parte do Governo Português, ao tempo do Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, ao instrumento financeiro dos fundos EFTA, foi possível encontrar financiamento adequado para apoiar o desenvolvimento económico e social daquela Vila.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O plano para a requalificação de Rabo de Peixe, com investimentos previstos no montante de 23 milhões de euros, prevê entre outros projectos, a construção de uma piscina coberta aquecida, os centros Familiar, de Artes e Ofícios e Comunitário, a recuperação do pavilhão desportivo e construção da escola do primeiro ciclo, da sede do Clube Naval e da escola profissional, bem como o saneamento básico.

No entanto, a população de Rabo de Peixe, sempre com a esperança bem viva de dias melhores, ainda não sente, no dizer dos responsáveis autárquicos, os efeitos de tão auspicioso projecto na melhoria da qualidade de vida da sua vila. Temem até que depois da prorrogação do prazo de aplicação do EFTA para 2008, o tempo seja o pior inimigo, dado que a maioria das obras ainda não foram iniciadas.

A Gestora do Projecto anunciou, há meses atrás, que em Março e Abril, Rabo de Peixe se transformaria num autêntico estaleiro, com várias obras ao mesmo tempo em execução, anúncio que todos os habitantes saudaram, mas que não logrou concretizar-se. Passaram os meses de Março e Abril e não se viu o estaleiro.

Não estamos à procura de culpados para os atrasos deste processo. O que não queremos, é que esta seja uma oportunidade perdida e que o EFTA seja de facto um real contributo para a tão almejada mudança de hábitos e comportamentos...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... e que as franjas mais frágeis da população daquela vila consigam tomar em mãos a gestão da sua vida e do seu futuro, em pleno exercício de cidadania activa. Estamos muito confiantes e esperançados que este projecto seja de facto um real contributo e um complemento apreciável para os investimentos autárquicos e do Governo Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desabafo do Presidente da Câmara da Ribeira Grande, numa posição pública corajosa, dizia que o Governo Regional tem olhado para o desenvolvimento dos Açores, numa perspectiva dos ex-distritos autónomos, redutora, portanto, do progresso daquele Concelho nortenho. Este desabafo sempre teve pleno cabimento,

tanto no passado como agora. Por isso, os ribeiragrandenses sempre contaram consigo próprios e confiam e no futuro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O Governo Regional está em dívida para com a Ribeira Grande, porquanto o executivo açoriano investe milhões em grandes obras nas capitais dos ex-distritos, deixando à sua sorte as novas cidades criadas nos Açores – acabo de citar o autarca, citação com a qual me identifico.

E parafraseando um empresário local, os ribeiragrandenses são mais amanhados, com menos capacidade reivindicativa. Exemplo vivo disso é a construção da estrada de ligação a Ponta Delgada, passando pela Lagoa, situação que já está a beneficiar aquele concelho, em detrimento do da Ribeira Grande, dado que depois da existência da via rápida ele passou a ter maior apetência para a procura de habitação e conseqüentemente maior desenvolvimento. Assim, considera-se que o acesso da costa norte ao aeroporto da ilha, que fomos espoliados, e ao porto de Ponta Delgada, através da Lagoa, se poderá tornar num constrangimento para o Concelho da Ribeira Grande, porque ficam de fora populações e importantes pólos de desenvolvimento, localizados nos territórios de Rabo de Peixe e do Pico da Pedra.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ribeira Grande, com várias opções de desenvolvimento, seja destacando-se na área de construção civil, nas agro-indústrias, no turismo e nas pescas, tem um futuro promissor pela frente, pois é relevante não depender apenas dos serviços ou das ajudas oficiais para uma terra progredir. A Ribeira Grande possui uma base sólida de sustentação económica e já é, hoje em dia, o segundo Concelho dos Açores na criação de riqueza.

Apesar dos graves problemas de rendimento da população, de ser o campeão do Rendimento Social de Inserção e do insucesso escolar notório, não tem problemas de desertificação, como várias ilhas dos Açores, pelo que é um Concelho cheio de potencialidades, que confia no futuro, mas que precisa com urgência de soluções específicas, com respostas concretas que visem a melhoria mais significativa da qualidade de vida dos ribeiragrandenses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** A autarquia não pode, por si só, nem é apenas da sua competência, a responsabilidade de desenvolvimento do Concelho. Muito já fez, é certo, mas a magnitude dos problemas sociais exige que se faça muito mais.

Dentro de dias, o Concelho comemorará 500 anos de existência. Que este marco significativo seja o prenúncio de um maior salto qualitativo que a Ribeira Grande precisa e merece.

Eu tenho fé num futuro melhor!

Disse!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Independente)*

**Presidente:** Estão inscritos para debate os Srs. Deputados José Rego, Catarina Furtado e José Manuel Bolieiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado António Pedro:

Apreciei ao longo da semana que o PSD esteve na Ribeira Grande as afirmações do líder do PSD, dos dirigentes do PSD da Ribeira Grande e as preocupações que ambos têm para aquele Concelho.

A postura final da sua intervenção é a de “eu tenho fé!”.

Para o concelho da Ribeira Grande não basta ter fé. O que interessa é ter políticas pró-activas para o desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande e aqui, o Governo Regional dos Açores, liderado pelo Partido Socialista, não está na fé e na esperança.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Está no desespero!

**O Orador:** Tem e teve no passado políticas pró-activas para o concelho da Ribeira Grande. Pena é que durante 20 anos ou mais de 20 anos, quando o PSD foi Governo, muitas das políticas pró-activas para este concelho não se desenvolveram.

É claro que eu tenho pouco tempo para debater os vários assuntos. Mas vou começar pelo primeiro: a educação!

Já disse em vários artigos que a educação é importante para o desenvolvimento do Concelho da Ribeira Grande.

Qualquer política económica, ambiental e social, passa pela educação e o que eu vi durante 12 anos da sua presidência como Presidente de Câmara, foi emperrar, em relação ao primeiro ciclo, o desenvolvimento da educação neste concelho.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** A Câmara é que é responsável?! Muito bem! Gostei de ouvir!

**O Orador:** O que eu vejo que este Governo do Partido Socialista fez relativamente ao concelho da Ribeira Grande, foi:...

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Estamos a avaliar a Câmara ou o Governo?

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Estamos a avaliar o desenvolvimento da Ribeira Grande!

**O Orador:** Se a educação é importante para os Açores, para o concelho da Ribeira Grande ainda é mais importante.

Hoje, no concelho da Ribeira Grande todos os alunos que querem frequentar o pré-primário podem frequentá-lo a partir dos 3 anos. Há deficiência nas instalações, mas aí aponto o dedo ao senhor como autarca...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O Governo é que foi lá lançar a primeira pedra!

**O Orador:** ... porque o que fez foi unicamente numa freguesia (São Brás), um compromisso que não sei se seria o mais prioritário no concelho, quando havia na cidade e na freguesia de Rabo de Peixe imensos desdobramentos a nível das escolas do primeiro ciclo.

Ainda relativamente à educação tenho a dizer que...

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Estamos numa Assembleia Municipal!

**O Orador:** ... se o PSD fosse Governo nesta Região, tinha feito a escola da Levada, tinha feito a escola do Faial já há muito tempo ou já teria feito a escola da Terceira.

A política educativa do Partido Socialista para o Concelho da Ribeira Grande foi criar uma escola na Maia, dada a dimensão do concelho, que levou a que os miúdos não se levantassem às 6 da manhã e que passassem a fazer o segundo e o terceiro ciclo na Maia, em vez de vir para a cidade da Ribeira Grande.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Vou só terminar a área da educação, porque tenho muito para falar.

O número de creches que havia no concelho era praticamente nulo. Hoje o problema da cidade está praticamente resolvido.

É certo que o senhor apostou no ensino profissional. Essa aposta foi sua, mas foi apoiada pelo Governo Regional nesta matéria.

Deixarei para uma segunda intervenção o projecto EFTA e a cidade industrial.

A Ribeira Grande tem o Governo do Partido Socialista ao seu lado para o seu desenvolvimento no futuro.

Não teve muitas vezes, em muitas questões, quando o PSD foi Governo ou quando o senhor geriu a autarquia da Ribeira Grande.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Parece que estou na Assembleia Municipal da Ribeira Grande!

**Presidente:** Antes de dar a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado gostaria de corrigir que a Sra. Deputada Piedade Lalanda também se inscreveu para o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(\*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar queria louvar o Sr. Deputado António Pedro pelo seu acto de coragem.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Isso é uma intimidação, minha senhora?

**A Oradora:** O senhor que esteve à frente dos destinos daquela autarquia durante 12 anos, vir aqui fazer este rol de potencialidades que se sente agora em Jornadas Parlamentares de dois dias, depois de ter estado lá todos os dias durante 12 anos, é de louvar a sua coragem.

Foi preciso o senhor desviar-se do concelho para ver todo o potencial, todas as falhas, todos os projectos que poderia ter desencadeado, que poderia ter empreendido, que poderia ter reivindicado.

Mas, de facto, como o senhor disse, os ribeiragrândenses são mais amanhados e o senhor foi um presidente de câmara muito “amanhado”.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**A Oradora:** No mínimo, o que podemos dizer da sua gestão autárquica é que foi “amanhadinha”,...

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** *Vê-se! Vê-se!*

**A Oradora:** ... mas desse “amanhadinho” – e sem prejuízo do Deputado José Rego continuar, ao contrário do que pensa o Deputado Jorge Macedo, nós partilhamos muito bem estas coisas e gerimos bem isso – só queria falar do projecto que o senhor foi uma bandeira e que concretizou, que foi o Teatro da Ribeira Grande.

O Sr. Deputado, enquanto autarca e Presidente da Câmara da Ribeira Grande reconstruiu e devolveu o teatro à cidade e ao concelho. Pena é, Sr. Deputado (lamento imenso!) que o senhor não tenha sabido, na devida altura, capitalizar o facto de ser a única sala da ilha com condições para a promoção, para a prática cultural de artes de palco, de música, de tudo o que lá se fez, enquanto que as outras salas de Ponta Delgada estiveram fechadas.

O senhor abriu as portas, cedeu tudo, mas não soube capitalizar para que a sala fosse e continuasse a ser a primeira sala com condições na Ilha de São Miguel. Esta parte, o senhor não conseguiu fazer. Não conseguiu ver as potencialidades culturais que o seu concelho tinha e, agora sim, com a distância, depois de ter saído quase há 2 anos, vem ver. É bom e é de facto de louvar este acto de coragem que parece que deixou de ser “amanhado”.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(\*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por saudar a intervenção do Deputado António Pedro.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Quem é que o há-de fazer senão for V. Exa?!

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Fazendo o balanço do estado social e económico da Ribeira Grande, concelho e cidade, soube trazer aqui a perspectiva das potencialidades daquela cidade.

Por outro lado, para lamentar as intervenções pessoalizadas, limitadas e municipalizadas da Sra. Deputada e do Sr. Deputado José Rego.

Na verdade, Sr. Deputado, o senhor veio a esta casa definir política regional para o concelho e para a cidade da Ribeira Grande. O senhor citou aqui o que, envergonhada e espantosamente, os deputados de residência no Concelho da Ribeira Grande, não souberam afirmar. Citou o Presidente da Câmara da Ribeira Grande, neste mandato, que criticava e desafiava o Governo Regional do partido daqueles senhores que agora falaram, dizendo que este Governo esqueceu a Ribeira Grande, que este Governo tem uma política limitada, ainda, à lógica dos ex-distritos. Foi o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande que, eleito pelas listas do Partido Socialista e com o meu testemunho, que confirmo e dou honra à palavra do Sr. Deputado António Pedro, disse que há queixa e reivindicação a fazer por parte da cidade e do concelho da Ribeira Grande em relação a este Governo Regional.

Portanto, Sra. e Sr. Deputado, inscrevam-se na linha de pensamento do Presidente da Câmara. O vosso, aqui exibido, está mal e ultrapassado.

A nota que quero também dar sobre a cidade e o concelho da Ribeira Grande é que, como micalense, confio, de facto, que aquelas potencialidades podem multiplicar-se, a benefício da Ilha, da Região Autónoma dos Açores e das suas populações.

Na verdade, a estimativa que posso ter relativamente à capacidade do Governo em intervir, por exemplo, num combate às bolsas de pobreza ou de potenciação, concretamente, da Vila de Rabo de Peixe, é negativa.

Criou este Governo, como grande novidade, uma novidade falhada, no entanto, a intervenção específica em Rabo de Peixe.

Teve, em muitos dos seus pontos e ao longo de todos estes anos em que arrancou e até agora, taxas muito próximas dos 20, 30%, uma taxa de execução envergonhada e envergonhadora da prioridade que quiseram dar ao investimento para a recuperação de Rabo de Peixe.

No entanto, devo dizer que tenho expectativa e tive oportunidade, como deputado eleito e no âmbito dos trabalhos das Jornadas Parlamentares do PSD na Ribeira Grande, de verificar que o investimento internacional, através dos Fundos EFTA, que se pretende implementar naquela vila e naquela freguesia, ainda resta alguma expectativa de boa coordenação e de multiplicação, de efeitos práticos, de consequência social, económica e cultural, porque até hoje o resultado da acção concreta deste Governo Regional e da sua intervenção específica inscrita nos Planos e Orçamentos foi um insucesso objectivo, pelas baixíssimas taxas de execução...

**Deputado Helder Silva (PS):** Não diga uma coisa dessas! Uma comunidade daquelas que não tem um porto de pescas!

**O Orador:** ... e de resultados do combate às bolsas de pobreza e de desinserção que aquela freguesia tem no contexto da ilha e da Região Autónoma dos Açores.

Mas, para terminar, como bem dizia em determinada altura o ex-autarca António Pedro como Presidente de Câmara, *alot done and alot to do*.

Muito foi feito na Ribeira Grande no âmbito do Poder Local e do Poder Regional, mas há tanto para fazer e há casos de insucesso e eu relatei dois, designadamente deste Governo.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Irei concluir, Sra. Presidente, respeitando o seu apelo e os termos regimentais, destacando que o concelho e a cidade da Ribeira Grande tem em taxas de actividade cerca de 46.6%.

É uma taxa que está acima da média da Região. É baixa porque nos Açores a taxa de actividade é, no plano nacional e comunitário, muito baixa. Mas felizmente o concelho e a cidade da Ribeira Grande estão acima da média da Região.

Portanto, revela potencialidade na criação de riqueza.

No âmbito do comércio internacional, sinal de potenciação, designadamente da cidade da Ribeira Grande enquanto cidade industrial, nós temos exportações ao nível de 19% do correspondente total da Região.

É um sinal positivo.

Portanto, a fé que o Sr. Deputado revela não foi da acção governativa, mas sim da potência e da riqueza humana que a própria cidade e o concelho da Ribeira Grande têm na sua história, no presente e no futuro.

Muito obrigado.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(\*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de intervir neste debate porque realmente o projecto “Velhos Guetos, novas centralidade”, foi aqui chamado à liça e algumas precisões acho que se urgem dizer.

Tenho muito honra em estar a gerir esse projecto e estar a prestar um serviço a Rabo de Peixe, mas há aspectos que é preciso que a Região também conheça.

Inicialmente o projecto foi candidatado pelo Governo da República sem consultar devidamente o poder regional, porque se o tivesse feito, talvez algumas propostas iniciais não tinham que ter sido corrigidas.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PS):** Quem conseguiu trazer esses 23 milhões?

**A Oradora:** No projecto inicial estava previsto uma piscina oceânica com verbas que não se podiam concretizar; estava previsto a reparação de uma escola do 1º ciclo com verbas que não eram suficientes; estava previsto um centro cívico com valências que não eram compatíveis; estava prevista uma reabilitação de uma orla costeira sem que se tivesse a expropriação das casas que prometia concretizar essa obra; estavam previstas verbas para a rede de águas e esgotos sem que se tivesse contemplado a captação da água suficiente para essa rede.

Tudo isso foi possível o ano passado, com o apoio do Governo Regional, porque sem a intervenção do Governo Regional dificilmente se poderia pensar na tal piscina aquecida que o Sr. Deputado fez referência, que actualmente está programada e vai

iniciar-se muito brevemente (já está em concurso no Diário da República), no âmbito da Escola Básica e Integrada de Rabo Peixe.

Não teria sido possível construir a Escola Dom Paulo José Tavares, porque nenhuma das escolas em que foi programado fazer uma reabilitação tinha condições de sustentabilidade física para serem reabilitadas. Todas têm que ir para o chão. São escolas construídas nos anos 80, nos tempos dos Governos do Dr. Mota Amaral. Nenhuma delas tem resistência, nem a própria Escola Básica e Integrada pôde ser aumentada.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** A Escola da Maia, construída por este Governo, dois dias depois já tinha problemas!

**A Oradora:** Não há desculpas para os atrasos, mas quando se planeia mal é difícil executar a tempos e horas. Portanto, os maus planeamentos têm essas consequências. Foi necessário replanear, reprogramar todo o projecto em 2006 e isso implicou uma nova aprovação dos Fundos EFTA, nomeadamente aprovar que a verba que estava para a orla costeira fosse para construir a Escola Dom Paulo José Tavares que já está adjudicada.

Eu acho muito interessante que há bocadinho o Deputado Sérgio Ferreira tenha dito naquela tribuna que o desenvolvimento não se media por betão e que os senhores digam que não se vê o projecto em Rabo de Peixe porque não há obras, quando estas obras têm contratemplos e uma burocracia em Portugal que não nos satisfaz, mas é aquela que nós vivemos.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O projecto foi para o combate à bolsa da pobreza que tem um elevado índice!

**A Oradora:** Eu queria também dizer que o projecto tem, e acho que foi bem clara a explanação sobre esse assunto, na altura das jornadas, uma forte intervenção na área da educação da comunidade e nós para educarmos para a cidadania e não educar para a subsidio-dependência, porque infelizmente, sabemos muito bem que as próprias associações locais, o próprio poder local na Vila de Rabo de Peixe também trabalha numa de alimentar a subsidio-dependência. A comunidade muitas vezes não se desenvolve, porque não é suficientemente autónoma.

Ir nesse sentido não se pode pensar apenas em verbas, em dinheiro, em apoios financeiros para Rabo de Peixe, mas em libertar as pessoas com os recursos que as pessoas já têm, das suas condições de vida, portanto, dar-lhes maior responsabilidade e se calhar ter com algumas pessoas ou com algumas medidas maior firmeza.

**Presidente:** Sra. Deputada agradecia que concluísse.

**A Oradora:** O desenvolvimento de Rabo de Peixe está assegurado se todos quiserem participar nesse desenvolvimento.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Não se preocupe com as declarações do Presidente da Câmara da Ribeira Grande,...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Eu não me preocupo. Eu saúdo!

**O Orador:** ... porque sempre estive ao seu lado e continuarei a estar, na defesa do meu concelho.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não necessito de apregoar na tribuna, no dia-a-dia, que faço e que trabalho pelo concelho da Ribeira Grande. Portanto, não tenho qualquer problema e não há qualquer diferença entre as palavras do Presidente do Concelho da Ribeira Grande ou as minhas aqui, na defesa do Governo Regional.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o Sr. Deputado António Pedro Costa teve responsabilidades na Câmara da Ribeira Grande...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Isso é o retrato da intervenção anterior. O Sr. Deputado António Pedro teve um mandato reeleito 3 vezes!

**O Orador:** ... e algumas de desenvolvimento passam pelo Concelho da Ribeira Grande.

Muitas delas já referidas no meu debate que foi feito na Assembleia Municipal, continua a ser feito no dia-a-dia e continuarei a fazer no futuro, enquanto estiver empenhado pela causa política.

Relativamente ao Projecto EFTA,...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** A execução deste projecto, despistou-se na indiferença do Sr. Deputado nestes últimos anos!

**O Orador:** ... já o disse naquela tribuna e continuo a dizer que o PSD, o Sr. Presidente da Câmara, muitas pessoas relacionadas com o PSD e o Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso, estiveram empenhados nesse projecto que é importante para a Vila de Rabo de Peixe. Todavia, este projecto não é único, nem é panaceia para resolver todos os males de muitos anos da vida de Rabo de Peixe, de um passado que o seu partido quando esteve no Governo, mais de 20 anos, não sabe resolver.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Basta ver o que disse o Presidente da autarquia de Rabo de Peixe, que é o mesmo, que teve responsabilidades autárquicas, e afirmou, aquando do plano de 1995, que este partido que esteve no Governo mais de 20 anos não tinha construído, durante todo esse tempo, qualquer casa em Rabo de Peixe. Construiu em 75. Eu tenho o documento escrito, ele está na posse da Assembleia, em que o Sr. ex-Deputado Artur Martins diz que este partido não teve resposta para aquela vila.

Há pouco dizia e volto a referir: se o Sr. Deputado não tem ido passear por Rabo de Peixe, se não tem ido ao encontro das instituições que têm desenvolvido projectos importantes para Rabo de Peixe, aconselhava-o a ir.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Eu estive lá! Eu ando na vida com os olhos abertos!

**O Orador:** Hoje, o número de casas construídas por este Governo é completamente diferente.

O problema habitacional de Rabo de Peixe está perto de desaparecer para todo o sempre e fica resolvido um problema mais que centenário da Vila da Rabo de Peixe.

Relativamente ao projecto de intervenção específica de Rabo de Peixe, continuo a dizer que há uma série de projectos que podem, em determinados anos não ter tido realizações acima dos 20%, mas em muitos dos anos teve em 100% em muitas

rubricas e o PSD vinha aqui a meio do ano cobrar o que é que acontecia com aquele projecto.

O que posso dizer é que o PS, através do seu Governo, na Vila de Rabo de Peixe tem um trabalho feito...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Mal feito, em alguns casos!

**O Orador:** ... com segurança, para resolver problemas sociais, habitacionais e profissionais em determinadas áreas.

Já disse nesta casa, por mais que uma vez e volto a referir: o PSD soube fazer para Rabo de Peixe uma rampa de varagem para os pescadores.

O PS fez para Rabo de Peixe um porto digno do seu nome, infra-estruturado, com condições para que os pescadores possam trabalhar.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Projecto do PSD!

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O empreiteiro é que o fez, não foi o Governo!

**O Orador:** Sobre a Vila de Rabo de Peixe também poderia falar mais, mas gostaria de voltar à Ribeira Grande.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse, porque terminou o seu tempo.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Quando os pressupostos são confusos, é difícil concluir!

**O Orador:** Relativamente à Ribeira Grande, à cidade industrial, ao empenhamento e ao dinamismo dos empresários ribeiragrandenses, o testemunho feito pelo PSD é importante. Todavia importa referir que muitos dos investimentos feitos naquele concelho contaram com o apoio do Governo Regional através dos seus sistemas de incentivos para muitas das obras que lá estão.

Todavia, importa referir aqui que aquando da concretização do projecto importante para a Ribeira Grande como o URBCOM e o PROCOM a Câmara Municipal da Ribeira Grande, presidida pelo Sr. António Pedro Costa, que apostou com os empresários no desenvolvimento do comércio da cidade, não investiu um cêntimo...

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** É mentira!

**O Orador:** ... no desenvolvimento do centro da cidade, quando tinha sido um compromisso feito com os comerciantes da Ribeira Grande que não cumpriu.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Inscrevo-me para uma terceira intervenção.

**Presidente:** Muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(\*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto “presunção e água benta, cada um toma a que quer”.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** E, sinceramente, nunca vi ninguém ir para a cadeia por falar mal de si próprio.

Tenho a impressão que estou aqui numa Assembleia Municipal em vez de estarmos numa Assembleia Regional a julgar o Governo pelas suas acções.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Quando o senhor vem falar no concelho da Ribeira Grande, o que é que quer?

**O Orador:** Os senhores, continuamente, refugiam-se no passado para justificar as suas acções.

Srs. Deputados, eu não tenho engenho nem arte para manipular taxas nem índices que aqui referi. Os senhores desculpem, mas não tenho esse engenho.

Eu preocupe-me com elas, sim, e um concelho com tantas potencialidades, também é um concelho com problemas. Temos que admitir isso.

Eu vim aqui exactamente alertar que este grande projecto, um mega projecto para Rabo de Peixe, não tenha um problema, ou seja, o seu final não ser concretizado.

Portanto, o que eu quero dizer é que o concelho continua a ser dramático em termos de incidência de pobreza, mas é um concelho que tem grandes potencialidades. Nós “não podemos tapar o sol com a peneira” e vir aqui acusar a gerência da Câmara Municipal anterior como sendo o mal de todo o concelho da Ribeira Grande. Isso não é verdade e é injusto!

Eu devo dizer-vos o seguinte: tenho muita honra naquilo que fiz, com o pouco que tive e com o boicote que enfrentei todo o dia, todas as vezes, para poder gerir o concelho da Ribeira Grande. Aí é que está o mal, Srs. Deputados.

Relativamente ao Projecto EFTA, eu não venho aqui lamentar os atrasos. Eu venho aqui simplesmente alertar para o facto de que é preciso “todos andarem de mãos dadas”, com toda a informação, envolvendo todas as pessoas, para que em 2008 possamos ter o projecto concluído e esse salto qualitativo que precisamos seja de facto atingido.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Francisco Coelho (PS):** As coisas estão bem encaminhadas agora, Sr. Deputado!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à cidade industrial e ao desenvolvimento do concelho ao nível da indústria foram referidos pelo PSD alguns valores importantes que colocam o concelho da Ribeira Grande num dos primeiros lugares do arquipélago dos Açores. Em termos de população empregada no sector secundário, é o primeiro concelho dos Açores.

Houve no passado e continua a haver hoje um dinamismo em termos industriais no concelho da Ribeira Grande.

Como terminei há pouco a minha intervenção, esse desenvolvimento passa pelo dinamismo e pelas potencialidades do concelho. Todavia, o PSD ao apresentar esse slogan e ir ao encontro da cidade industrial da Ribeira Grande, gostaria aqui de dizer que não sei que propostas lá fizeram, mas poderão contar pouco com os empresários da Ribeira Grande, com a história e com o passado do PSD.

Os empresários da Ribeira Grande, quando o PSD era Governo, estavam na corda bamba, aflitos, porque as dívidas eram tantas...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O senhor acredita no que está a dizer?

**O Orador:** ... que foi preciso o Partido Socialista ir para o Governo para resolver o problema dos empresários da Ribeira Grande.

Relativamente à história do PSD ao nível do desenvolvimento industrial da Ribeira Grande, apenas criou um parque industrial na Ribeira Grande. Terminado o Parque Industrial Regional, com uma administração regional, que recebeu rios de dinheiro, durante anos a fio, esse parque não passou de uma pastagem.

Seguidamente, o Sr. Deputado António Pedro quando foi para a Câmara, o seu ex-antecessor na Câmara foi nomeado para gestor daquele parque industrial, mas esteve lá 4 anos e o parque continuou na mesma.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Voltou-se à Assembleia Municipal!

**O Orador:** Portanto, foi criado um parque sem acessibilidades.

Foi preciso o Partido Socialista ir para o Governo para dar resposta ao Conselho da Ribeira Grande, criando uma envolvente à cidade, envolvente essa que, em parte, resolve as acessibilidades a um parque que era uma bolsa, enfiado num território que não tinha alternativas de crescimento, além de não ter alternativas de crescimento, muitos dos empresários adquiriram terrenos, não se criaram clausulas com o número de anos para as pessoas se implantarem e ainda hoje há problemas para resolver que o Sr. Deputado António Pedro,...

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** É que é o culpado!

**O Orador:** ... como presidente da Câmara, tentou resolver, que o Sr. Secretário da Economia resolveu e que ainda hoje continua a resolver o problema do dito parque industrial da Ilha de São Miguel, que hoje é o parque industrial da Ribeira Grande e uma zona de desenvolvimento importante para o concelho da Ribeira Grande.

Mas a história do PSD nesta matéria é negra. Durante 20 anos não conseguiu criar o desenvolvimento ou criar condições para que os empresários se desenvolvessem nessa matéria.

O Sr. Deputado António Pedro vai dizer que como Presidente de Câmara tentou resolver alguns problemas com a ajuda do Governo. Não tenho dúvidas nenhuma que daqui para a frente o Parque Industrial da Ribeira Grande será diferente do passado, onde esteve mais de 20 anos sem qualquer desenvolvimento possível.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** É sempre o passado!

**O Orador:** Relativamente ao futuro, os ribeiragrandenses podem contar com este Governo em termos dos investimentos que estão previstos para o concelho, que são vários, desde o projecto SCUTS que vai resolver grande parte do Concelho da Ribeira Grande, a envolvente de Rabo de Peixe que é uma obra importante para a Vila de Rabo de Peixe, um conjunto de obras na Vila de Rabo de Peixe que se continuam a fazer no futuro, teremos a segunda fase do quartel dos bombeiros da Ribeira Grande e teremos outros projectos na área da educação.

Os ribeiragrandenses podem contar com o Governo do Partido Socialista para o seu futuro como contaram no passado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Eu estou confiante nisso!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

**(\*) Deputada Catarina Furtado (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quase tudo foi dito pelo Deputado José Rego e muito bem. Eu só queria lembrar ao Sr. Deputado António Pedro que, de facto, não é uma questão de pessoalizar a sua gestão autárquica. No entanto, e refiro-me também ao discurso do Deputado Bolieiro, não se pode esconder nem apagar o que o Sr. Deputado António Pedro fez no concelho e as suas responsabilidades antes de vir para aqui.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Foram 3 vitórias eleitorais!

**A Oradora:** Julgo que as responsabilidades vão muito além de um simples alertar.

O Sr. Deputado António Pedro diz que veio aqui alertar. Pois, o conhecimento de causa e as responsabilidades exercidas por ele anteriormente, têm obrigação muito mais do que simplesmente alertar. É um implementar, um pensar completamente diferente.

Só para referir, Sr. Deputado António Pedro, que é pena que na Assembleia Municipal do qual participámos algumas vezes juntos, o senhor não tivesse, de facto, essa preocupação de debater com profundidade os temas que aqui trouxe, debater a Ribeira Grande, mas esconder sempre de uma certa forma as suas justificações.

É pena que na Assembleia Municipal não reflectisse com profundidade, como fez aqui.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Está desmemoriada!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(\*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que eu acho é que os senhores têm sempre razão, são os donos de toda a verdade. Podem ficar com ela. Não me arrego dela.

Sinceramente, digo apenas que “o Governo está em dívida para com a Ribeira Grande, porquanto o executivo açoriano investe milhões em grandes obras nas capitais dos ex-distritos, deixando à sua sorte as novas cidades criadas nos Açores”. Não fui eu que disse isso.

Eu também gostaria de convidar-vos a ler algumas reportagens...

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Já lemos!

**O Orador:** ... que estão aqui, alguns escritos dos jornais de São Miguel feitos exactamente por militantes destacados do PS sobre a gestão. Se quiserem dou-vos uma cópia.

Esses lamentos não os vim aqui fazer, porque estamos aqui numa perspectiva de avaliar políticas governamentais e não aquilo que fizeram, lembrar o passado da Ribeira Grande, como se a Câmara tivesse culpa por tudo isso.

Convido-os a ler atentamente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Já lemos!

**O Orador:** Ah! Já leram! Então sabem perfeitamente que aquilo que os militantes destacados do PS dizem lá sobre essa matéria é revelador daquilo que é preciso fazer para a Ribeira Grande.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, dou por findo este debate.

Vamos fazer um intervalo de 10 minutos antes de entrarmos na Agenda da Reunião.

*Eram 12 horas e 30 minutos.*

*(Após o intervalo, o Sr. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na mesa)*

**Presidente:** Srs. Deputados, antes de interrompermos para almoço, vamos terminar o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – Regime Jurídico do licenciamento das explorações bovinas.**

*Eram 12 horas e 40 minutos.*

Ficaram ontem inscritos o Sr. Deputado Henrique Ventura e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(\*) **Deputado Henrique Ventura (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem assistimos aqui, enquanto se discutia o diploma sobre o licenciamento das explorações bovinas, a intervenções do Sr. Deputado António Ventura que de alguma forma trataram este assunto com a demagogia que tem sido panaceia do PSD e, nomeadamente neste caso, começando por dizer que o diploma é o pior do mundo que poderíamos ter arranjado para o licenciamento desta actividade.

Gostaríamos de dizer que, como é óbvio, não concordamos. Lembramos mais uma vez à câmara, e nomeadamente ao Deputado António Ventura, da necessidade da Região ter legislação.

Gostaria também de lembrar ao Sr. Deputado António Ventura que, em Comissão, os Deputados do PS tiveram o cuidado de recolher pareceres de todas as associações agrícolas, da Federação Agrícola e da AMRAA, mas podíamos ter pedido parecer à Federação Agrícola que de alguma forma representa as explorações dos Açores. No entanto, foi decidido ir mais longe e pedir pareceres a todas as associações do sector.

O Sr. Deputado António Ventura referiu apenas (não sei se de propósito) o parecer da Associação Agrícola de São Miguel.

Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que em relação ao parecer da Associação Agrícola de São Miguel, que nos mereceu maior consideração, ele não tem apenas o primeiro parágrafo. Tem outros parágrafos.

Para não estarmos aqui a ler todos, eu gostaria de convidar o senhor a ler o último parágrafo desse parecer e que diz que “neste processo de licenciamento das

explorações bovinas, importa no essencial não confundir os produtores, não os atemorizar, pelo que se espera clareza, bom senso, sentido de prática, conhecimento da nossa realidade”.

Aquilo que o Sr. Deputado António Ventura aqui fez foi precisamente o contrário disto. Foi confundir os produtores, porque tanto nós como os produtores sabemos que a legislação que está a ser discutida e que irá ser aprovada, é uma imposição de Directivas Comunitárias às quais nós não nos podemos esquivar.

Portanto, temos que ter uma legislação.

Chegar aqui e falar mal de toda a legislação que nós estamos tentando implementar, não é mais do que demagogia, não é mais do que confundir os açorianos, não é mais do que prestar um mau serviço novamente aos agricultores e aos açorianos.

**Deputado Manuel Silveira (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Retomando o debate que ontem se realizou sobre a Proposta de Decreto Legislativo relativo ao licenciamento das explorações bovinas, gostaria de deixar uma palavra relativamente à discussão aqui havida e informar de uma forma muito clara que o diploma que aqui é proposto se adequa plenamente à nossa especificidade regional, se adequa à especial natureza das nossas explorações pecuárias de bovinos, que representam essas explorações o fulcro nuclear da actividade agrícola da Região e representam a grande maioria das explorações agrícolas regionais.

Não partilho e acho que deve ser condenado todo e qualquer ruído de fundo que se queira introduzir no tema para provocar esterilidade, na tentativa de que venham sempre a desgastar a actividade do Governo, na tentativa de vir a criar dificuldades (os próprios produtores, em campanhas posteriores a esta que nos encontramos) e fazendo-o de uma forma totalmente irresponsável, demagógica, que tem que ser denunciada e combatida.

Não houve nenhum reconhecimento de erros zootécnicos no diploma.

Eu não sou responsável pelo relatório da Comissão. Aliás, na própria Comissão pedi que se houvessem erros no diploma que os mesmos fossem corrigidos, que quem

acusava da existência dos erros que nos dissesse quais as melhores definições para ultrapassar algum erro existente. Nunca nos foram apresentados nenhuns erros em concreto.

Por outro lado, invocar-se um parecer interpretando-se de uma forma errónea e abusiva o conteúdo desse parecer quanto a esta matéria, parece-me também que tem que ser denunciado, claramente denunciado.

O parecer em questão não denuncia nenhum erro zootécnico ou de definição zootécnica do diploma.

Apenas levanta uma questão relativamente à cabeça normal, se inclui, ou não, bovinos e outros animais nas explorações bovinas (é claro que este diploma é só para bovinos) e relativamente ao encabeçamento apenas diz que o encabeçamento, na sua definição zootécnica com definição feita à superfície agrícola, pode levar a entendimentos que haja algumas áreas de superfícies não contempladas.

Não diz que os conceitos estão mal definidos.

**Presidente:** Terminou o seu tempo, Sr. Secretário.

**O Orador:** Aliás, esses conceitos constam de um conjunto de legislação que existe na Região e a nível nacional e que é aceite pela própria Comissão Europeia.

Portanto, nós temos que denunciar aqui de forma clara a intenção do PSD, em particular do Sr. Deputado António Ventura, que vem aqui de uma forma lastimável fazer ruído de fundo para confundir e abusar da paciência das pessoas e dos produtores em particular. Tem que ser denunciado com toda a clareza.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou citar, Sr. Secretário:

“O Secretário reafirmou a necessidade da Região possuir um instrumento para o licenciamento de bovinos de forma a acautelar as próximas candidaturas dos produtores, mesmo reconhecendo alguns erros no diploma do ponto de vista zootécnico”.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Isso é o relatório da Comissão?

**O Orador:** Está aqui escrito e é o relatório da Comissão de Economia. Portanto, pelos vistos, o Sr. Secretário admitiu os erros.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Diga-me um!

**O Orador:** Permita-me, Sr. Secretário, que diga que este diploma talvez foi tratado com pouco rigor.

O senhor refere o preâmbulo, um preâmbulo que é feito para encher, não é um proposta feita com objectividade, em que se acrescenta aqui coisas que ficam bonitas, como as cortinas de protecção contra ventos dominantes.

Sr. Secretário, o senhor saberá melhor do que eu o que é que são essas cortinas.

Nas nossas ilhas essas cortinas já existem para o efeito e são os muros, as paredes que existem nos nossos serrados. Essas são as cortinas de protecção que existem nas nossas ilhas.

As cortinas arbóreas, como o senhor sabe melhor do que eu, não desempenham essa função nos ecossistemas insulares. Como tal, não é uma medida ambiental eficaz.

As cortinas arbóreas desempenham, sim, esse papel, apenas em locais íngremes onde geralmente até nem se faz agricultura.

Ficou demonstrado do ponto de vista científico e do ponto de vista do balanço técnico, que a estação fria do clima dos Açores, em geral, não tem efeitos negativos em bovinos leiteiros.

Desse ponto de vista, os animais permanecem em boas condições de conforto e bem-estar, não afectando sequer a produção do leite.

A utilização de sebes vivas não apresenta vantagens sequer no termo regulação.

Perante isto que o senhor refere aqui no diploma, o diploma não trata nada disto.

Portanto, por que é que se refere no preâmbulo se depois no diploma não é referido?

Isto tudo para lhe dizer, em conclusão, que tudo isto é tratado com pouco rigor, e permita-me, um pouco leviano, mas tenho que considerar que é positivo que regulamente e se licencie essas explorações bovinas.

Pela nossa parte não é motivo suficiente, apesar dessas imprecisões e falta de rigor na feitura do diploma, aliás já recorrente, para nós votarmos contra este diploma.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lastimável de facto é o Governo e a bancada do Partido Socialista querer demonstrar que este é um bom diploma quando ele não é prático, é extremamente incompleto, não abrange todas as nossas especificidades e tecnicamente tem muitos erros.

Mais grave é tentar-se manipular aquilo que são os pareceres das associações agrícolas, em concreto, quando a Associação Agrícola de São Miguel diz que o documento é efectivamente confuso. Não está a supor que o documento é confuso. É efectivamente confuso e dificulta-nos a respectiva análise.

Quando diz que é preciso bom senso, sentido prático e conhecimento da nossa realidade, significa que ele está incompleto relativamente à nossa realidade.

Portanto, não tentemos dizer aquilo que não está aqui.

O que está aqui é efectivamente isto.

O diploma não é adequado à nossa Região.

Ontem tive oportunidade de falar de um conjunto de erros técnicos para os quais ainda não ouvi resposta desse lado, se estão correctos ou se estão errados.

Por outro lado, para nós não nos cingirmos única e exclusivamente aos erros técnicos zootécnicos, o diploma incentiva a existência de explorações sem terra. O diploma obriga ao impossível quando fala no sistema de água potável.

O diploma obriga a que os agricultores recolham elementos que os próprios serviços já os possuem.

Portanto, é extremamente complexo.

O diploma não abrange determinadas práticas singulares do apascentamento da bovinicultura nos Açores, quando várias vezes já foi denunciada por várias associações de defesa dos direitos dos animais.

O diploma ao não abranger essas situações é um diploma extremamente incompleto e impreciso.

É um mau diploma – ponto final, parágrafo.

Não temos dúvidas relativamente a isto.

Que nos digam que este é o diploma possível, que foi o que conseguiram fazer dentro das vossas limitações, dentro da vossa visão de futuro... Paciência! É a vossa limitação! A vossa limitação é entregar a esta Assembleia um diploma tão pobre, com um conteúdo tão pobre e que não assegura a bovinicultura do futuro.

Mais grave: não assegura todas as espécies pecuárias de produção que existem nos Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comecemos pela primeira questão: erros técnicos ou erros zootécnicos.

Na audição em comissão o Sr. Deputado António Ventura acusou o diploma de conter erros técnicos e a resposta que lhe foi dada por mim começou por uma pergunta e por um pedido.

Pergunta: Quais?

Pedido: Ajude a corrigir os erros!

**Deputado António Ventura (PSD):** Ele está muito mal construído. É preciso um diploma totalmente novo!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** O Grupo Parlamentar do PSD pode apresentar propostas de alteração ou um projecto de resolução!

**O Orador:** Não se enerve, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado António Ventura, em Comissão, não só não apontou em concreto nenhum erro, como não quis ajudar a aperfeiçoar, casos os houvesse, os erros do diploma.

**Deputado António Ventura (PSD):** Tinham que construir um diploma totalmente novo!

**O Orador:** A resposta que eu lhe dei foi que mesmo que eles existissem no diploma, nós tínhamos que ter o diploma de licenciamento das explorações bovinas para não termos na Região a aplicação de um diploma nacional que não tem qualquer coisa a ver com a especificidade concreta da Região.

O que nós assistimos ontem, e hoje novamente, foi ouvir dizer, através do Sr. Deputado António Ventura:

“Há erros zootécnicos. O conceito de vaca leiteira não é este. O conceito de vaca aleitante não é este. O conceito de vaca cabeça normal não é este”. Mas nunca disse qual era o conceito.

Estamos clarificados sobre isso.

A intenção clara é de confundir, é de baralhar. Mais nada.

No que diz respeito às outras questões, Sr. Deputado, e àquelas em concreto que o Sr. Deputado Artur Lima levanta quanto ao anexo II do diploma e à particularidade da referência de luz como sendo necessário para proteger dos ventos e das cortinas de abrigo, este anexo estabelece requisitos técnicos relativos à sanidade, ao bem-estar animal e higiene pública veterinária.

São condições, são requisitos que se entendem tecnicamente como convenientes e se verificar aquele a que se refere às cortinas de abrigo, o que se diz é que sempre que as condições hidrográficas ou orográficas dominantes nas explorações o aconselham, deverão ser instaladas. É isso que se diz. Mais nada.

Há muitas que não têm. Há situações em que não existem cortinas de abrigo e isto é mediante as situações concretas, da exploração em concreto, que se irá determinar como um dever do próprio produtor, com o acompanhamento técnico dos serviços e, em particular, dos serviços da Direcção Regional dos Recursos Florestais que se disponibilizam para dar todo o apoio, todo o acompanhamento a esta questão, se ela for considerada necessária pelo próprio produtor.

Obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu já percebi que este diploma é mais complexo do que parece.

Vamos suspender os nossos trabalhos e vamos voltar às 15 horas.

*Eram 13 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeço que tomem os vossos lugares.

*Eram 15 horas e 20 minutos.*

Antes de retomarmos os nossos trabalhos gostaria de informar os Srs. Deputados que está entre nós a Escola de Turismo e Hotelaria de Ponta Delgada. Queria dar-vos as boas-vindas e saudar-vos em nome da Assembleia Regional.

Bem-vindos!

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Posto isto, tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

**(\*) Deputado Henrique Ventura (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi pena que um documento tão importante como este tenha sido interrompido por duas vezes, o que provoca de alguma forma algum arrefecimento naquilo que vínhamos a defender.

No entanto, ele não perde a sua importância.

Gostaria de dizer que ontem e durante a discussão esta manhã deste diploma fomos confrontados com intervenções do Sr. Deputado António Ventura, em representação da bancada do PSD, que na minha opinião nada ajudaram no debate deste diploma.

Já foi aqui referida a importância deste diploma, a importância de um diploma que regulamente esta actividade e o PSD aquilo que tem feito, fê-lo na Comissão e continua a fazer nesta casa, é dizer que isto não tem nada a ver com o PSD, que os maus na fita e quem quer criar problemas aos agricultores é o PS.

É precisamente o contrário!

Os agricultores açorianos já perceberam isso.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não sei, não sei. Não está provado!

**O Orador:** Nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, da qual o Sr. Deputado António Ventura faz parte, o senhor tem sido instado a apresentar algumas propostas de alteração, a apresentar sugestões, a trazer a este diploma a sabedoria que pretende demonstrar aqui ter...

**Deputado António Marinho (PSD):** E tem!

**O Orador:** ... eu diria, tem tentado demonstrar ter, porque neste diploma não teve.

Tanto na Comissão como nesta casa continuamos à espera de um ponto, de uma vírgula, de um alínea trazidos pelo Sr. Deputado António Ventura.

**Deputado António Marinho (PSD):** Isto não se resolve com um ponto, nem com uma vírgula!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não é isso que está em causa. Isto é uma manta de retalhos. Não é com pontos nem com vírgulas!

**O Orador:** Ao contrário do que se esperava do Deputado António Ventura e da bancada do PSD, têm-se remetido a uma atitude que eu chamaria de cobardia política.

**Deputado Manuel Silveira (PS):** *Muito bem!*

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Está a correr-lhe mal!

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Depois de se acalmarem, vou continuar.

Está a correr muito bem, Sr. Deputado, e vai continuar a correr bem.

Eu chamo de cobardia política é a esta atitude de comodismo de dizer, em relação a este diploma, que é o pior que se podia ter encontrado, que nós é que somos os maus da fita, que nós é que queremos criar problemas aos lavradores e que o PSD fica numa posição de reserva, sem saber bem o que é que vai acontecer, demonstrando não ter ideias precisas para aquilo que é a actividade que continua a ser a mais importante nesta Região.

Temos também noção de que as leis quando são feitas,...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** São para se cumprir!

**O Orador:** ... são gerais e abstractas.

O Sr. Deputado Pedro Gomes olha para mim com um ar de surpresa. Devo dizer que não sou jurista, mas ouvi isto nalgum lado.

Quando as leis são feitas em abstracto e são gerais, cometem-se sempre alguns erros.

Não há leis perfeitas e esta também não pretende ser.

O que se pretende com esta lei é ganhar tempo para que os produtores possam candidatar-se e possam ter um documento na mão no acto da sua candidatura e demonstrarem que as suas explorações estão licenciadas.

O PSD remeteu-se ao silêncio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É extraordinário!

É incrível ouvir as palavras do Deputado Henrique Ventura!

Depois de tudo aquilo que nós dissemos, relativamente ao diploma, o que está em causa é a construção de um diploma novo.

Não somos apenas nós que dizemos isso. Vou citar um parágrafo do relatório da Comissão que diz o seguinte:

“O Secretário reafirmou a necessidade da Região possuir um instrumento para licenciamento de bovinos de forma a acautelar as próprias candidaturas dos produtores, mesmo reconhecendo alguns erros no diploma do ponto de vista zootécnico.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Não foi assim e eu já expliquei!

**O Orador:** Ora bem! O que é que isto significa?

Se se reconhece os erros do ponto de vista zootécnico e continua-se a fazer um diploma, que é um mau diploma, isto é cobardia, incompetência e negligência.

Quanto aos erros vou dar 3 ou 4 exemplos de erros que este diploma contém e depois V. Exa. poderá avançar com os seus erros, porque o diploma não se resume só à imprecisão dos erros. Resume-se a mais do que isso. Resume-se a não abranger todas as espécies pecuárias, a nossa especificidade produtiva em bovinicultura e resume-se também a práticas que nesta ilha são muito comuns e que as associações de direito dos animais têm vindo a condenar há imenso tempo.

O diploma nessas 3 vertentes é um mau diploma.

Alterar isto é construir um diploma novo e é por isso que nós dizemos que não basta fazer uma, duas, três ou quatro alterações. O conteúdo do diploma tem que ser totalmente alterado para abranger tudo isto. Nós achamos que este não é o momento certo para fazer isto.

Em relação aos erros zootécnicos, o artigo 3º que fala sobre a classificação nas explorações e a finalidade, começa por falar em produção de leite e logo a seguir fala de vacas aleitantes. Vacas aleitantes nunca é uma finalidade. É sempre um meio.

Portanto, nós alteramos aqui a alínea a) para vacas leiteiras e passa a ser um meio, ou então a finalidade da alínea b) não pode ser vacas aleitantes. Isto é uma incoerência, isto é uma imprecisão.

Além do mais, a classificação do produto genuíno e que tem a ver com a produção de carne e com a IGP, não está aqui acautelada.

Portanto, o diploma está incompleto nesta matéria.

Mas mais:

Por exemplo, o termo criador. O termo criador é um termo ultrapassado.

Fala em exploração. A exploração usamos atrás...

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Ora aí está!

**O Orador:** ... e referia-se unicamente à actividade pecuária.

Hoje em dia existe produções hortícolas, florícolas, de fruticultura. Portanto, esse termo está ultrapassado. Temos que chamar produtor, porque produtor está directamente relacionado com a actividade pecuária. Esse termo não está actualizado.

Mais:

Por exemplo, o conceito de superfície agrícola está incorrecto. Não prevê a descontinuidade das parcelas.

O conceito de alojamento é arcaico. Não prevê a manipulação dos animais e a manipulação dos animais é fundamental à luz dos nossos conceitos de bem-estar animal.

Apontei 4 exemplos de imprecisão, o que demonstra que o diploma não está completo.

Em termos de erros zootécnicos, estamos falados. Agora, os senhores que admitiram os erros zootécnicos e continuam a avançar com o diploma, estão a prestar um mau

serviço. Isto é que é negligência, incompetência, porque não tiveram a capacidade política ou a capacidade técnica de fazer um documento à medida da produção, da realidade e das necessidades da Região.

É isso que está em causa.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(\*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois dias depois de assistir a este debate, tendo estado em comissão, estudado este diploma e tendo ajudado a contribuir com propostas, tal como a Associação Agrícola fez, tal como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está fazendo, eu não posso deixar de dizer o seguinte:

Estamos na presença clara de duas formas diferentes de fazer política. A do PSD que corre atrás de toda a crítica fácil, na ânsia de a tudo e a todos agradar com o único interesse de tentar com isso minimizar a derrota histórica que cada vez mais se perspectiva nas eleições de 2008.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** À proposta hilariante de ontem sobre informação agrícola, sucedem-se hoje as críticas metafísicas neste diploma.

Nós temos outra forma de fazer política. Nós fazemos política agrícola colocando, acima de tudo, os interesses, as soluções práticas, reais para os problemas dos agricultores. É por isso que a actividade agrícola caiu 5% no último ano no Continente e se mantém em crescimento estável nos Açores.

É por isso que, enquanto o PSD faz propostas hilariantes e críticas metafísicas às questões agrícolas, o Governo do Partido Socialista continua a apresentar soluções

com efeitos práticos e reais nos rendimentos e no dia-a-dia dos agricultores, anuncia um novo resgate leiteiro, anuncia apoios à importação de cereais para combater o elevado custo das rações e traz a este Parlamento uma proposta legislativa...

**Deputado António Ventura (PSD):** Uma má proposta!

**O Orador:** ... absolutamente fundamental para 99% da actividade agropecuária dos Açores, fazendo cessar a legislação nacional actualmente aplicável e fortemente desadequada e ameaçadora, mesmo penalizante para o exercício da agropecuária nestas ilhas.

Da legislação actualmente em preparação na República pelo grupo de trabalho, pelos documentos que já são conhecidos, temos a dizer que nem de perto, nem de longe, seguem a adequação à realidade açoriana que esta proposta legislativa aqui materializa.

Do parecer da Associação Agrícola de São Miguel, fornecido antes da reunião da Comissão de Economia, temos a dizer que muitas das dúvidas aí levantadas já foram objecto de esclarecimento e que o próprio diploma tem vindo a acolher os seus contributos e os do Partido Socialista dando resposta às questões levantadas.

Pena é que realmente ao que interessa, o PSD não tenha acrescentado e nada tenha contribuído.

**Deputado António Ventura (PSD):** Tínhamos que alterar totalmente o conteúdo!

**O Orador:** Por último, da poeira irresponsável com que o PSD tenta confundir alguns mais desatentos, aguardamos para ver se finalmente vota contra tal ignominio legislativo ....

**Deputado António Ventura (PSD):** Vamos abstermo-nos!

**O Orador:** ... ou se assumirá aqui que tudo não passou de um *show off* que serve a poucos contra o interesse de muitos.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a intervenção do Deputado Luís Paulo Alves aquilo que eu queria referir nesta câmara encontra-se penalizado, porque aquilo que ele disse é aquilo que eu subscrevo, por isso não vou repetir.

Gostaria apenas de deixar um sublinhado em toda esta matéria:

Continuam sem ser identificados erros zootécnicos.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): O Deputado António Ventura acabou de os referir.

**Deputado António Ventura** (*PSD*): O problema é que não os admite!

**O Orador**: Não senhor, Sr. Deputado.

A responsabilidade dos relatórios que os senhores fazem, não é minha.

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Quem é que fez o relatório?

**O Orador**: Já expliquei de manhã como é que as coisas se tinham passado. Na Comissão, pedi ao Sr. Deputado António Ventura que identificasse os erros e que desse o seu contributo relativamente aos erros técnicos. Não o fez.

Então, foi referido por mim que mesmo que esses erros existissem o diploma tinha que ser aprovado.

**Deputado António Ventura** (*PSD*): Não foi isso. O senhor admitiu os erros!

**O Orador**: Foi sim senhor.

Relativamente ainda a essa matéria, vem agora o Sr. Deputado António Ventura dizer que o diploma peca porque não prevê todas as explorações da Região. Eu quero lembrar o Sr. Deputado António Ventura e toda a sua bancada que há menos de 6 meses, em requerimento que dirigiu a esta casa, o Sr. Deputado e o seu partido reclamavam um diploma para regulamentar o licenciamento das explorações bovinas, alertando para o facto de, se não o fizéssemos, haver graves problemas para os nossos produtores e graves problemas nomeadamente das candidaturas à próxima campanha. Obrigado, Sr. Deputado. Isso é a prova cabal de que os senhores só sabem fazer ziguezague político, só sabem lançar poeira e confusão.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Terminado o debate sobre este diploma, vamos passar à votação e vamos fazê-la de forma expedita.

O Sr. Deputado Artur Lima tem alguma consideração a fazer sobre a votação, ou algum pedido especial?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, pedia para votar separadamente o artigo 19º e o Anexo VI.

**Presidente:** Muito bem, Sr. Deputado.

O Partido Socialista entregou um documento na mesa assumindo as propostas de alteração da Comissão com excepção do artigo 5º e dos Anexos II e III.

Vamos votar o diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos para a votação na especialidade.

Vamos votar as propostas de alteração apresentadas pela Comissão e subscritas pelo PS, com excepção do artigo 5º e dos Anexos II e III e também, a pedido do Sr. Deputado do CDS, o artigo 19º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração foram aprovadas com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Votemos de seguida as propostas apresentadas pelo Partido Socialista para os artigos 5º, 21º, 22º, Anexo I e Anexo III.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista foram aprovadas com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Artigo 19º. Para este artigo temos uma proposta de alteração que vem da Comissão e é subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração para o artigo 19º foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** A pedido do CDS/PP vamos votar separadamente o Anexo VI.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Anexo VI foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora o remanescente de todos os artigos que forma objecto de alteração e os restantes artigos do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte restante dos artigos que sofreram alteração e os artigos que não sofreram alterações foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(\*) **Deputado Henrique Ventura (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De alguma forma para declarar a satisfação que o Grupo Parlamentar do PS tem ao ver aprovado um documento que irá permitir aos nossos produtores que estejam

licenciados e documentados com o documento necessário a poderem demonstrar que estão a cumprir as regras impostas pela Comunidade Europeia a nível de higiene pública veterinária, gestão de afluentes, ambiente, ordenamento do território, bem-estar animal e sanidade animal.

Congratulamo-nos também de alguma forma pela atitude tomada pelo PSD na votação deste diploma que, segundo o comportamento na Comissão e até mesmo nesta sala, demonstrava ser contra. Se calhar, pensando um pouco naquela que foi a meditação do Deputado Luís Paulo Alves, alterou a votação para abstenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No preâmbulo desta proposta de diploma é referido que a agropecuária dos Açores é uma produção natural. Apesar deste termo não ser sinónimo, pode ser confundido com produção biológica.

Neste sentido, e porque não está estatuído um estatuto de produção biológica na Região, julgamos que se perdeu uma excelente oportunidade de legislar sobre esta matéria relativamente à produção agropecuária na Região Autónoma dos Açores.

Associar a marca Açores e à carne IGP o peso e o estatuto de produto biológico, seria uma mais valia para a economia regional e para os consumidores.

O diploma poderia ter merecido uma outra posição de voto se tinha contemplado estes assuntos.

Votamos contra o Anexo VI porque pela lista apresentada parece não haver lugar para a exploração de outras raças incluindo a raça autóctone do Ramo Grande, na Ilha Terceira, mesmo numa perspectiva integrada de produção de leite, carne e turismo.

Porquê estabelecer uma lista de raças quando desde o Séc. XVI que historiadores e cronistas se referem às qualidades da carne produzida nos Açores que nada tem a ver com uma determinada raça, mas sim, com o sistema de produção da carne de bovino?

Um diploma feito à pressa, com pouco rigor não merece o nosso voto favorável.

**Presidente:** Não havendo mais declarações de voto passamos ao ponto seguinte:  
**Petição – “Variante à cidade da Horta”,** apresentada pelo Sr. Ilídio Manuel Lopes da Silva.

Eu chamava o Sr. Deputado Sérgio Ferreira para apresentar o relatório da Comissão de Política Geral.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Relatório e Parecer à Petição “Variante à Cidade da Horta”**

Ponta Delgada, 17 de Maio de 2005

#### **I**

#### **Introdução**

No dia 01 de Março de 2007 um grupo de 2.600 cidadãos da ilha do Faial apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição a solicitar que a ALRAA se pronuncie sobre a necessidade de rapidamente se aprovar o traçado da 2.ª Fase da Variante à Cidade da Horta, de forma, a que, o início da sua construção coincida com o fim da obra da 1.ª Fase, em curso.

#### **II**

#### **Enquadramento Jurídico**

O direito Petição enquadra-se no âmbito do art. 52.º da Constituição da República Portuguesa. A apreciação na Comissão exerce-se no âmbito do n.º 4 do art. 42.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

### III

#### **Apreciação na generalidade e na especialidade**

A Comissão deliberou ouvir o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta e o primeiro subscritor da Petição.

##### **a) Audição do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos**

No dia 29 de Março de 2007, na delegação da ALRAA, em Ponta Delgada, a Comissão ouviu o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, Dr. José Contente.

O Sr. Secretário disse que a primeira fase da variante está praticamente concluída, prevendo-se a sua conclusão durante o mês de Junho.

Quanto à 2.<sup>a</sup> Fase, está condicionada pelo Plano de Urbanização da Horta, Plano esse, que só irá para discussão pública em Junho, prevendo-se a sua aprovação para Dezembro.

Como é óbvio, sem a aprovação do Plano não se pode dar início à 2.<sup>a</sup> Fase, uma vez que o traçado previsto poderá sofrer alterações durante o período de discussão pública, salientando, que a solução preconizada não reúne o consenso dos faialenses. Assim, prevê o Governo dar início a esta ultima fase, já em 2008, sendo que esta obra só poderá ser, eventualmente, concretizada para a próxima legislatura, tendo em conta a data prevista das próximas eleições regionais.

##### **b) Audição do Sr. Presidente da Câmara da Horta**

No dia 20 de Abril de 2007, na sede da ALRAA, na cidade da Horta a Comissão ouviu o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta, Dr. João Fernando Castro e o primeiro subscritor da Comissão, Sr., Ilídio Manuel Lopes da Silva.

O Sr. Presidente da Câmara começou por realçar a importância da construção desta segunda fase, uma vez que é necessário criar uma alternativa ao trânsito que vai de

Norte para Sul da ilha, evitando a sua passagem pelo centro da cidade, zona já muito congestionada (cerca de 30.000 viaturas diárias na marginal da Horta).

O Sr. Presidente disse ainda, que a Câmara já tinha deliberado e, disso dado conhecimento ao Governo, da necessidade de para já se construir pelo menos o troço que vai de Santa Barbara à Canada dos Moinhos (cerca de 600 m), no sentido de evitar que com a conclusão da primeira fase se criem problemas de trânsito junto à zona do hospital.

Quanto à questão do Plano de Urbanização da Cidade da Horta disse que o mesmo estaria concretizado em Junho, decorrendo o período de discussão pública a partir desta data.

O Deputado José San-Bento saudou o Sr. Presidente, dizendo que a nova geração de autarcas dos Açores tem dado primazia aos mecanismos de ordenamento do território, situação que permite uma melhoria da qualidade de vida das populações e promove um desenvolvimento sustentável.

Disse ainda que a única discordância que parece haver entre o Governo e os peticionários é a questão do “timing” da obra, uma vez, que o Governo já assumiu de forma clara a realização da mesma.

O Deputado Costa Pereira questionou o Presidente sobre se a via prevista no Plano de Urbanização era uma estrada regional de 1.<sup>a</sup>, ou uma avenida a quota alta, uma vez, que estas soluções têm características diferentes.

Perguntou ainda se foram estudados traçados alternativos àquele que vai ser posto à discussão pública e se o Governo concorda com o traçado proposto.

Em resposta, o Sr. Presidente, disse que a via a construir será uma estrada regional de 1.<sup>a</sup> e que o Governo concorda com o traçado proposto, só estando à espera do resultado da consulta pública.

O deputado Hélder Silva regozijou-se com o ponto a que se chegou, lembrando o caminho que teve que ser percorrido para que os faialenses tivessem a garantia da construção da 2.<sup>a</sup> fase à variante da Cidade da Horta.

Disse ainda, que nesta fase não era muito importante a data do começo da obra, mas sim que esta seja consensualizada com os faialenses, o que não significa que tenha que existir unanimidade.

O Sr. Presidente da Câmara lembrou, ainda, que se fala da variante há vinte anos, que a contestação ao traçado proposto é mensurável pelo n.º de subscritores que assinaram o abaixo – assinado que contestava a variante, em contraponto àqueles que subscreveram a presente petição e que esta é uma solução estruturante e determinante para a cidade da Horta.

### **c) Audição dos Peticionários**

O Sr. Ilídio Silva, começou por dizer que a ideia base da petição era dizer ao Governo que os faialenses queriam a variante.

Que desde o início do processo da petição já muito foi esclarecido e o que agora importa reter é que a 1.ª fase só tem pleno sentido se for construída a segunda fase.

Lembrou ainda que este foi um processo apolítico.

Continuou a sua explanação, alertando para o facto de que a conclusão da segunda fase poderá levar ainda alguns anos e que era muito importante a construção dos cerca de 600 metros que vão de Santa Barbara à Canada do Moinho, troço esse, que, segundo ele, escusa de estar à espera da conclusão da discussão pública do Plano de Urbanização da Horta.

O deputado Hélder Silva elogiou o espírito de cidadania activa, evidenciado por esta iniciativa.

Referiu também que não subscreveu esta petição porque considerou que tinha muitas responsabilidades na concretização, ou não, do projecto.

Realçou o facto da auscultação pública ser fundamental para se chegarem a consensos e perguntou ao peticionário se tinha conhecimento da solução proposta e se concordava com ela, bem como, os restantes subscritores.

O Sr. Ilídio respondeu que a segunda fase tem que ser feita, independentemente do traçado, e que não compete aos signatários definir traçados, realçando uma vez mais, que, para já, era importante dar início à estrada que liga Santa Barbara à Canada dos Moinhos.

O deputado Costa Pereira disse que realmente sem a construção da segunda fase, a conclusão da primeira originará maiores confusões de trânsito na zona do hospital,

realçando também, a importância de se avançar já para a construção da estrada até à Canada dos Moinhos, no sentido de se obviar o congestionamento de trânsito que será provocado pela entrada em funcionamento da primeira fase.

#### **IV**

#### **Parecer**

A Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Haverá, por razões incontornáveis de legalidade e de planeamento urbanístico, descontinuidade nas obras da primeira fase da variante para a segunda fase, no entanto, há consenso quanto à necessidade da sua concretização o mais rapidamente possível;
2. A necessidade da construção da segunda fase da variante à Horta é consensual e inquestionável. A via possibilita o desvio do trânsito do centro da cidade da Horta, que é essencial para o seu reordenamento;
3. O Governo Regional deve considerar a eventual opção por medidas preventivas, no sentido de salvaguardar o traçado da segunda fase da variante;
4. A Comissão de Política Geral entende que avaliado o contexto da matéria em análise, não se justifica o envio da Petição, acompanhada do respectivo relatório, ao Provedor de Justiça, para os efeitos previstos na Constituição da República Portuguesa.

Ponta Delgada, 17 de Maio de 2007

**O Relator:** *Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade

**O Presidente:** *José Manuel Bolieiro.*

**Presidente:** Apresentado o relatório, cada grupo parlamentar pode intervir por 10 minutos, por mais que uma vez, se assim achar necessário. O Sr. Deputado Independente também pode intervir por 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva

(\*) **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha intervenção quero começar por cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, e igualmente o Sr. Relator, pelo trabalho que fizeram. Penso que o relatório reflecte, e muito bem, aquilo que foram as conclusões dos trabalhos que desenvolvemos e das audições que decorreram no âmbito dos trabalhos da Comissão.

Quero também neste momento, porque me parece oportuno, congratular-me pelo momento que vivemos, que é um momento de significativo avanço relativamente aos 20 anos de discussões que temos tido em torno da variante. Refiro-me concretamente à conclusão da primeira fase da variante. Esta nota penso que é merecedora de um registo neste momento.

Em terceiro lugar, quero também expressar o meu e nosso contentamento relativamente àquilo que é a solução preconizada para se avançar para a segunda fase da variante.

Eu quero lembrar que essa alteração foi introduzida recentemente. Eu tive oportunidade de aqui, em Novembro último, fazer uma intervenção abordando um conjunto de temas e de matérias relacionadas com obras e com questões relacionadas com a Ilha do Faial, e entre elas falei também (e debatemos, eu e o Sr. Deputado Costa Pereira) das questões relacionadas com a segunda fase da variante.

Lembro-me que defendi então que era necessário termos um processo de discussão pública associado à segunda fase da variante.

A solução preconizada ancora esta discussão pública no plano de urbanização, e muito bem, já que se trata de uma fase da intervenção da variante dentro da própria cidade da Horta. Portanto, necessariamente tem que estar harmonizada com o plano de urbanização que, como se sabe está, em fase de conclusão. A breve trecho será posto à discussão pública e nessa altura os faialenses, que assim o entenderem, terão a oportunidade para se inteirar das soluções preconizadas de participar, activa e civicamente, em todo este processo de discussão pública.

Não posso deixar de registar aqui uma nota relativamente àquilo que em Novembro tivemos oportunidade de discutir. É que o Sr. Deputado Costa Pereira a certa altura levantou-se e disse: “a segunda fase da variante está terminada, acabou”. Houve

declarações do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos que disse que não há segunda fase da variante.”

Na altura tive oportunidade de dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira e a todos os Deputados desta casa que não era assim. A solução para a segunda fase da variante estava em cima da mesa. Eu trabalhei por isso um ano e meio (sou deputado nesta casa), tenho trabalhado muito activamente nesse processo, junto do Governo, nesta câmara, utilizando os órgãos de comunicação social, quando necessário, e estamos aqui a trabalhar para encontrarmos uma solução para a segunda fase da variante, com uma certeza, é que temos, como muito bem vem reflectido no relatório que foi há pouco apresentado, que ter uma solução consensualizada para a segunda fase da variante. A consensualização desta solução é obviamente uma responsabilidade de todos nós.

Podemos dizer que é da responsabilidade do Governo, mas é uma responsabilidade de todos os políticos eleitos que aqui trabalham e que têm que, activamente, encontrar soluções. Todos nós somos responsáveis nas soluções.

A melhor forma de encontrarmos soluções para os problemas é sermos claros nas soluções que temos para resolver esses mesmos problemas.

Por isso, por eu achar que é assim que se deve fazer política, é que sou muito claro naquilo que defendo nesta como em qualquer outra matéria e com muita clareza digo, defendo a segunda fase da variante e não só defendo a segunda fase da variante como defendo claramente uma solução concreta para a segunda fase da variante, essa solução passa por um eixo que vem de Santa Bárbara, passa pela Canada dos Moinho e chega ao alto da Vista Alegre. É a solução que nós preconizamos.

Obviamente é para isso que existem discussões públicas com as correcções que forem necessárias, num processo de consensualização que terá que ser encontrado e todo esse esforço nós fá-lo-emos.

Posto isto quero acrescentar uma segunda nota, que é de preocupação, porque se eu acho que é com clareza que devemos abordar estas temáticas que têm a ver com o nosso desenvolvimento e com soluções, neste caso por uma obra concreta na nossa ilha do Faial, e se eu tenho uma ideia clara para a variante como disse há ano e meio nesta casa, preocupa-me que outros deputados nesta casa, que o são há muitos mais

anos, não tenham (apesar de eu, em Novembro, ter tido a oportunidade de solicitar esse esclarecimento), até ao momento, apontado nem defendido nenhuma solução objectiva para o traçado da segunda fase da variante.

É com esta nota de preocupação que neste momento eu, Sr. Presidente, agradecendo estes minutos, termino a minha intervenção.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** O senhor foi secretário regional!

**Deputado Helder Silva (PS):** Fui secretário, fui director e tenho muita honra em todo o património e trabalho que deixei feito!

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não vi nenhuma solução sua nessa matéria!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A petição que temos entre nós (já é a segunda que temos sobre este assunto) é bem reveladora dos méritos da participação dos cidadãos na política, no sentido que os gregos davam à política do governo da polis, nesse sentido nobre.

Essa figura do direito de petição tem também o mérito inegável de contribuir para uma desejada e cada vez mais necessária aproximação entre eleitos e eleitores, evidenciando as virtudes da procura de consensos para ultrapassar bloqueios ou situações consideradas injustas ou penalizadoras.

Para o PSD o sentido útil desta petição é ter proporcionado à população a reclamação de um investimento de natureza estratégica para o Faial e a defesa da urgência na sua realização.

O resultado dessa movimentação cívica já foi positivo, ao conseguir-se que o Governo Regional, perante a comissão, tivesse assumido, agora de forma clara e inequívoca, o seu compromisso definitivo na realização deste importante investimento que é a segunda fase da variante ligando Santa Bárbara à Vista Alegre.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Agora para ser consequente e para se evitarem erros do passado, deixamos o desafio ao Governo Regional para que, com carácter urgente, institua as medidas cautelares que se impõem para proteger o traçado previsto em sede da actual

versão do Plano de Urbanização, de alterações que possam eventualmente pô-lo em causa ou mesmo inviabilizá-lo.

Quero também deixar uma palavra especial de apreço para com os faialenses que se mobilizaram, lideraram este processo de intervenção cívica, que não tiveram receio em assinar esta petição e são assim co-autores das decisões positivas que esperamos que se concretizem para bem do Faial e do seu futuro.

Finalmente, devo também salientar o profícuo trabalho desenvolvido pela Comissão de Política Geral, que foi capaz de tratar deste assunto, politicamente delicado, com sentido construtivo e procurando um desejável consenso que o relatório elaborado claramente traduz.

Esta nota que eu já trago aqui escrita procurou estar dentro do ambiente que acho que deve ser aquele que deve nortear as nossas intervenções nesta fase, relativamente à questão da variante, que é a procura de situações de consenso que ajudem a levar para a frente este projecto.

Mas a verdade é que o Sr. Deputado Helder Silva, numa ânsia natural de protagonismo, que todos nós compreendemos, porque é agora Secretário Coordenador do PS e deseja mostrar obra feita,...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... disse que eu tinha dito que a segunda fase da variante estaria comprometida. Pois se calhar o Sr. Deputado não estava atento às declarações do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e, porque não estava atento, vou repetir o que o Sr. Secretário disse em 26 de Outubro de 2006:

“A segunda fase da obra, admito a hipótese do projecto não vir a ser executado, caso se chegue à conclusão que o traçado que nos é proposto pela câmara vai prejudicar os habitantes da cidade da Horta”.

Não fui eu que o disse. Foi o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos que assumiu que a segunda fase da variante poderia estar comprometida.

Esta petição é a resposta completa e total dos faialenses a essas dúvidas que o Governo Regional repentinamente passou a ter acerca da segunda fase da variante.

Por isso, o mérito, o grande mérito dos peticionários e daqueles que sem medo assumiram a assinatura desta petição, foi esse, obrigou o Sr. Secretário Regional da

Habitação e Equipamentos, em sede da comissão, a clarificar e a assumir que o Governo iria fazer em qualquer circunstância essa obra.

**Deputado José San-Bento (PS):** Estava assumido. Apenas clarificou!

**O Orador:** Finalmente, Sr. Deputado Helder Silva, eu aceito com bonomia as suas preocupações acerca da minha indefinição em relação ao traçado da variante. Aceito por uma razão muito simples, Sr. Deputado, é que eu não sou engenheiro civil, não tenho competência nenhuma para saber se a variante passa acima, se passa abaixo, se passa ao lado, onde é que passa.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Mas dava um bom engenheiro!

**O Orador:** Portanto, a minha preocupação é que a segunda fase da variante seja feita, que ela seja precedida de um debate público e que todas estas circunstâncias devidamente salvaguardadas se traduzam num investimento que é estruturante para o desenvolvimento do Faial e desta terra.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** O Governo não pode dizer nada sobre isso!

**Presidente:** Pois é, Sr. Secretário, o Governo não pode dizer nada, nem o Presidente da Assembleia que está neste local e também é Deputado do Faial.

Além disso estão os peticionários na bancada. Portanto, é uma situação constrangedora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva

(\*) **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pelo fim da intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira.

Com as responsabilidades que nós temos Sr. Deputado, mal de nós no dia em que tivermos que começar a reportarmo-nos às nossas especialidades e formação para podermos tomar posições políticas relativamente a questões que são eminentemente políticas, independentemente das soluções terem uma envolvente técnica que naturalmente têm.

Mas o que nos cabe a nós, Sr. Deputado, é termos posições claras sobre as coisas. Relativamente a obras públicas, Sr. Deputado, – eu sou biólogo de formação – eu não deixo de ter posição relativamente ao porto da Horta, por exemplo. Aquilo que eu penso é que com esse tipo de argumentos o Sr. Deputado vai inibir-se de tomar qualquer posição relativamente a outras obras na ilha do Faial.

Eu penso que o ouvi tomar posições relativamente a tantas outras. Por que razão é que há-de agora segurar-se e ancorar-se num argumentário desse tipo? Isto apenas para deixar aqui este registo.

Penso que terá sido uma falha do Sr. Deputado, mas compreendo que possa estar com algum nervosismo.

Relativamente aos receios, os faialenses e os açorianos há largos anos que não têm qualquer receio em assinar petições.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Olhe que não!

**O Orador:** Aliás, se os Srs. Deputados fizerem o exercício de comparar o número de petições que houve nestes últimos 11 anos de governação do Partido Socialista com aquelas que houve nos outros 20 anos do PSD, podem perceber com toda a clareza aquilo que é o receio que os faialenses têm de assinar petições.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)*

Aliás, têm tanto receio de assinar petições que neste momento relativamente à variante temos duas petições. A última foi de 2001. Além dessas duas petições temos já uma carta que foi apresentada nesta casa.

Portanto, Sr. Deputado, relativamente a receios e medos esse tempo terminou, felizmente, há largos anos e neste momento vivemos em democracia plena.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Terminou em 96!

**O Orador:** O Sr. Deputado falou aqui num comprometimento da segunda fase, nas declarações do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Fê-lo muito bem! Foi exactamente isso que o Sr. Secretário Regional disse. Aliás, disse-o tão bem que eu sou capaz de assinar por baixo. Eu já o disse e escrevi-o.

Eu, talvez como nenhum outro deputado desta casa, tenho defendido a segunda fase da variante. Tenho-o feito de forma muito insistente. Agora há uma coisa que também digo com toda a certeza, é que no dia em que perceber que efectivamente os faialenses não querem a segunda fase da variante, eu serei o primeiro a dizer que não defendo a segunda fase da variante.

Eu defendo a segunda fase da variante, como poucos políticos fizeram nesta casa e continuarei a fazê-lo.

No dia que eu perceber que não se quer a segunda fase da variante, eu serei o primeiro a dizer não defendo a segunda fase da variante. Não chegámos ainda a esse momento.

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Repito: Aquilo que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos disse, eu assino por baixo. Defendo exactamente a mesma coisa. Agora isso não retira a inverdade daquelas que foram as palavras do Sr. Deputado, porque este facto não significa que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos tenha dito que desistia da segunda fase da variante. Não foi isso que o Sr. Secretário disse.

Portanto, quem disse que não havia segunda fase da variante foi o Sr. Deputado.

Aquilo que eu tenho dito sempre é que haverá segunda fase da variante. Haverá até ao momento em que percebamos que de facto não queremos segunda fase.

**Presidente:** Sr. Deputado, informo que esgotou o seu tempo.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para falar sobre esta matéria, da Horta e do Faial.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Começaria por dizer ao Sr. Deputado Helder Silva que vai ficar com a “camisola amarela”.

**Deputado Mark Marques (PSD):** E com a “bicicleta”!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Quem é que fica com a rosa?!

**O Orador:** Vai à frente do pelotão. É isso que o faz feliz!

O que está verdadeiramente aqui em questão e o que interessa aqui, é a petição que foi democraticamente apresentada pelos habitantes do Faial que necessitam da segunda fase da variante. Manifestaram esse desejo e é esse desejo que aqui devemos apoiar, aliás, no excelente trabalho da Comissão de Política Geral. Essa é que é a matéria que verdadeiramente interessa. Não interessa para este caso quem é o “lanterna vermelha” e quem é o “camisola amarela”. O que interessa é servir a população, o que interessa é que este Parlamento tomou em conta uma petição legítima do povo faialense. É nisso que nos devemos concentrar e não estarmos aqui em discussões “estéreis” de quem vai à frente e quem vai atrás.

**Deputado Helder Silva (PSD):** O que interessa é aquilo que todos queremos e não aquilo que aqui dizemos!

**O Orador:** Pela nossa parte, ainda bem que vivemos em democracia, ainda bem que foi apresentada essa petição.

Fazemos votos e esperamos que depressa se conclua a obra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às afirmações do Sr. Deputado Helder Silva quero dizer três notas muito breves para terminar, pela minha parte, este debate.

Em primeiro lugar, o meu passado político fala pelas posições todas que tomei em defesa do Faial e não precisei de andar fazendo disso eco na comunicação social, nem falando aqui do que faço ou deixo de fazer. O meu passado político fala por mim e pelas posições que tomei em defesa do Faial, dos faialenses e em nome do PSD.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Por isso, não preciso estar sempre a falar na primeira pessoa, nem estar sempre a dizer o que faço.

**Deputados Pedro Gomes e Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Em segundo lugar, a questão das petições aparecerem agora. Pois a leitura naturalmente é óbvia, Sr. Deputado. As petições aparecem, porque há naturalmente muita gente descontente, senão ninguém fazia petições.

As petições aparecem porque há pessoas descontentes, aparecem porque as pessoas desejam mais e melhor para a sua terra e tiveram, ao contrário do senhor, a coragem de assinar essa petição e não esperaram pelas ordens do Governo Regional a ver o que é que ia fazer relativamente a isso.

Finalmente, Sr. Deputado Helder Silva, quem tanto defende a variante como o senhor diz que tem defendido, nem uma palavra o senhor foi capaz de dizer aqui sobre uma sugestão e um desafio que eu deixei ao Governo Regional, que é a necessidade de medidas cautelares para não acontecer a esta fase da variante o que aconteceu à fase anterior e que no fundo justifica que findos todos estes anos, ainda estamos a falar de uma coisa que já devia estar feita.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** O seu tempo, Sr. Deputado Helder Silva, já esgotou. O senhor pede a palavra para...?

**Deputado Helder Silva (PS):** Lamento, mas fui interpolado Sr. Deputado e tenho direito a defesa da honra.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu não lhe dou a palavra para defesa da honra, porque não há ofensa da honra. Mas posso dar-lhe uma ajuda. Dou-lhe a palavra para um protesto e ao Sr. Deputado Costa Pereira para um contra-protesto. É o máximo que posso fazer.

**Deputado Helder Silva (PS):** Eu serei muito breve, Sr. Presidente, agradecendo a sua benevolência.

Eu posso falar na primeira pessoa, Sr. Deputado, porque o meu passado político passou durante muitos anos por fazer nas pescas, no ambiente, em vários níveis.

Eu posso efectivamente falar do meu passado em termos de execução, de trabalho, de realização – primeira questão.

Segunda: coragem de assinar petições, Sr. Deputado?

Vai desculpar-me, com todo o significado e importância que dou obviamente àquilo que é a demonstração cívica através das petições. Coragem teria o senhor se defendesse esta questão precisamente não tendo que assinar petições, porque aquilo que me parece é que, quando nós temos responsabilidades políticas ao nosso nível, fica-nos muito mal descermos ao ponto de termos que pedir que se faça, quando temos a obrigação de garantir que se faça.

É essa a nossa obrigação!

É essa a obrigação dos Deputados desta Assembleia!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Relativamente às medidas cautelares queria só deixar esta nota, que é uma nota de grande incoerência. As medidas cautelares só fazem sentido quando nós defendemos uma solução concreta.

O Sr. Deputado ainda não me disse que solução concreta é que defende.

Eu defendo medidas cautelares e posso defender porque efectivamente foi uma solução concreta para o traçado da segunda fase da variante, coisa que o Sr. Deputado ainda não demonstrou nesta casa, defendendo concretamente.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para um contra-protesto.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, pela minha parte, não precisava desta figura do contra-protesto, porque acho que não se justificava o protesto.

**Deputados Pedro Gomes e José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Deputado Helder Silva, em primeiro lugar, lamento, sinceramente, que uma questão que pelo menos a todos nos une, que é a defesa da variante, tenha acabado por levar a esta aparente divisão.

Essa aparente divisão resulta naturalmente, Sr. Deputado, e eu tenho que lhe dizer isto, porque o senhor não foi capaz de fazer a sua intervenção inicial de uma forma limpa sem assacar responsabilidades e sem ter essa obsessão de criticar o PSD.

Se o senhor tivesse sido capaz de dizer o que disse e ter retirado a parte do PSD, o senhor não tinha ouvido réplica nenhuma e estaríamos todos aqui num sentido de unanimidade que é isso que interessa aos faialenses e é isso que nos une.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**Deputado Helder Silva (PS):** Eu estou a fazer isso precisamente para não estarmos há espera mais 6 anos!

**O Orador:** Quanto à questão das petições, Sr. Deputado Helder Silva, eu defendo o Faial e os investimentos nesta ilhas e assino todas as petições que se enquadrarem nesse sentido, sem precisar de perguntar ao meu líder o que é que vou fazer para poder assinar.

É isso que eu censuro!

Tanto foi assim que o senhor sentiu necessidade de justificar na Comissão, por que é que não tinha assinado a petição.

**Deputado Helder Silva (PS):** Eu não justifiquei nada!

**O Orador:** O senhor leia o relatório. Não o leu!

Sr. Deputado Helder Silva, eu não preciso de fazer figuras, eu não preciso mostrar o meu trabalho. Os faialenses conhecem o meu trabalho.

**Deputado Helder Silva (PS):** Eu não tenho nenhum trabalho feito!!!

**O Orador:** O senhor é que tem que mostrar trabalho e o seu trabalho na Assembleia... Olhe, vou dizer-lhe uma coisa: o Sr. Deputado tem aqui um exemplo de um flop parlamentar que ainda estamos um dia para conversar nele, que é aquele que fez ali sobre a Igreja do Carmo.

**Deputado Helder Silva (PS):** Eu estou a aguardar há vários meses para que os senhores tragam o assunto!

Tenho muita vontade de conhecer a sua posição!

**Presidente:** Srs. Deputados, terminou o debate sobre esta petição.

Foram assegurados iguais direitos.

Passamos ao ponto seguinte: **Petição – “Tarifa única para os Açores”, apresentada pelo Sr. Diniz Borges.**

Para apresentar o relatório da Comissão tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

**Deputado Henrique Ventura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Relatório e Parecer à Petição promovida pelo Conselho das Comunidades Portuguesas, Secção dos Estados Unidos da América do Norte e Bermudas sobre “Tarifa Única para os Açores”**

Ponta Delgada, 17 de Maio de 2007

## **Capítulo I**

### **Introdução**

Em 12 de Janeiro de 2007 deu entrada, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Petição promovida pelo Conselho das Comunidades Portuguesas, secção dos Estados Unidos da América do Norte e Bermudas, assinada por 4.899 pessoas.

Como pressupostos, esta petição considera: que as razões para a criação de tarifas únicas podem ser de natureza comercial, económica e financeira e, ainda, de natureza social. Servem para atrair clientes de outras companhias aéreas e incrementar o fluxo de passageiros de determinadas áreas para um destino particular. Que o relacionamento transportador/ agentes de viagens durante muito tempo foi cooperante e construtivo. Os peticionários também apontam outros aspectos: o afastamento da SATA dos agentes de viagem, como promotores de turismo para os Açores, a

inexistência de serviço de relações públicas adequado, a asfixia das agências de viagens portuguesas nos Estados Unidos, as quais se dedicam quase exclusivamente a promover vendas para Portugal, a falta de percepção das mudanças que se verificaram na comunidade portuguesa e sobretudo a açoriana, emigrada, que hoje são turistas que esgotam hotéis, alugam carros e enchem restaurantes, que os mesmos emigrantes são obrigados a pagar as passagens com muita antecedência em relação à viagem. Que a tarifa única é susceptível de contribuir grandemente para o desenvolvimento turístico de todas as ilhas, que é imperioso que a SATA/AZORES EXPRESS esteja em condições de oferecer às agências de viagens portuguesas nos Estados Unidos, com pelo menos nove meses de antecedência, confirmação de lugares pedidos para grupos. Finalmente, que todos os Açorianos devem ser tratados por igual, independentemente da ilha de onde são oriundos.

## **Capítulo II**

### **Enquadramento Jurídico**

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do art. 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela lei n.º 43/90, de 19 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março e n.º 15/2003, de 4 de Junho. A apreciação na Comissão exerce-se no âmbito do n.º 4 do art. 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

## **Capítulo III**

### **Apreciação na generalidade e na especialidade**

Na impossibilidade de ouvir o primeiro subscritor a Comissão deliberou solicitar um depoimento por escrito, ao Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas, secção dos Estados Unidos da América do Norte e Bermudas, como primeiro

subscritor da Petição, se este entendesse necessário acrescentar mais algum elemento à Petição. A Comissão não recebeu mais nenhum contributo. A Comissão deliberou ainda ouvir em audição o Secretário Regional da Economia e o Presidente do Conselho de Administração da SATA.

## **AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA ECONOMIA**

No dia 11 de Abril de 2007 a Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da Economia, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada.

O Secretário começou por dizer que já tinha reunido com os peticionários e com o Presidente da SATA. Aceitava ser difícil, para quem não vive nos Açores, compreender a situação. No entanto, o Governo da República só pode financiar as obrigações de serviço público, sendo que as ligações com os Estados Unidos ou com o Canadá não podem ser consideradas de serviço público por aqueles países não pertencerem à UE. No concurso público de transporte de passageiros inter-ilhas foi encontrada uma forma de possibilitar a quem visitasse os Açores por mais de 10 dias a deslocação a mais uma ilha mediante o pagamento da tarifa da coesão (80 euros). Referiu que por ocasião das festas do Senhor Santo Cristo o movimento de passageiros faz-se num só sentido, que durante o ano de 2006 houve 3 companhias a operar nas rotas entre o Canadá e os Açores. Em relação às bagagens, disse serem aviões com capacidades diferentes, enquanto um Airbus A310 pode transportar 50kg por passageiro, na ligação inter-ilhas, atendendo às características do avião utilizado, só é possível transportar 20kg por pessoa. Mais acrescentou que o Governo Regional não pode, por imperativos legais, apoiar financeiramente a companhia regional para cobrir eventuais prejuízos de exploração nestas rotas.

O Deputado António Marinho começou por referir que a SATA é tutelada pelo Governo Regional e que, nos últimos anos, tem apresentado lucros. Após estas considerações, questionou o Secretário: se já tinha sido avaliado o custo da tarifa única e se seria possível a SATA assegurar esse ónus. Em relação à reserva das passagens, se seria possível reduzir a antecedência no pagamento das mesmas.

O Secretário, respondendo, disse que, no ano de 2006, a SATA prevê ter um volume de negócios de 246 milhões de euros e um lucro à volta de 3 milhões de euros; que a SATA tem de fazer investimentos, nomeadamente para renovação da frota, que o lucro não seria suficiente para suportar o proposto, para além de não ser justo em relação aos residentes nos Açores. Mais acrescentou que, em relação à antecedência no pagamento das passagens, a SATA pratica o mesmo que as outras companhias.

O Deputado Jorge Macedo disse concordar com as preocupações relativas à sazonalidade apresentada pelo Secretário. Questionou se não seria viável dar resposta aos aspectos da petição, apostando mais no mercado americano, como combate à sazonalidade.

O Secretário reconheceu que gostaria de ter captado mais turistas americanos, no entanto lembrou que os mercados mais próximos dos Açores também não o têm conseguido, porque tudo o que temos para lhes oferecer encontram mais próximo e mais barato. Acrescentou que a promoção turística nos Estados Unidos sai muito cara e que é mais fácil captar turistas europeus do que americanos.

## **AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SATA**

No dia 11 de Abril de 2007 a Comissão procedeu à audição do Presidente do Conselho de Administração da SATA, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada.

O Presidente da SATA começou por dizer já ter explicado por diversas vezes não ser possível aceder ao que os peticionários pretendem. Continuando, disse que o espaço aéreo entre os Açores e os Estados Unidos e os Açores e Canadá está liberalizado, ou seja, qualquer companhia pode ligar os Açores com aqueles destinos. Aliás, existem três companhias a voar nessas rotas: a SATA, a Sky Service e a Air Transat. Mais acrescentou que, por indicação do Governo Regional, enquanto tutela, e porque os emigrantes são importantes para a Região, foi extensivo aos mesmos a tarifa da coesão de 80 euros, fixada para as ilhas da coesão, desde que a estadia fosse superior a 10 dias. Voltou a afirmar não ser o pedido dos emigrantes exequível, ser contra as

regras da livre concorrência, por estarem envolvidas várias companhias aéreas. Considerando a questão levantada pela petição no que se refere à percentagem atribuída aos agentes, referiu ser a SATA a única companhia a pagar comissão às agências de viagens e que, quando se decidiu baixar a mesma de 9% para 6%, foi feita uma reunião com todos os agentes a fim de serem explicadas as razões. Concluiu dizendo ter a SATA preocupações sociais, mas que tem de ser gerida como empresa.

O Deputado António Marinho colocou a mesma pergunta que já tinha feito ao Secretário Regional, sobre se o lucro obtido pela empresa seria suficiente para custear as pretensões da petição, considerando que as sete ilhas que não têm ligações directas ao mercado da América do Norte representam 25% do movimento de passageiros daqueles destinos. Se a tarifa única iria aumentar o fluxo de emigrantes e se a obrigatoriedade de pagamento das passagens num prazo de 7 dias após a reserva era inevitável.

O Presidente da SATA disse que o lucro da empresa, tendo por base o volume de negócios, era de 2%. Referiu a necessidade de continuar a investir, nomeadamente na qualificação dos recursos humanos. Mencionou a título de exemplo que os pilotos da SATA, há 10 anos, quando assumiu a presidência da empresa, trabalhavam menos de 50% das horas de voo possíveis e que neste momento trabalham quase 800 horas. Lembrou, a propósito de transportar os emigrantes para qualquer ilha do arquipélago, para além de S. Miguel e Terceira, ao mesmo preço, que a SATA fez um grande esforço para estabelecer a tarifa da coesão, ou seja, a possibilidade de visitar outra ilha do arquipélago por apenas 80 euros, e que tinha sido levada em conta a necessidade de facilitar as acessibilidades às ilhas mais pequenas. Disse não acreditar que a tarifa única viesse a aumentar o fluxo de emigrantes e que a antecedência no pagamento das passagens decorre das regras do mercado.

O Deputado Jorge Macedo perguntou quais as razões do insucesso do turismo oriundo do mercado americano.

O Presidente da SATA respondeu que para promover o destino Açores no mercado americano custa muito dinheiro porque é um mercado de 300 milhões de habitantes,

no entanto a SATA investiu na divulgação dos seus horários de voos, no ano de 2006, trazendo aos Açores alguns turistas.

## **Capítulo IV**

### **Parecer**

A Comissão, após as audições efectuadas, conclui por maioria que:

1. Relativamente à disponibilização pela SATA de uma tarifa única para quem pretenda viajar em voos operados pela sua companhia aérea a partir dos Estados Unidos e com destino a qualquer ilha do arquipélago dos Açores, não é possível aceder a esta pretensão, uma vez que sendo uma rota liberalizada, o Governo Regional ou a SATA não poderão impor uma tarifa única nesta rota.
2. Na rota EUA-Açores, neste momento só voa a SATA. Como rota liberalizada, a todo o momento poderá entrar ou sair qualquer companhia, como já aconteceu por 3 vezes, com a TAP, desde que SATA assegure esta rota. Na rota Canadá-Açores neste momento há 3 companhias a voar.
3. Com a finalidade de melhorar a acessibilidade às outras ilhas a SATA criou uma tarifa única de 80 euros para quem se deslocar para outra ilha e para quem estiver mais de 10 dias na Região, tarifa muito inferior, em algumas rotas, à tarifa de residente.
4. O mercado EUA-Açores é um mercado sazonal e como tal provoca custos de exploração bastante elevados, dado que em determinados períodos a ocupação é bastante baixa num dos sentidos da rota.
5. Relativamente às agências de viagem da comunidade, a SATA é a única companhia que no mercado norte-americano paga uma comissão de 6%, contrariamente às outras companhias.
6. Quanto ao pagamento antecipado das viagens decorre das regras de mercado e das práticas comerciais do transporte aéreo de passageiros.

7. A SATA através da sua companhia SATA/AZORES EXPRESS, tem assegurado às comunidades, nos últimos anos um serviço digno de registo, ao nível da qualidade do serviço prestado, regularidade na rota ao longo do ano e pelo número de lugares disponibilizados.

Ponta Delgada, 17 de Maio de 2007

**O Relator,** Henrique Ventura

O presente relatório foi aprovado por unanimidade, com excepção dos Pontos nºs 1 e 6 das conclusões do parecer.

Os Deputados do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto:

O PSD entende que são pertinentes as questões apresentadas na petição quanto a uma tarifa única para todas as ilhas dos Açores. Assim, a SATA deve encarar a possibilidade, numa oportuna redefinição do seu tarifário, de atender à referida pretensão.

Deverá, designadamente, ter-se em conta que a SATA é uma empresa detida a 100% pela Região Autónoma dos Açores, pelo que a satisfação da pretensão deverá ser articulada com a respectiva tutela, a exemplo do que anteriormente aconteceu com a aplicação da “tarifa de coesão”, no sentido de serem salvaguardados os interesses da Região, designadamente pelos efeitos positivos resultantes da intensificação de fluxos de passageiros com a diáspora e zonas abrangidas.

**O Presidente,** José do Rego

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(\*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A petição que agora se aprecia, promovida pelo Conselho das Comunidades Portuguesas, Secção dos Estados Unidos da América do Norte e Bermudas, apela preponderantemente ao estabelecimento de uma tarifa única para todas as ilhas dos

Açores, nos voos de ligação entre os Estados Unidos da América e a Região efectuados pela Companhia Aérea Açoriana SATA AZORES EXPRESS subentendendo como pressuposto ser esta a única transportadora a operar nesta rota.

Refere igualmente esta petição outras pretensões relativamente à SATA, no que toca ao pagamento de comissões às agências de viagens portuguesas nos Estados Unidos, reserva e pagamento antecipado das passagens aéreas, transporte de bagagens inter-ilhas.

É de sublinhar que neste documento é solicitada a implementação de uma forma indiscriminada de uma tarifa única por parte da SATA a partir de qualquer aeroporto da América do Norte, para qualquer ilha dos Açores.

As audições realizadas pela Comissão Permanente de Economia permitiram corroborar a disponibilidade e o empenho que houve, quer por parte da tutela, quer por parte da própria companhia em reunir previamente com os peticionários permitindo apontar, em primeira mão, os motivos pelos quais não tem sido possível aceder, pelo menos no contexto actual, a este pedido.

Entre estes motivos foi realçado o facto das ligações entre os Estados Unidos da América e os Açores não estarem sujeitas a obrigações de serviço público, pelo que qualquer companhia aérea low cost ou não, que queira operar nesta rota, tem toda a liberdade de o fazer, não podendo o Governo Regional, em qualquer circunstância, apoiar este tipo de operação.

Desta forma, a fixação de uma tarifa única para os Açores, poderia ser encarada como uma violação das regras da livre concorrência.

Por outro lado, a exploração dessas rotas nos últimos anos, tem sido tendencialmente deficitária devido à forte sazonalidade e à concentração unidireccional da procura, o que provoca dificuldades acrescidas na escolha do modelo de gestão.

A este propósito, foi invocada a título ilustrativo a entrada e posterior saída da TAP na rota de Boston, por 4 vezes, desde que a SATA arrancou com esta operação.

Relativamente ao pagamento de comissões, constatou-se que a SATA é a única companhia que paga comissões aos agentes de viagens nos Estados Unidos, demonstrando uma forte preocupação social em manter este relacionamento com os interlocutores mais próximos destas comunidades.

Quanto à reserva e pagamento antecipado de passagens, ficou claro que a SATA recorre aos mais modernos sistemas de reservas e que o *yield management* é uma prática corrente nesta actividade.

No que toca ao transporte de bagagens inter-ilhas, igualmente se confirmou que as limitações impostas à companhia são de ordem técnica e prendem-se com a diferente capacidade das aeronaves a operar em cada uma das rotas.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na leitura feita pelo Sr. Relator da Comissão de Economia, já ficou expressa a posição que o PSD tem em relação a esta matéria, através da declaração de voto que fizemos relativamente ao relatório e pelo facto de não terem sido por nós aprovadas as Conclusões I e VI.

Não concordamos que, de acordo com a Conclusão I, relativamente à disponibilização pela SATA de uma tarifa única para quem pretenda viajar em voos operados pela sua companhia área a partir dos Estados Unidos e com destino a qualquer ilha do Arquipélago dos Açores, não seja possível aceder a esta pretensão, uma vez que sendo a rota liberalizada, o Governo Regional e a SATA não poderão impor uma tarifa única nesta rota. Não concordamos. É possível, como já foi possível e vamos ver em que momento é que foi possível.

Relativamente à Conclusão VI, esta tem a ver com questões meramente negociais. Também as abordaremos.

Quanto ao pagamento antecipado das viagens, decorre das regras do mercado e das práticas comerciais do transporte aéreo de passageiros. Como tal, se é no âmbito da política negocial, a política negocial pode dizer que se tem que pagar 7 meses antes ou pode dizer que se pode pagar no dia antes. Portanto, é aproveitar uma situação por parte da SATA, penalizando obviamente quem viaja.

Mas vamos ao que interessa. Os argumentos essenciais que foram apresentados nesta petição são, basicamente, que com a criação de uma tarifa única para os Açores, todos as pessoas que saem, em voos da SATA, dos Estados Unidos da América e que

chegam aos Açores, lhe seja permitido que até à ilha de destino paguem exactamente o mesmo valor, isto é, que não se revejam sobrecarregados com o transporte entre a ilha de chegada do voo e depois a sua ilha de destino.

Por isso, um dos argumentos fortes desta petição era que esta tarifa única permitiria assegurar a igualdade entre os açorianos das nove ilhas, argumento, obviamente importante e que deveria merecer a atenção do Governo Regional, que pelos visto não está interessado no debate desta petição (o único secretário que ainda estava presente neste momento já não está, o que demonstra bem o interesse que tem em relação a esta matéria).

**Deputado Nuno Amaral (PS):** São compromissos, Sr. Deputado!

**O Orador:** Um segundo nível de argumentos tem a ver com o fomentar e incrementar o fluxo de turistas emigrantes, sobretudo para os Açores, e evitar a perda deste mercado da saudade que está a ser aliciado cada vez mais com outros destinos, designadamente Caraíbas, México, etc.

Perante este facto, o PSD perguntou, quer ao Sr. Secretário Regional da Economia, quer ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA, se pelos menos tinham feito ou chegaram a fazer algumas contas. Obviamente, a resposta pronta do Governo Regional foi, como sempre, “fizemos”. Fizeram mas não conheciam as conclusões, nenhum deles. Nem um número veio para cima da mesa. Pelo menos essa avaliação deveria ter sido feita, deviam ter feito meia dúzia de contas para ver se isto é possível.

Nem sequer equacionaram o problema!

À partida foi logo “chapa 4”. “Liminarmente estamos em crer” !

A ânsia habitual de mostrar números, por parte do Governo Regional, nesta situação, não se viu. Lançaram um numerozinho? Nem um!

Em princípio, nem sequer estudaram a matéria.

É óbvio que se reconhece a impossibilidade do Governo Regional participar financeiramente nesta questão. Sabe-se disso. É a lei!

Mas a SATA é uma empresa detida a 100% pela Região e, como tal – aliás, e bem – o Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA dizia em Comissão que a SATA tem “preocupações sociais, mas tem que ser gerida como empresa”.

Obviamente que sim, e ainda bem que deve ser gerida como empresa e ainda bem que existe esse propósito por parte do Sr. Presidente do Conselho de Administração.

**Deputado José Rego (PS):** Tem de ser e tem sido!

**O Orador:** Eu não estou a falar sobre a SATA, estou a falar sobre a tarifa única.

Portanto, como empresa, obviamente, é claro, e por isso tem que desenvolver uma política negocial no sentido de criar situações mais favoráveis do ponto de vista empresarial.

Esta questão aplica-se quer à questão da tarifa única, quer à questão dos prazos de pagamento relativamente às viagens que são feitas muitas vezes antes das mesmas se efectivarem.

Neste caso destas medidas de política negocial, no caso da SATA, têm que ir seguramente no sentido de incrementar os fluxos de passageiros.

O aumento do fluxo de passageiros pode gerar proveitos para a empresa, largamente compensadores dos proveitos que deixam de receber pelo facto de, nos percursos dentro dos Açores, aplicarem uma tarifa menor – no caso concreto, aplicam 80, actualmente – se aplicassem 50, 40 e por aí fora.

A decisão foi 80. Mas podia ter sido 75. Foi 80, foi aplicar a tarifa da coesão. Podiam ter dito: não, não é a tarifa da coesão, são 50, ou podiam ter dito são 27, ou são 16, ou é 0.

A partir do momento em que a SATA começou a aplicar internamente o valor 80 para os percursos dentro dos Açores, também poderia ter tomado a decisão de dizer: não, não são 80. São 50, ou são 7 ou são 0. Era exactamente a mesma coisa.

**Deputado José Rego (PS):** Mas não é só para alguns passageiros. É para todos os passageiros!

**O Orador:** Não é impossível. Podia haver mais turistas...

**Deputado José Rego (PS):** É para todos os turistas!

**O Orador:** ... e provavelmente melhores turistas do que aqueles que resultam das opções que têm sido feitas pelo Governo Regional nesta matéria, que tem trazido para cá turistas, que se metem no quarto, que vão buscar a garrafa de água ao hipermercado e não gastam nem um escudo.

Os turistas que viriam através destes fluxos, os turistas americanos, são daqueles que gastam, que vão ao restaurante, são daqueles que pela sua ligação aos Açores são mais beneficiadores da economia regional.

**Deputado José Rego (PS):** Levam para trás o dinheiro na carteira!

**O Orador:** Depois, teríamos hotéis mais cheios, em vez dos hotéis “andarem às moscas”.

Os ditos hotéis, por falta de uma maior agressividade em termos negociais, não estão a ser utilizados. Aliás, tanto era possível que o próprio Presidente do Conselho de Administração da SATA diz aqui uma coisa que é interessante:

“Mais acrescentou o Sr. Presidente do Conselho de Administração que por indicação do Governo Regional, ...”

**Deputado José Rego (PS):** É a tutela!

**O Orador:** Obviamente. É isso que nós dizemos. O Governo Regional pode indicar para ser zero.

“... enquanto tutela, por indicação e porque os emigrantes são importantes para a Região, foi extensivo aos mesmos a tarifa de coesão de 80 euros, fixada para as Ilhas da Coesão, desde que a estadia fosse superior a 10 dias”.

O próprio Governo Regional, não entrando numa situação ilegal, pode indicar à sua tutela para praticar uma tarifa zero. Portanto, é perfeitamente possível, só que não houve sensibilidade, por parte do Governo Regional, para estudar e avaliar, no fundo, esta questão. Isso fica claro numa frase fantástica que está neste relatório e agradeço ao Sr. Relator porque realmente produziu um relatório que traduz fielmente o que lá se passou.

**Deputado Henrique Ventura (PS):** Até que enfim que deu algum valor ao relator!

**O Orador:** Dou sempre, meu amigo!

“O Secretário reconheceu que gostaria de ter captado mais turistas americanos. No entanto, lembrou que os mercados mais próximos dos Açores também não o têm conseguido, porque tudo o que temos para lhes oferecer encontram mais próximo e mais barato.

Acrescentou que a promoção turística nos Estados Unidos sai muito cara e que é mais fácil captar turistas europeus do que americanos”.

Efectivamente, este Governo Regional opta sempre pela facilidade.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não opta por responder a anseios legítimos do ponto de vista de açorianos, neste caso os da diáspora, e a outras necessidades dos Açores em termos de desenvolvimento através do incremento do sector turístico.

Este é um governo de facilidades, decididamente, e este facto é evidente. Não é efectivamente um governo de desafios. Se fosse um governo de desafios teriam considerado esta possibilidade ou tê-la-iam pelo menos estudado e não estudaram. É mau!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Utilizou exactamente os seus 10 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados (não posso cumprimentar os Srs. Membros do Governo, tenho pena, mas naturalmente que se deixou bem representado pela sua maioria, mas num assunto tão importante como é a diáspora e que o Governo tanta importância dá, na discussão não está presente):

As nossas comunidades têm naturalmente todo o direito de fazerem uma petição deste género, de tentarem adquirir melhores preços, de tentarem fazer valer a sua voz, etc., etc.

Agora temos que nestas coisas ser justos, equilibrados e equitativos.

O que aqui se passa, é que estamos a falar de transporte aéreo não regular e o transporte aéreo não regular tem regras próprias.

Se fosse o transporte aéreo regular, esta petição talvez fizesse outro sentido. Estando nós a falar de charters, não nega o direito de a fazerem, mas não vejo como é que ela possa ser exequível.

É preciso também lembrar que quando uma companhia faz um voo charter, como é o caso da SATA com a sua AZORES EXPRESS e SATA EXPRESS é, por definição, um voo mais barato, é uma tarifa mais barata. As tarifas charter têm essa característica de serem mais baratas.

Quanto ao prazo dos meses, é perfeitamente compreensível que quem gere este tipo de transporte (é assim em todas as companhias, é assim em todo o mundo) tem que garantir com antecedência a total ocupação do avião. Os charters funcionam assim em todo o lado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** O preço que pratica tem essa necessidade!

**O Orador:** Portanto, o avião tem que ser garantido com meses de antecedência para poder garantir uma tarifa mais baixa que o transporte regular de passageiros.

Quanto aos bilhetes serem pagos 7 dias antes, não nos escandaliza, porque aqui na Região a TAP exige que sejam 3 dias antes e num voo regular (a TAP irregularmente, a companhia de charters regularmente).

Tentou-se colmatar isto com a tarifa de 80 euros. Já foi feito um esforço nesse sentido, porque realmente com as regras da concorrência europeia e as regras da União Europeia, tenho dúvidas se seria possível estabelecer esta tarifa única e também tenho dúvidas quanto aos critérios de gestão, independentemente do destino dos Estados Unidos, porque sabemos que o preço não é bem o mesmo.

Não pondo em causa a justiça por parte das comunidades emigrantes fazerem esta petição, julgo que ela é de difícil execução e que também temos que ser sensíveis a isso e não apenas penalizar o Governo por uma coisa que não é da sua total e exclusiva responsabilidade.

Muito obrigado.

*(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído pelo Deputado Mark Marques no lugar de secretário da Mesa)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

**Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Marinho:

A SATA tem assegurado nos últimos anos à comunidade luso-americana um serviço digno de registo, quer ao nível da qualidade do serviço prestado, quer ao nível da regularidade da rota ao longo do ano, quer no número de lugares disponibilizados.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Vamos falar de alguns números:

Em 2007 a SATA Internacional tem previsto entre Portugal e os Estados Unidos da América 440 voos, sendo 370 entre Ponta Delgada e as Lajes e Boston, Providence e Oakland, ou seja, 164.280 lugares oferecidos entre os Açores e os Estados Unidos da América. Acha pouco?

Em 2007 a SATA Internacional tem previsto entre Portugal e o Canadá 454 voos, ou seja, 255 entre os Açores (Ponta Delgada e Terceira, Toronto e Montreal) – 91.120 lugares oferecidos.

Estamos a falar grosso modo de 250 mil lugares oferecidos nestes voos.

É evidente que a maior parte destes passageiros vão ficar em São Miguel ou na Terceira, mas mesmo que se queira considerar 30 ou 40% deste número, estamos a falar, no mínimo, de vários milhões de euros para aceder àquilo que está previsto nesta petição.

É evidente, Sr. Deputado, que longe vão os tempos em que o Dr. Costa Neves oferecia lugares...

**Deputado António Marinho (PSD):** O que é que isso tem a ver?!

**A Oradora:** ... entre os 10.800 e os 12.300. Eram estes os valores dos números de lugares disponíveis nestes voos entre os Açores, os Estados Unidos e o Canadá.

Sr. Deputado, nós estamos a falar aqui de uma oferta de lugares cerca de 20 vezes superior.

O líder do seu partido aqui na Região não sabe o que diz quando afirma que se quer implementar uma tarifa única para os Açores.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Deputada, não é propriamente a senhora que pode dizer isso!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Pode! Pode!

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Quem diz que a tarifa podia ser zero, não pode dizer uma coisa destas!

**A Oradora:** No tempo em que o Dr. Costa Neves estava na Administração da SATA nunca se fez tarifa única para os Açores.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Não havia turismo!

**A Oradora:** A SATA era considerada uma empresa em situação difícil. Repare-se no volume de negócios da SATA nesta altura:

1994

– volume de negócios: 25 milhões de euros;

– resultados líquidos: 247 mil euros;

Sabe quantos trabalhadores a SATA tinha nesta altura?

Eram 532 trabalhadores.

2006

– volume de negócios: 246 milhões de euros (10 vezes superior);

– resultados líquidos: 4,8 milhões euros;

Sabe qual o número de trabalhadores?

O dobro daquilo que havia na altura da administração do Dr. Costa Neves.

Ir para o Canadá e dizer que nós devíamos fazer uma tarifa única é má fé, é incompetência, é desconhecimento do que é gerir uma empresa. Isso é irresponsabilidade!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**A Oradora:** O que é certo, é que após esta petição ser analisada nós podemos dizer que o governo fez alguma coisa. O Governo Regional não ficou insensível aos apelos daqueles que desta forma revelaram a genuinidade da sua alma açoriana e a vontade de permanecer em contacto com as suas origens.

Surgiu, não pela SATA, mas pelo Governo Regional, no concurso público de transporte aéreo inter-ilhas, a possibilidade de criar a tarifa única de 80 euros, também conhecida por tarifa da coesão, a ser aplicado aos passageiros que permanecem nos Açores por um período superior a 10 dias, como se sabe, e quiserem

visitar outra ilha, tarifa esta muito inferior em algumas rotas, à que é praticada para os próprios residentes.

É preciso recordar que foi apenas nos últimos anos que o Grupo SATA foi capaz de apresentar lucros, num contexto internacional de grande turbulência, em que a escalada do preço do petróleo condicionou a prosperidade de todo o negócio da aviação civil a nível global.

Portanto, trata-se de um esforço meritório a nível da racionalização da gestão, a par da abertura a novos nichos de mercado, fortes investimentos em infra-estruturas de suporte, que deve ser exaltado, por colocar a companhia no caminho certo, para o processo de privatização que, e tudo assim o indica, irá avançar já no próximo ano.

Para finalizar, gostaria de dizer que é fundamental evitar aplicações irracionais de recurso que possam pôr em causa este percurso com um retrocesso a um passado de pouca glória.

Sem prejuízo de entendermos a pretensão exposta nesta petição, continuaremos a defender o crescimento da empresa, numa óptica de criação de valor, com responsabilidade perante as regras do mercado, para melhor continuar a servir os Açores e os açorianos ao invés do que parece ser o desejo da oposição nesta matéria.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para um protesto. Tem a palavra para o efeito.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Poderia ser protesto e acho que se justificaria o protesto, devido ao conteúdo das declarações da Sra. Deputada Ana Isabel que decidiu, como é timbre do Partido Socialista, começar a insultar o PSD e, no caso concreto, o Presidente do meu partido.

**Deputado António Toste (PS):** Constatou apenas um facto, mais nada!

**O Orador:** Relativamente a esse ponto quero dizer aqui, de voz viva e perante a autorização do Sr. Presidente, que o ridículo em que caiu com as declarações que fez

em relação a essa matéria ficou perfeitamente a nu. Portanto, dispenso-me de comentar mais.

De qualquer forma, o que ficou evidente nesta segunda intervenção da Sra. Deputada Ana Isabel, é que realmente a falta de argumentos é terrível e como a falta de argumentos é terrível desviou o assunto para 1993 para fazer um mero ataque.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** O que ficou claro foi que o Dr. Costa Neves foi administrador da SATA!

**O Orador:** Nós estamos a discutir a tarifa única, Sr. Deputado. Não é a gestão da SATA.

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Srs. Deputados, não é preciso gritar.

**O Orador:** Portanto, desviaram o assunto porque não têm argumentos para tomarem a posição que tomaram.

Por isso, as comunidades açorianas nos Estados Unidos hão-de saber que o Partido Socialista e este Governo, pura e simplesmente, se demitem de assegurar a satisfação de necessidades e de pretensões da comunidade da diáspora.

O Partido Socialista não quer saber deles.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

**(\*) Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Marinho:

É incompreensível que considere ridículas as minhas afirmações, porque o que o senhor fez aqui não foi nenhum protesto às minhas declarações, foi uma defesa da honra do líder do seu partido.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Por que é que o líder do seu partido, quando foi Administrador da SATA não fez a tarifa única?

**Presidente:** Apresentada e debatida a petição, vou dar a palavra ao Partido Social Democrata para apresentação de uma Proposta que foi lida hoje e que, com a continuação do debate sobre licenciamento das explorações agrícolas, esqueci-me completamente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão para fazer a apresentação do diploma.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma eficaz política de planeamento familiar demonstra-se essencial para a concretização de uma sociedade saudável, promovendo o bem-estar da família e dos cidadãos.

Os efeitos sociais, económicos, psicológicos e de saúde pública ligados a deficientes percepções e intervenções ao nível do planeamento familiar revelam a necessidade urgente de serem incrementadas medidas que promovam o acesso à informação, a métodos de contraceção eficazes e seguros, a serviços de saúde adequados que permitam a vivência da sexualidade segura e saudável, ao bem estar da família e de cada um, por forma a reduzir a incidência das infecções de transmissão sexual e reprodutiva, a mortalidade e morbilidade materna, perinatal e infantil e permitir que o casal decida quantos filhos quer, se os quer e quando os quer, preparando e promovendo uma maternidade e paternidade responsável, bem como uma gravidez e parto nas condições mais adequadas.

Neste sentido, a educação afectivo-sexual constitui uma área decisiva da formação dos indivíduos, prevenindo situações de risco e promovendo o desenvolvimento equilibrado e positivo da personalidade, no que concerne às suas componentes psíquica, emocional e comportamental.

Com a aprovação e publicação no ano 2000, do Decreto Legislativo Regional nº 18/2000/A, de 8 de Agosto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reforçou a nível regional a superior importância de tal temática, reconhecendo que era necessário facilitar a aplicação do vasto complexo legal existente. Aquele diploma define, deste modo, um conjunto de “orientações

específicas dirigidas à Administração Regional para a efectiva concretização dos objectivos de informação, formação e implementação do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual”.

Passados sensivelmente sete anos sobre a aprovação de tal legislação, não podemos considerar que o objectivo tenha sido atingido.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Passados cerca de sete anos sobre a aprovação de tal legislação, muito daquilo que ficou previsto nunca chegou a ser implementado.

Passados sete anos, a situação dos Açores não evoluiu no que concerne às exigências de planeamento familiar e da educação afectivo-sexual do mundo moderno.

Efectivamente, a informação, prevenção, vigilância e rastreio são consideradas de capital importância para evitar quer as infecções sexualmente transmissíveis quer outro tipo de patologias, como o cancro da mama e do colo do útero.

Assim, o aconselhamento e o atendimento terão de estar para além da mera informação ou disponibilização de contracepção gratuita e ir ao encontro das necessidades e das circunstâncias individuais específicas do utente, para que este desempenhe um papel mais activo num processo de decisão que se quer cada vez mais responsável.

A educação sexual nas escolas dos Açores ainda não se concretizou com o alcance que efectivamente deve ter no processo de formação pessoal, apesar de escolas e famílias reconhecerem a importância da educação sexual na vida das crianças e dos adolescentes. Verifica-se que as escolas e os professores necessitam de um posterior acompanhamento e apoio técnico para passarem a um envolvimento activo em programas de educação sexual.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Acresce que, a Região Autónoma dos Açores tem vindo a apresentar ao longo dos anos a mais alta taxa de maternidade na adolescência do país. Segundo os relatórios da UNICEF de 1998 e 2001, Portugal apresentava em 1998 a maior taxa de maternidade na adolescência da União Europeia e em 2001 era ainda considerada a segunda maior, apresentando em qualquer dos casos uma das mais altas taxas de maternidade adolescente do Mundo Ocidental.

Os dados do Serviço Regional de Estatística, de 2001 a 2005, confirmam que nos Açores continuamos com uma situação preocupante em matéria de maternidade adolescente, sem se notar qualquer evolução no sentido da sua diminuição.

Como demonstram diversos estudos técnicos, a gravidez na adolescência implica um conjunto de consequências gravosas ao nível psicológico, orgânico, educativo, sócio-económico e relacional, tanto para a grávida como para a criança, para a respectiva família e, em geral, para toda a sociedade.

Por outro lado, a decisão de engravidar e de fazer prosseguir a gravidez exige formação e informação psíco-social que não têm sido disponibilizadas pelos serviços públicos da Região.

Não serão de extrema importância a criação de gabinetes técnicos de atendimento de jovens na área do planeamento familiar e sexualidade, quer seja nos centros de informação juvenil, nos centros de saúde ou até nas escolas, como a própria legislação determina?

Preocupantes, sem dúvida, são as respostas que os utentes – adolescentes ou não – vão recebendo ao tentarem aceder a uma consulta específica de planeamento familiar. Apenas um centro de saúde afirma ter consultas específicas de planeamento familiar, independentemente da idade e independentemente do utente ter ou não médico de família.

Um centro responde ter consultas específicas de planeamento familiar apenas para menores de 18 anos; encaminhando os restantes casos para o seu médico de família;

Nos outros centros de saúde encaminham genericamente os utentes para o respectivo médico de família.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na Região Autónoma dos Açores existem cerca de 80.000 Açorianos sem médico de família.

Os utentes que não têm acesso a médico de família têm três alternativas possíveis, conforme respostas dos centros e unidades de saúde: inscrevem-se e ficam à espera do tal médico de família que há-de vir; solicitam aos enfermeiros, do serviço materno-infantil, meios de contraceção gratuita ou dirigem-se à medicina privada.

Resultado: a maioria dos utentes acaba por não ter acesso a consultas de planeamento familiar, ao contrário daquilo que consagra a Constituição da República Portuguesa e a demais legislação aplicável.

Enfim, a legislação aprovada por esta Assembleia em 2000, que determina designadamente que “Nos Centros de Saúde da Região e nos Serviços de Ginecologia e Obstetrícia dos hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta implementar-se-ão consultas específicas de planeamento familiar”, não está a ser cumprida.

De acordo com o espírito que se pretendeu conferir ao diploma aquando da sua discussão e aprovação, entende-se por consultas específicas de planeamento familiar: as consultas individualizadas das consultas de Saúde do adulto e Saúde Materna dos Centros de saúde e das consultas de ginecologia e consultas de infertilidade dos hospitais.

Por outro lado, o que se verifica é que não correspondem à realidade as declarações de membros do Governo Regional, ao assumirem que “incumbe ao Estado, no âmbito da sua intervenção de protecção à família, garantir, no respeito pela liberdade individual, o direito ao planeamento familiar, promover a informação e o acesso aos meios e métodos que o assegurem.”

Não é isso que infelizmente acontece a grande parte dos utentes do Serviço Regional de Saúde dos Açores.

Outros são os exemplos de medidas essenciais definidas pelo diploma em questão e que exigem uma aplicação imediata, por forma a dar resposta a situações que urge minorar.

Não basta conceder contracepção gratuita, apesar de constituir, sem dúvida, uma medida positiva. Apesar de muitas vezes nem isso o utente saber existir.

Falta divulgação!

A percepção do risco de transmissão das infecções sexualmente transmissíveis é diminuta. A maioria das pessoas rege-se pelo lema a “mim não me acontece”. O mesmo se passando com outras patologias, como o cancro do útero, da mama ou mesmo genital, que são detectadas tarde demais, quando pouco há a fazer.

Os rastreios tardam!

A detecção de problemas genéticos e de infertilidade, e respectivo encaminhamento e orientação, onde estão?

As acções de formação implementadas por organizações não governamentais, na área do planeamento familiar e sexualidade, dirigidas quer a profissionais de saúde, quer a professores, por vezes não têm a aderência esperada. Perguntamos, então, o porquê desta situação.

Se a sociedade não está ainda desperta para estas matérias, os próprios profissionais não sentem a necessidade de responder a uma série de questões que não lhes são colocadas.

Mas, os problemas existem, estão à vista de todos, apenas há que alertar a população, informá-la para a procura dos seus direitos e disponibilizar-lhe os meios adequados para uma melhor realização pessoal e de bem estar familiar.

Nem tão pouco foi presente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores qualquer relatório sobre a aplicação do quadro legal vigente na Região relativo a esta temática, como consagra o diploma em causa.

A dignidade da vida humana exige que sejam criadas condições para a valorização do papel de pais e filhos, no sentido de ser promovida a natalidade e protegida a maternidade e a paternidade.

Perante esta situação que afecta tantos e tantos açorianos é preciso fazer alguma coisa!

Precisamos passar das palavras aos actos!

Precisamos passar do politicamente correcto à acção!

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Como sabem, há um período para esclarecimentos, após a apresentação do diploma.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(\*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação ao ponto nº 2, apesar da Sra. Deputada Carla Bretão ter feito alguma explanação mais concreta na sua apresentação quanto à implementação do Decreto Legislativo Regional, gostaria que precisasse quais eram mesmo as áreas em que considerava que este não estava a ser concretizado. Falou de várias coisas, misturou realidades que se fazem com realidades que não se fazem e não ficou claro quais são realmente aquelas que considera que ele não está a ser aplicado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**(\*) Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à pergunta da Sra. Deputada Piedade Lalanda, eu na minha pequena explanação tive o cuidado de dar bastante ênfase à falta de consultas específicas de planeamento familiar.

Pelas respostas que se vão recebendo dos centros de saúde, percebemos que elas não existem e quando tentamos marcar uma consulta encaminham-nos automaticamente para o médico de família. O único centro de saúde onde isso não aconteceu foi no da Povoação.

Relativamente às outras áreas, muitas outras não estão a ser cumpridas: a questão da linha telefónica, do site.

Penso que a essência do diploma começa na criação da consulta, na informação de que ela existe e os horários de funcionamento. Começa na forma de alertar as pessoas, a sociedade para a existência de graves riscos que têm que ser minorados.

Nesse sentido penso que esta será a questão mais importante.

Depois podemos deambular, digamos assim, pelo diploma e apercebemo-nos, por exemplo, relativamente à concretização da criação dos gabinetes de apoio aos jovens, eles não existem, nem nas escolas, nem nos centros de informação juvenil...

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Somos a única Região do país que tem psicólogos nas escolas!

**A Oradora:** ... e isso é uma área muito importante tendo em conta a alta taxa da maternidade na adolescência que os Açores apresentam.

Depois, penso que a nível da Comissão poderemos eventualmente aprofundar todas estas questões conversando com os peritos na matéria e aí fazer um juízo para o que realmente está a acontecer nos Açores a este nível.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(\*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Carla Bretão:

Não negando que os valores da gravidez na adolescência são preocupantes a nível nacional e a nível regional, reconhecendo também que nós partidos de realidades bastante preocupantes na década de 60, face ao contexto nacional e que, progressivamente a Região tem vindo a melhorar esses indicadores e é um fenómeno que não é apenas da saúde pública, também é uma questão cultural, essas mudanças têm por vezes um ritmo difícil, mais lento do que aquele que se gostaria que acontecesse, porque para algumas comunidades ter uma criança entre os 17 e os 19 não é considerado uma gravidez na adolescência, mas é uma entrada na vida adulta.

Gostava de lhe chamar a atenção que esta questão prioritária que colocou na consulta não me parece muito relevante, porque a consulta, em matéria de planeamento familiar, é acto de enfermagem, é uma área específica da actuação da enfermagem. O que está em causa na prescrição médica, tudo bem, é um acto médico, mas o aconselhamento, a informação, a orientação em saúde materna é uma área específica da enfermagem e o corpo de enfermagem faz essa actividade em todas as unidades de saúde, em todos os centros de saúde.

Se assim não reconhece, está “medicalizar” uma área da saúde pública que não me parece correcta. Estamos a falar de cuidados de saúde primários e na prevenção os enfermeiros têm um papel importante.

Em matéria de linha telefónica há uma linha telefónica nacional na APF. Portanto, qualquer adolescente, qualquer jovem, qualquer mulher pode recorrer a essa linha telefónica e é uma linha telefónica de preço único. Ou seja, não há necessidade da região ter, porque os problemas dos jovens da Região não são específicos, são problemas nacionais. Portanto, é possível recorrer.

Em relação aos gabinetes de apoio aos jovens eles existem e algumas escolas secundárias, pelo menos em São Miguel, possuem esse gabinete. Portanto, não venha dizer que não existem. Podem é não existir em número que gostaríamos que existissem, mas havendo psicólogos nas escolas e havendo, inclusive, experiências de

enfermagem nas Escolas Secundárias, têm sido desenvolvidos gabinetes de apoio aos jovens.

Com isto não estou a dizer que o problema não merece a nossa atenção, mas também não devemos passar uma borracha e limpar toda a actividade que tem sido feita nessa área.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Chamo a atenção que não estamos a debater o diploma.

(\*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era isso que eu ia dizer. Nós não estamos a fazer o debate do diploma e penso que na Comissão será feito todo este debate.

Apenas queria esclarecer a Sra. Deputada de que em muitos dos telefonemas que fiz na tentativa de marcação de uma consulta de planeamento familiar, também fui encaminhada para a saúde materno-infantil, onde me foi dito que me podiam conceder contracepção gratuita, apenas. Ou seja, eu teria que ir ao meu médico de família para ter efectivamente uma consulta de planeamento familiar.

Era apenas isso que queria deixar aqui claro, mas penso que não vamos continuar com o debate, porque não tem sentido.

**Presidente:** Muito obrigado pelo vosso entendimento.

Realmente este período destina-se a esclarecer algumas coisas à volta do próprio diploma e não propriamente no mérito do mesmo, de maneira que dou por concluído este período e passo à fase seguinte, que também parece-me que vai ser célere. Trata-se de um **pedido de urgência**, subscrito por todos os partidos aqui representados, do **Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para a avaliação do real impacto na Região Autónoma dos Açores do acordo de cooperação e defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do acordo técnico e do acordo laboral”**.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à votação do **Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para a avaliação do real impacto na Região Autónoma dos Açores do acordo de cooperação e defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do acordo técnico e do acordo laboral”**, apresentado pelos grupos parlamentares do PS e PSD, Representação Parlamentar do CDS/PP e Deputado Independente da ALRAA.

O prazo pedido vai até ao final do ano, dia 31 de Dezembro de 2007.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, finalmente temos a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Maio.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, terminaram os nossos trabalhos.

Desejo-vos um bom resto de dia e um bom regresso às vossas casas.

Conto convosco para celebrarmos, em unidade, o Dia da Região Autónoma.

Muito obrigado.

*Eram 17 horas e 15 minutos.*

***Deputados que entraram durante a sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**Hernâni Hélio Jorge**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Artur Manuel Leal de Lima**

***Deputado Independente (Ind.)***

**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

*Deputado que faltaram à sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Aires António Fagundes dos Reis**

**Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**

### **Documentos finais**

## **PROJECTO DE RESOLUÇÃO**

### **PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO POR PARTE DA COMISSÃO EVENTUAL PARA AVALIAÇÃO DO REAL IMPACTO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DO ACORDO DE COOPERAÇÃO E DEFESA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, DO ACORDO TÉCNICO E DO ACORDO LABORAL**

A Comissão Eventual para a Avaliação do Real Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, foi constituída através da Resolução n.º 3/2005/A, de 20 de Janeiro.

Esta Comissão foi incumbida de estudar e avaliar o efectivo impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo

Laboral, designadamente aos níveis social, económico, da segurança, do ambiente, do urbanismo e ordenamento do território, das relações laborais e dos demais aspectos que o trabalho da Comissão venha a identificar.

Nos termos do artº 6º da Resolução que criou a Comissão, o respectivo relatório deveria ser apresentado ao Plenário da Assembleia no prazo de dez meses a contar da sua constituição.

Tal prazo veio a revelar-se manifestamente insuficiente, como o comprovam as prorrogações entretanto efectuadas, tendo-se estabelecido na Resolução nº 1/2007/A, de 5 de Janeiro, que o relatório final da Comissão seria apresentado ao Plenário até 31 de Maio de 2007.

Verificando-se a impossibilidade de cumprir o prazo fixado nesta última Resolução, em face da especial morosidade de análise da matéria em questão, toma-se necessário proceder a uma nova dilação do prazo para a Comissão finalizar os respectivos trabalhos e apresentar em Plenário o relatório final.

Assim, os Deputados subscritores, nos termos da alínea d), do nº 1, do artº 23º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do artº 145º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresentam o seguinte Projecto de Resolução:

#### Artigo Único

O relatório final da Comissão Eventual para Avaliação do Real Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, é apresentado a Plenário até 31 de Dezembro de 2007.

Horta, Sala das Sessões, 23 de Maio de 2007

Os Deputados Regionais, *Osório Silva, Francisco Coelho, Clélio Meneses e Artur Lima*

---

## **PROJECTO DE RESOLUÇÃO**

*Propõe a realização, pela Comissão dos Assuntos Sociais, do diagnóstico da real situação na Região Autónoma dos Açores ao nível da maternidade na adolescência, e recomenda ao Governo Regional a efectiva aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2000/A que determina a adopção de medidas no âmbito do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual*

### **Exposição de Motivos**

A concretização de uma sociedade saudável promotora do bem-estar da família e dos cidadãos, carece de uma eficaz política de planeamento familiar. Os efeitos sociais, económicos, psicológicos e de saúde pública ligados a deficientes percepções e intervenções ao nível do planeamento familiar revelam a necessidade de serem incrementadas medidas que promovam o acesso à informação, a métodos de contracepção eficazes e seguros, a serviços de saúde adequados que permitam a vivência da sexualidade segura e saudável, o bem estar da família e de cada pessoa, por forma a reduzir a incidência das infecções de transmissão sexual e reprodutiva, a mortalidade e morbilidade materna, perinatal e infantil e permitir que o casal decida quantos filhos quer, se os quer e quando os quer preparando e promovendo a maternidade e paternidade responsáveis, bem como uma gravidez e parto nas condições mais adequadas.

A dignificação de pais e filhos, promove a natalidade e protege a maternidade e a paternidade.

A este nível, a educação afectivo-sexual constitui uma área decisiva da formação dos indivíduos prevenindo situações de risco e promovendo o desenvolvimento equilibrado e positivo da personalidade no que concerne às suas componentes psíquica, emocional e comportamental. Com a aprovação e publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2000/A, de 8 de Agosto, foram estabelecidas “orientações específicas dirigidas à Administração Regional para a efectiva concretização dos objectivos de informação, formação e implementação do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual”. Porém, passados cerca de sete anos sobre a aprovação de tal legislação, conclui-se que muito daquilo que ficou previsto nunca chegou a ser implementado. Passados sete anos, a situação dos Açores não evoluiu, como podia, em matéria de planeamento familiar e da educação afectivo-sexual.

Efectivamente, a informação, a prevenção e a vigilância são consideradas de capital importância para evitar quer as doenças sexualmente transmissíveis quer outro tipo de patologias, como o cancro da mama e do colo do útero. Assim, o aconselhamento e o atendimento terão de estar para além da mera informação e ir ao encontro das necessidades e das circunstâncias individuais específicas do utente, para que este desempenhe um papel mais activo no processo de decisão.

A Região Autónoma dos Açores tem vindo a apresentar ao longo dos anos a mais alta taxa de maternidade na adolescência do país. Segundo os relatórios da UNICEF (1998, 2001) Portugal apresentava em 1998 a maior taxa de maternidade na adolescência da União Europeia e em 2001 era ainda considerada a segunda maior, apresentando uma das mais altas taxas de maternidade adolescente do Mundo Ocidental.

Os dados do Serviço Regional de Estatística, de 2001 a 2005, confirmam que a situação dos Açores continua preocupante.

Como demonstram diversos estudos técnicos, a gravidez na adolescência implica um conjunto de consequências gravosas ao nível psicológico, orgânico, educativo, sócio-económico e relacional, tanto para a grávida, como para a criança, para a respectiva família e, em geral, para toda a sociedade.

Por outro lado, a decisão de engravidar e de fazer prosseguir a gravidez exige formação e informação psico-social, que não têm sido disponibilizadas pelos serviços públicos da Região.

A educação sexual nas escolas dos Açores ainda não se concretizou com a importância que efectivamente deve ter no processo de formação pessoal. Tanto as escolas como as famílias reconhecem a importância da educação sexual na vida das crianças e dos adolescentes, verificando-se que as escolas e os professores necessitam de um posterior acompanhamento e apoio técnico para passarem a um envolvimento activo em programas de educação sexual.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe e recomenda ao Governo Regional, o seguinte:

1- A realização de um estudo, a promover pela Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, que permita fazer o diagnóstico e identificar as causas para a actual realidade açoriana em termos de gravidez na adolescência e proponha meios e acções concretas de reforço da informação, formação e implementação do planeamento familiar e de educação afectivo-sexual.

2 — Recomenda ao Governo Regional a implementação efectiva das disposições previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 18/2000/A, de 8 de Agosto, até agora não concretizadas.

Horta, Sara das Sessões, 23 de Maio de 2007.

**Os Deputados,** *Clélio Meneses, Carla Bretão, José Manuel Bolieiro, Pedro Gomes, Jorge Costa Pereira e Luís Henrique Silva*

—

**RELATÓRIO E PARECER, NO ÂMBITO DA AUDIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO PRÓPRIO DAS REGIÕES AUTÓNOMAS, SOBRE A PROPOSTA DE LEI 120/X – APROVA A LEI DA TELEVISÃO, QUE REGULA O ACESSO À ACTIVIDADE DE TELEVISÃO E O SEU EXERCÍCIO**

**Capítulo I**

**INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 3 de Abril de 2007, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre a Proposta de Lei n.º 120/X – Aprova a Lei da Televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício.

A Proposta de Lei deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 20 de Março de 2007, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no dia 27 do mesmo mês, para relato e emissão de parecer, até 9 de Abril de 2007.

**Capítulo II**

**ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A pronúncia dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea *i*) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 79.º do Estatuto Político-Administrativo, o qual deverá ser emitido no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 80.º do Estatuto Político-Administrativo, ou de 10 (dez) dias, em caso de urgência.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea *e*) do artigo 42.º do Regimento.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, as matérias relativas à “comunicação social” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

### **Capítulo III**

#### **APRECIACÃO DA INICIATIVA**

##### ***a) Na generalidade***

A mencionada iniciativa, ora submetida a parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, têm por objecto a regulamentação do acesso à actividade de televisão e o seu exercício, transpondo, parcialmente, para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 89/552/CEE do Conselho, de 3 de Outubro de 1989, na redacção que lhe foi conferida pela Directiva n.º 97/36/CE do Parlamento e do Conselho, de 30 de Junho de 1997.

O acesso à actividade de televisão e o respectivo exercício são actualmente regulados pela Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 237/98, de 5 de Agosto.

Destaca-se, como aspecto central da análise, o facto da presente proposta abandonar a ideia de constituição de uma sociedade para a exploração da concessão de televisão nas Regiões Autónomas, cujo capital seria detido maioritariamente pela Região e pela concessionária do serviço público de rádio e televisão, consagrando-se, finalmente e conforme o que a Região sempre defendeu, que é ao Estado que compete pagar o serviço público de rádio e televisão, pondo fim à incerteza quanto ao modelo de financiamento do serviço público nas Regiões Autónomas.

***b) Na especialidade***

Na apreciação na especialidade, tendo a autonomia política e que a lei que procedeu à reestruturação do serviço público de rádio e televisão (Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro) consagrou, expressamente, a existência de Centros Regionais nos Açores e na Madeira, a Comissão deliberou, por unanimidade, apresentar as seguintes propostas de alteração ao articulado da iniciativa:

*“ Artigo 30.º*

*[...]*

*1. São obrigatoriamente divulgadas através do serviço público de televisão, com o devido relevo e a máxima urgência, as mensagens cuja difusão seja solicitada pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República, pelo Primeiro-Ministro e, no caso das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pelos respectivos Representantes da República e Presidentes das Assembleias Legislativas dos Governos Regionais.*

*2. [...]*

*Artigo 51.º*

*[...]*

*1. [...]*

*2. [...]*

*m) Emitir as mensagens cuja difusão seja solicitada pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República ou pelo Primeiro-Ministro e, no caso das regiões Autónomas dos Açores e*

*da Madeira, pelos respectivos Representantes da República e Presidentes das Assembleias Legislativas e dos Governos Regionais;*  
[...]

*Artigo 56.º*

[...]

1. [...]
2. [...]
3. *Sem prejuízo e para além das obrigações específicas da concessionária do serviço público de televisão, esta pode estabelecer com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira acordos específicos que prevejam o financiamento de obrigações complementares do serviço público de televisão, como tal definidas pelas respectivas Assembleias Legislativas.*

*Artigo 59.º*

[...]

[...]

7. *Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira o direito previsto nos números anteriores é também exercido, no serviço de programas televisivos a elas destinados, pelos Governos Regionais e pelas estruturas regionais dos partidos políticos, das organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas e das associações de defesa do ambiente e do consumidor.*
8. *O número de votos previsto na alínea b) do n.º 2 é, no caso das eleições legislativas regionais, fixado em 1000.*

*Artigo 64.º*

[...]

1. *Os partidos representados na Assembleia da República que não façam parte do Governo e representados nas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que não façam parte dos*

*respectivos Governos Regionais têm direito de réplica, no mesmo serviço de programas, às declarações políticas que directamente os atinjam proferidas pelo Governo ou pelos Governos Regionais, respectivamente, no serviço público de televisão.*

[...] ”

## Capítulo IV

### SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* manifestou genericamente concordância com o regime estabelecido na Proposta de Lei em apreciação, salientando o facto desta abandonar a ideia de constituição de uma sociedade para a exploração da concessão de televisão nas Regiões Autónomas, cujo capital seria detido maioritariamente pela Região e pela concessionária do serviço público de rádio e televisão, consagrando-se, finalmente e conforme o que a Região sempre defendeu, que é ao Estado que compete o pagamento do serviço público de rádio e televisão, pondo fim à incerteza quanto ao modelo de financiamento do serviço público nas Regiões Autónomas.

Contudo, considerando a autonomia política e a reestruturação operada no serviço público de rádio e televisão pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, consagrando, expressamente, a existência de Centros Regionais nos Açores e na Madeira, entendem os Deputados que o articulado da iniciativa deverá ser alterado em conformidade.

Para o *Grupo Parlamentar do PSD*, a existência e manutenção dum serviço público de rádio televisão constituem incumbências do Estado, como resulta do disposto no artigo 38.º, n.º 5, da Constituição da República Portuguesa.

É ao Estado e, desde logo, à Assembleia da República e ao Governo da República, que incumbe assegurar a existência e manutenção deste serviço público, no território do Continente ou em cada uma das Regiões Autónomas, e não aos órgãos de governo próprio de cada uma das Regiões Autónomas.

O serviço público de rádio e televisão, muito embora possua carácter e dimensão nacional, consagra a existência de emissões próprias para as Regiões Autónomas.

Nesta dupla dimensão de serviço público de rádio e televisão se inscreve a coexistência da transmissão em directo para as Regiões Autónomas de emissões nacionais com a emissão própria de cada centro regional, na acepção da Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

A emissão própria de televisão, a partir de cada Região Autónoma, entronca nos fundamentos da autonomia político-administrativa regional e confere sentido ao próprio conceito de serviço público, o qual deve buscar a sua adequação às Regiões Autónomas.

A proposta de Lei agora em discussão tem reflexos nas Regiões Autónomas quanto à expressão do serviço público de televisão nos Açores e na Madeira, ao admitir a possibilidade das Assembleias Legislativas definirem “obrigações complementares de serviço público de televisão”, objecto de financiamento por cada um dos Governos Regionais.

A existência e manutenção dum serviço público de televisão, no continente e em cada uma das Regiões Autónomas é uma obrigação do Estado e não de cada uma das Regiões. O serviço público de televisão, muito embora tenha um carácter e dimensão nacionais, contempla a existência de emissões próprias para os Açores e para a Madeira, suportadas pelo Estado.

Uma eventual definição de “obrigações complementares” de serviço público por cada Região Autónoma não pode ser entendida, como esta Proposta de Lei consagra, como um meio de substituição do Estado por cada Região Autónoma no financiamento do serviço público de televisão, nem como uma forma de o libertar do cumprimento das suas obrigações perante os Açores e a Madeira.

Por outro lado, esta Proposta de Lei não consagra nenhum mecanismo que permita acautelar para o futuro - uma vez que haja uma definição das designadas “obrigações complementares” por cada Região Autónoma - a dimensão ou expressão da transmissão televisiva de serviço público, qual fica assim à mercê dum simples decisão de gestão do concessionário de serviço público de televisão.

A proposta de Lei, agora em discussão, não acautela de modo suficiente os interesses da Região, não confere uma clara natureza de serviço público às designadas “obrigações complementares”, nem garante que o seu cumprimento, nomeadamente

do ponto de vista financeiro, seja fiscalizado pela Assembleia Legislativa ou por uma entidade independente, como a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), similarmente ao que sucede no plano nacional, com a Assembleia da República e a ERC quanto ao serviço público de televisão.

Se as designadas “obrigações complementares” integram o conceito de serviço público, então a sua disciplina – legal, de execução e financeira – têm de estar submetidas ao acervo de normas de serviço público e serem claramente identificadas como serviço público de televisão.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta da ***Representação Parlamentar do CDS-PP***, porquanto o respectivo Deputado não integra a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, o qual não tomou posição sobre a iniciativa.

## **Capítulo V**

### **CONCLUSÕES E PARECER**

Com base na apreciação efectuada, na generalidade e na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela importância da iniciativa legislativa, tendo deliberado, por maioria, com os votos a favor do PS e a abstenção do PSD, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Lei n.º 120/X – Aprova a Lei da Televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício, salvaguardando as propostas efectuadas na apreciação na especialidade.

Ponta Delgada, 3 de Abril de 2007

**A Relatora**, *em substituição*, Catarina Furtado

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente**, *Hernâni Jorge*

—

#### **Listagem da correspondência**

##### **1- Correspondência**

**Assunto:** Ofício a acusar a recepção e a agradecer o envio do Voto de Congratulação, referente ao desfecho do recente processo de reestruturação consular, aprovado pela ALRAA em 18.04.2007

Proveniência: Consulado de Portugal em New Bedford

Data de Entrada: 07.05.21

Referência: 28.07 – 1693.

**A redactora:** Maria da Conceição Fraga Branco